

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS  
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL (DINTER)

A ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA

DEIJE MACHADO DE MOURA

PORTO ALEGRE (RS)

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS  
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL (DINTER)

DEIJE MACHADO DE MOURA

A ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA

PORTO ALEGRE (RS)

2014

DEIJE MACHADO DE MOURA

A ENUNCIACÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em Convênio com a Universidade do Estado da Bahia – Doutorado Interinstitucional (DINTER).

Orientador (a): Profa.Dra.Leci Borges Barbisan

Porto Alegre (RS)

2014

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação ( CIP )

M929e Moura, Deije Machado de

A enunciação de orações canônicas da Igreja Católica / Deije Machado de Moura. - Porto Alegre, 2014.  
113 f.

Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Faculdade de Letras, PUCRS em convênio com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através do Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter).

Orientador (a): Profa. Dra. Leci Borges Barbisan.

1. Linguística da Enunciação. 2. Argumentação. 3. Semântica.  
4. Orações – Crítica e Interpretação. 5. Igreja Católica. 6. Religião.  
7. Análise Linguística. I. Barbisan, Leci Borges. II. Título.

CDD 418.2

Ficha Catalográfica elaborada por  
Vanessa Pinent  
CRB 10/1297

DEIJE MACHADO DE MOURA

A ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em Convênio com a Universidade do Estado da Bahia – Doutorado Interinstitucional (DINTER).

Aprovada em 20 de agosto de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Leci Borges Barbisan - PUCRS

Profa. Dra. Ana Lúcia Tinoco Cabral - UNICSUL

Profa. Dra. Désirée Motta Roth - UFSM

Profa. Dra. Carmem Luci - UFRGS

Prof. Dr. Claudio Primo Delanoy – PUCRS

Aos amores da minha vida, na terra e nos céus... entre eles:

minha mãe, bússola na minha vida;

meu esposo, âncora nesta minha caminhada;

minha filha, presente de Deus no final desta trajetória.

## AGRADECIMENTOS

Obrigada, Senhor,

Pela intercessão de todos os santos, anjos e arcanjos junto a Ti, para que eu conseguisse realizar este trabalho;

Pela família da qual faço parte e que apoia, sem restrições, todos os meus sonhos, contribuindo para que eles se tornem realidade;

Pelo esposo Jorge Luiz Neves dos Santos, principal amigo, companheiro, conselheiro dessa caminhada; o seu entusiasmo, a sua confiança e o seu afeto foram alimento para o meu espírito nos momentos de fraqueza;

Pelo exemplo de vida, amor e dedicação da professora por excelência e amiga por natureza: Leci Borges Barbisan;

Pela cumplicidade, orientação, apoio de toda natureza vindos de um dos grandes presentes que me deste nesse percurso: a amiga Nilzete Cruz Silva;

Pelo aprendizado adquirido na convivência diária com as amigas Carla de Quadros, Patrícia Ribeiro de Andrade, Sally Inkpin e Sinéia Maia Teles Silveira;

Pelas orações, entusiasmo e carinho dos amigos-irmãos que me completam com suas semelhanças e diferenças;

Pela acolhida, doação, dedicação e carinho dos colegas do Grupo de Estudos sobre o Discurso; colegas que foram se transformando em amigos a cada dia do meu estágio na PUCRS;

Pelo cuidado e afeto da coordenação, professores e funcionários dos Programas de Graduação e Pós-Graduação em Letras da UNEB Campi I/V e da PUCRS;

Pelo carinho e incentivo dos amigos, coordenação e funcionários do Colégio Estadual Polivalente de Castro Alves/Bahia;

Pela ética, compromisso e carinho das professoras Rosane Veiga (Direc 04/BA) e Marli Santos (SEC/BA) que não mediram esforços para fazer valer o direito da minha liberação da Rede Estadual de Ensino por nove meses e, conseqüentemente, realização do meu estágio na PUCRS;

Pelo presente da maternidade que a mim foi concedido no final desta trajetória, enchendo minha vida de luz, alegria e de um amor incondicional que até então não conhecia;

Enfim, Senhor, obrigada por proteger-me sempre de todo e qualquer mal, como também tornar possível essa caminhada que por ora se encerra, o que é motivo aqui e agora de eu ser a locutora orante *primus* desta oração.

Obrigada!

Nossa Senhora Desatadora dos Nós

Maria, mãe que Deus encarregou de desatar os nós da vida de seus filhos, desata todos os nós que nós mesmos nos causamos e todos aqueles que, diante de nós, impedem nosso caminho.

Santa Maria Mãe de Deus, Virgem Cheia de Graça, tu bem conheces o meu desespero, a minha dor e o quanto estou amarrado por causa destes nós.

Lança teus olhos de luz sobre eles, para que todos os nós tornem-se transparentes e, cheios de gratidão, possamos, com a tua força, desatar aquilo que nos parece impossível. Assim, confio hoje a fita da minha vida em tuas mãos.

Amém.



## RESUMO

Desempenhando o papel de locutor orante, membro ou não da Igreja Católica, o indivíduo elabora seu próprio discurso (orações abertas) e/ou faz uso de textos já prontos e disponíveis para uso (orações canônicas). Nesse último caso, ele se identifica com o “eu” da oração, apropria-se do texto como se fosse elaboração sua, e ao enunciá-lo atribui ao discurso um sentido próprio, único. Sob esse olhar, levantamos inquietações acerca do fenômeno linguístico da enunciação, mais especificamente, a enunciação de orações canônicas da Igreja Católica, a fim de verificarmos o seguinte: como essa abordagem enunciativa pode ser delineada (elementos e conceitos); de que maneira percebemos a manifestação da alteridade nesse processo; o que entendemos como repetível ou irrepetível nesse tipo de enunciação; e o que diferencia esse tipo de enunciação de uma enunciação ordinária. Toda essa reflexão é alicerçada em princípios da teoria desenvolvida por Oswald Ducrot ‘Teoria da Argumentação na Língua’ (ANL), no que diz respeito à questão, como também em fundamentos encontrados na base de seus estudos (Saussure e Benveniste) e estudos de discípulos seus, a exemplo da pesquisadora Carel. Escolhemos essa teoria como ponto de partida para nossa investigação pela sua objetividade, coerência, precisão no estudo de aspectos da linguagem, sem termos que recorrer a aspectos externos a essa. O *corpus* selecionado para nossas discussões é restrito a orações canônicas da Igreja Católica, como: Pai-Nosso, Ave-Maria, entre outras direcionadas a santos. Após pensarmos na ocorrência dessa forma de enunciação, comparando-a com as ideias dos estudiosos apresentados na fundamentação teórica deste trabalho, constatamos que: os conceitos dos elementos da enunciação de orações canônicas se distinguem em algum aspecto dos que são apresentados para uma enunciação ordinária; o locutor e a estrutura dos textos oracionais respondem pela alteridade que se manifesta nessa abordagem enunciativa; percebemos e explicamos o processo de repetibilidade e irrepetibilidade na enunciação desse tipo de texto; discorremos sobre as atitudes discursivas do locutor e a impossibilidade do processo de reversibilidade de papéis entre locutor e alocutário; e por fim apresentamos propostas para outras investigações sobre o tema aqui em estudo: a enunciação de textos prontos e postos na língua para uso.

**Palavras-chave:** Enunciação ordinária. Enunciação de orações religiosas. Semelhanças e diferenças entre enunciações.

## ABSTRACT

Playing the role of a prayerful reader, whether a member of the Catholic Church or not, the individual elaborates his own speech (free prayers) and/or uses the texts that are already done and available for use (canonical prayers). In the later case, he identifies himself as the self in the prayer, and make use of the text as if it were his own, and while enunciates it, gives the speech his own unique meaning. From this view, issues concerning the linguistic phenomena of enunciation, more specifically, the enunciation of Catholic Church's canonic prayer are raise and we aim to access how these enunciative approaches may be designed (elements and concepts); in a way we can perceive the otherness manifestation in the process; which may be understood as repeatable or unrepeatable in this kind of enunciation, which differentiates this kind of enunciation from an ordinary one. All this reflection is based on the principles of the theory developed by Oswald Ducrot 'Teoria da Argumentação na Língua' (ANL) as it concerns to this matter, so as in the fundamentals found on the base of his studies (Saussure and Benveniste) and texts from his pupils i.e. the researcher Carrel. This theory was chosen as the starting point for our investigation due to its objectivity, coherence, and precision the language aspects' study, dismissing the need of resorting to aspects external to it. The corpus selected to our discussion is limited to canonic prayers from the Catholic Church, such as the Our Father and Hail Mary, among others aimed to the saints. After considering the occurrence of this enunciation, comparing to the ideas of the scholars presented on the theoretical basis of this work, we noticed that: the concept of the elements from the catholic enunciation distinguishes in some aspect from those that are nor present in the ordinary enunciation; the speaker and the structure of the praying texts respond for the otherness which rises in the enunciative approach; we notice and explain the repeatability and unrepeatability process in the enunciation of this kind of text; we argue the speaker's discursive attitudes and the impossibility of a reversibility process between speaker and the one he is reaching for, and, finally we propose other investigations on the subject hereby studied: the enunciation of texts elaborated and put into use in the language.

**Key words:** Ordinary enunciation. Enunciation of religious prayers. Similarities and dissimilarities between enunciations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1 - Língua e fala: elementos inseparáveis.   | 25 |
| FIGURA 2 - Dupla natureza da palavra.   | 31 |
| FIGURA 3 - A análise linguística.   | 32 |
| FIGURA 4 - Expressões-chave que caracterizam o locutor.   | 51 |
| FIGURA 5 - <i>Status</i> e funções atribuídos aos conteúdos.  | 54 |
| FIGURA 6 - Ideias básicas tomadas dos estudos saussurianos e defendidas por Ducrot.                     | 59 |
| FIGURA 7 - Elementos que compõem a organização dos enunciados das orações canônicas da Igreja Católica. | 74 |
| FIGURA 8 - Diálogos que acontecem no processo de enunciação de orações canônicas.                       | 83 |
| FIGURA 9 - Sinopse da expressão da alteridade na enunciação de orações canônicas da Igreja Católica.    | 91 |
| FIGURA 10 - Diálogos explícitos que acontecem no processo da enunciação de ladainhas.                   | 94 |
| QUADRO 1 - Síntese da descrição do fenômeno enunciação por Benveniste e por Ducrot.                     | 61 |

QUADRO 2 - Síntese da descrição de elementos do fenômeno enunciação de textos oracionais religiosos da Igreja Católica. 84

QUADRO 3 - Enunciação ordinária e enunciação de orações canônicas da Igreja Católica: proximidade e distanciamento. 98

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 NOSSA PROPOSIÇÃO: QUEM? O QUÊ? POR QUÊ? PARA QUÊ? COMO?</b>  | 13 |
| <b>2 O NOVO SURGE A PARTIR DE INDAGAÇÕES SOBRE O QUE JÁ EXISTE.</b>   | 19 |
| 2.1 POR QUE SAUSSURE TERIA BUSCADO PLATÃO?  | 19 |
| 2.2 A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE: O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO APARELHO FORMAL DA LÍNGUA PELO LOCUTOR.                         | 28 |
| 2.3 A ENUNCIÇÃO EM DUCROT: O SURGIMENTO DE UM ENUNCIADO.  | 43 |
| <b>2.3.1 Atitudes do locutor.</b>   | 52 |
| 2.4 ENTÃO, QUAL É A RELAÇÃO ENTRE DUCROT E SEUS ANTECESSORES (SAUSSURE E BENVENISTE)?                                       | 58 |
| 2.5 UMA SINOPSE DA CONCEPÇÃO TEÓRICA DE ENUNCIÇÃO ORDINÁRIA E DAS INDAGAÇÕES SUSCITADAS NO PERCURSO TEÓRICO DESTE TRABALHO. | 62 |
| <b>3 OUTRA ABORDAGEM SOBRE O FENÔMENO ENUNCIÇÃO.</b>  | 66 |
| 3.1 ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA: O <i>CORPUS</i> DO ESTUDO.  | 66 |
| 3.2 COMO PODEMOS DELINEAR A ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA?  | 68 |
| 3.3 A ALTERIDADE NA ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA.  | 84 |
| 3.4 O QUE É REPETÍVEL E IRREPETÍVEL NA ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA.                                   | 88 |
| 3.5 EXTRAPOLANDO O <i>CORPUS</i> PREDEFINIDO  | 91 |
| <b>4 ONDE CHEGAMOS E O QUE PROPOMOS PARA OUTRAS POSSÍVEIS CAMINHADAS.</b>   | 96 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | 100 |
| <b>ANEXO A – Outras orações canônicas da Igreja Católica</b> | 105 |
| <b>ANEXO B – Ladainha de Nossa Senhora</b>                   | 108 |
| <b>ANEXO C – Ladainha de Todos os Santos</b>                 | 110 |

## 1 NOSSA PROPOSIÇÃO: QUEM? O QUÊ? POR QUÊ? PARA QUÊ? COMO?

Mais um estudante se debruça sobre a primeira folha branca (agora já não mais branca) de inúmeras outras que passam pelo mesmo processo, sendo preenchidas sobre um objeto de estudo, pelo qual deve ter se apaixonado ou de imediato, ou com o passar do tempo, durante sua jornada de estudos diários do seu Doutorado.

Há quatro anos, eu, Deije Machado de Moura, apresentei-me ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mais especificamente à área de Linguística, e desde então dei início aos meus estudos. Nesse percurso, ao realizar os créditos, passei a apreciar teorias por mim desconhecidas, entre as quais desafiei e fui desafiada pela Teoria da Argumentação na Língua (ANL), sob a orientação e entusiasmo da Professora Dra. Leci Borges Barbisan. Esclareço que aqui faço uso do verbo “desafiar”, por ter me sentido provocada, instigada, a cada vez que eu mergulhava e, conseqüentemente, aprofundava-me nas discussões apresentadas por Oswald Ducrot e seus colaboradores e discípulos. Teoria que, metaforicamente falando, roubou, sequestrou muito da minha atenção acadêmica, enfim encantou-me pela sua objetividade, coerência, precisão no estudo do sentido da linguagem, sem ter que recorrer a aspectos externos a essa.

Estudar o *sentido da linguagem*<sup>1</sup>, outro desafio, pois o quê estudar, muito menos o quê escrever de inédito sobre algo que há tempo já foi tão discutido pelos estudiosos da linguagem? Como contribuir com as investigações de um teórico atuante e que está muito a minha frente naquilo que propõe? Principal aridez enfrentada pelo caminho, foi como tirar “leite de pedra”, até que percebi que, talvez, minha contribuição, inicialmente, fosse colocar em prática o conceito que sustenta a ANL: a *alteridade*. E assim, procurei criar uma relação de diálogo entre mim, minha orientadora e os autores, por meio dos textos lidos; e, como em todo diálogo, a troca de papéis entre o *locutor* e o *alocutário* aconteceu, exceto com os autores, o que me levou a fazer uso da estratégia da releitura inúmeras vezes, para ouvir o quase inaudível.

---

<sup>1</sup> Destacamos nesta seção palavras-chave que norteiam nossa discussão no todo deste trabalho, aqui apresentado.

E foi me vendo na indisponibilidade de respostas por parte dos interlocutores teóricos com os quais eu dialogo, que comecei a problematizar algumas questões que me levaram a refletir sobre o processo da *enunciação*, mais especificamente a *enunciação de textos prontos*, disponíveis para uso pelos falantes de uma língua, e que normalmente são bastante utilizados. Para direcionar melhor a reflexão, ainda procurei delimitar um *corpus*, chegando aos discursos de *orações canônicas*<sup>2</sup> da Igreja Católica, mais restritamente aos discursos de orações direcionadas a santos.

Justifico que a escolha desse *corpus* é uma sequência do meu interesse por analisar linguisticamente discursos religiosos. Desde 2005, tenho realizado buscas neste tipo de material linguístico, só que antes com orações intituladas benzeduras<sup>3</sup> e na área dos estudos léxico-semânticos, investigações que resultaram na minha Dissertação de Mestrado. Agora, para dar corpo a esta tese, analiso a enunciação de textos religiosos que estão prontos, postos na língua para serem usados, mas que, certamente, a cada realização linguística ocorre um processo singular, único. Particularidade essa que me faz elaborar a seguinte problemática: como a ANL e suas bases podem explicar o fenômeno da enunciação de textos prontos na língua, especificamente de textos religiosos direcionados a santos da Igreja Católica? Como identificar e definir os elementos da enunciação desses textos? Como podemos explicar a manifestação da alteridade entre os elementos que compõem a enunciação de orações religiosas? O que é repetível e/ou irrepetível nessa forma de enunciação?

Neste momento, abro um parêntese para dizer que, deste ponto em diante, passo a escrever este trabalho na primeira pessoa do plural, para ratificar a presença e relevância da minha orientadora ao meu lado, pois se antes nas minhas inquietações iniciais eu não estava só, uma vez que eu sempre a consultava, expondo-lhes dúvidas, no instante em que ela decidiu me acompanhar nesse percurso, com o seu direcionamento, construímos tudo que aqui apresentamos.

Procurando elaborar hipóteses para as questões levantadas a partir de leituras prévias, discussões no grupo de estudos sobre o discurso<sup>4</sup>, nas aulas das disciplinas<sup>5</sup> “Teoria da

---

<sup>2</sup> Termo escolhido para nomearmos orações da Igreja Católica, cujos textos já estão prontos e disponíveis para uso pelos seus fiéis e/ou leitores interessados.

<sup>3</sup> Segundo Oliveira (1985), benzeduras é o conjunto de rezas, gestos ou palavras ditas por pessoas especializadas como o curador, rezador ou benzedor.

<sup>4</sup> Esse grupo de estudos é formado por orientandos da Profa. Dra Leci Borges Barbisan, sob a coordenação da mesma, em reuniões realizadas, semanalmente, a fim de realizarmos leituras, discussões e aprofundamentos de temas relacionados à ANL.

<sup>5</sup> Disciplinas oferecidas no ano de 2012, pelo Programa de Pós-Graduação, no período do meu estágio na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), as quais realizei como ouvinte.



Argumentação na Língua” e “Teorias do texto e do discurso” ministradas pela Profa. Dra. Leci Borges Barbisan e nas orientações com a mesma, podemos pensar que as discussões teóricas aqui apresentadas como fundamentação deste trabalho ainda não discutem tal especificidade da enunciação (e se alguma delas discute, não o faz de maneira completa), e que a enunciação desse gênero textual se estrutura, inicialmente, no seu próprio material linguístico que é adotado e assumido por cada locutor, sempre que esse deseja realizar uma *manifestação linguística* de uma das orações. Sem a pretensão de construirmos uma abordagem teórica para explicar tal problemática, acreditamos encontrar respostas para as interrogações acima, o que certamente contribuirá com os estudos aqui tomados como base.

Para respondermos ao problema levantado, traçamos alguns objetivos que servem de orientação para essa caminhada investigativa: em termos gerais, propomo-nos refletir minuciosamente sobre o assunto em questão, a fim de chegarmos a algumas conclusões que poderão corroborar com o que já é proposto pela ANL. Mas, para que alcancemos essa meta maior, outras metas específicas também são apresentadas: identificar e definir os elementos da enunciação de textos religiosos direcionados a santos da Igreja Católica; verificar de que forma a alteridade se manifesta na enunciação desse tipo de texto; reconhecer o que é repetível e/ou irrepetível nessa forma de enunciação.

Pesquisar a enunciação, assim como a alteridade e tudo mais que dela se origina e/ou nela se manifesta, é mergulhar no sentido da linguagem, condição da existência humana, da vida. É ver a língua, como afirma Ducrot em todos os seus estudos, como lugar da intersubjetividade, lugar onde as pessoas<sup>6</sup> se confrontam, encontram-se, criando assim uma relação de parceria entre o eu que produz o discurso, produz o sentido, com o outro que é implantado diante daquele. A questão que ressoa todo o tempo neste estudo é: como isso se manifesta quando textos que estão prontos na língua são utilizados como discursos próprios por indivíduos que se põem no papel do locutor (responsável pelo discurso) para um alocutário que linguisticamente não possibilita a reversibilidade, processo característico de uma alocação ordinária?

Durante esta jornada de investigação em busca de respostas para as questões levantadas, enveredamos por um pequeno trecho da mesma trilha de estudos teóricos sobre o uso da língua que foi realizada por Ducrot, que, desde sempre, viu a noção de relação como a base dos seus estudos linguísticos<sup>7</sup>. Na constituição da espiral dos estudos sobre essa

---

<sup>6</sup> Entendamos aqui o termo pessoa como homem no mundo.

<sup>7</sup> Na seção 2.3 do capítulo teórico deste trabalho, discorreremos sobre tal afirmação.

temática, encontramos os seguintes teóricos: Saussure que bebe, provavelmente, na filosofia de Platão ao buscar a noção de alteridade, conseqüentemente afirmando que a palavra espera o seu uso; Benveniste e Ducrot que encontram em Saussure esse conceito que ele trouxe da filosofia para a linguagem; Carel que apresenta fortes contribuições para a ANL, pela radicalização de concepções pré-existentes e introdução de novos conceitos e também por desenvolver, de acordo com os estudos polifônicos de Ducrot, a Teoria Polifônica da Argumentação (TAP). Tal investigação, para este trabalho, é muito relevante, uma vez que essa pesquisadora tem tratado das atitudes do locutor. Então, podemos assegurar que os pensamentos de Benveniste para a elaboração do seu ponto de vista sobre enunciação e as reflexões de Ducrot para a criação da ANL são orientados por Saussure. Como o percurso desses estudiosos é vasto, aqui especificamos o que de fato tomamos como orientação para nossas reflexões.

Buscando a base dessas discussões teóricas, passeamos por algumas ideias de Platão, traduzidas para o francês por Cordero (1993), sem nenhuma aspiração de adentrarmos na área da Filosofia, mas com o propósito de encontrarmos, na obra “O sofista” e em comentários de outros estudiosos, a visão desse filósofo sobre a linguagem: o entendimento de que, por meio da palavra, do discurso, dizemos o ser das coisas e a concepção de que a linguagem está no alicerce da relação entre os seres. Nos estudos saussurianos, verificamos como o teórico propõe seus estudos sobre a língua e por quê. Para tal, recorremos a textos do “Curso de Linguística Geral”<sup>8</sup> (2006), como também aos “Escritos de Linguística Geral”<sup>9</sup> (2004).

Através dos textos “O aparelho formal da enunciação” (1989), “A natureza dos pronomes” (2005), “Forma e sentido na linguagem” (1976) e “Os níveis na análise linguística” (1976) de Benveniste, procuramos refletir sobre enunciação, a fim de que possamos relacioná-la com os estudos e a proposta de Ducrot sobre a mesma temática, e assim, com um olhar analítico e discursivo, verificarmos como essas discussões podem nos ajudar a responder à problemática levantada. Do autor da ANL, em especial, fazemos uma releitura dos textos “Enunciação” (1984) e “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação” (1987). Carel é por nós visitada, na tentativa de encontrarmos uma resposta, através dos seus textos “Atribuição do ponto de vista e apagamento da narrativa” (2012<sup>a</sup>) e “Narrativa e persuasão em Claude Gueux de Victor Hugo” (2012<sup>b</sup>), sobre a atitude discursiva dos interlocutores que participam da alocação de orações canônicas da Igreja Católica.

<sup>8</sup> Livro organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye e Riedlinger, a partir de três cursos ministrados por Saussure na Universidade de Genebra. (FREITAS, 2006)

<sup>9</sup> Livro organizado por Simon Bouquet e Rudolf Engler, a partir de manuscritos de Saussure encontrados na residência da família de Saussure, em Genebra. (Ibid)

Além dos estudos teóricos selecionados, é necessário também situarmos nosso leitor na metodologia que definimos para trabalharmos o *corpus* que nos leva a pensarmos um pouco mais sobre a enunciação. Para tanto, tomamos como base orientações apresentadas por Flores et al. (2008), quando explicita, fundamentado em Benveniste, aspectos teórico-metodológicos, que permitem abordar a linguagem pelo caminho linguístico-enunciativo.

Segundo o autor, não existe um método de análise linguístico-enunciativa que seja uno para todas as teorias da enunciação. E como o que aqui é proposto nos parece que ainda não foi refletido pelas teorias existentes, partimos de um tipo de texto que se encaixa na concepção de algo que está pronto e disponível para ser usado. Escolhemos para isso textos oracionais religiosos da Igreja Católica. Assim, encontrarmos um banco de dados não é raro, ao contrário, são inúmeras as orações, o que nos leva a selecionar aquelas mais usadas pelos locutores no seu dia-a-dia, a exemplo: Pai-Nosso, Credo, Santo Anjo do Senhor, Ave-Maria, Salve Rainha, como também algumas direcionadas especificamente a alguns santos.

Enfim, problematizamos, refletimos, pesquisamos, analisamos, organizamos e apresentamos os resultados dos nossos estudos em quatro capítulos, que abaixo descrevemos:

- este primeiro, onde apresentamos nossa proposta de investigação: o quê? por quê? para quê? e como?;
- no segundo capítulo, desenvolvemos a espiral teórica entre Saussure, Benveniste, Ducrot e Carel, e conseqüentemente traçamos um quadro comparativo entre as ideias de Benveniste e Ducrot sobre enunciação. Ainda nesse segundo capítulo, fazemos uma sinopse do que denominamos enunciação ordinária e também das inquietações levantadas no decorrer de nossos estudos de base, para conferirmos o que realmente falta, em termos de teoria, quando desejamos tratar da enunciação de textos prontos;
- no terceiro capítulo, organizamos nossas reflexões sobre o que aqui acreditamos ser outra abordagem do fenômeno enunciação;
- no quarto capítulo, visto como ponto de chegada, retomamos a proposta de pesquisa apresentada nesta seção, a fim de verificarmos se o que encontramos, durante a nossa caminhada investigativa, responde às indagações que nos impulsionaram a esta pesquisa, alcançando assim os nossos objetivos ou não. Dando continuidade a essa última parte do trabalho, trazemos propostas de como essa caminhada poderá prosseguir, deixando claro para os nossos leitores pesquisadores que a nenhuma investigação pode ser colocado um ponto final, ao

contrário, outras contribuições precisam surgir, o que só acontecerá com novas pesquisas.

## 2 O NOVO SURGE A PARTIR DE INDAGAÇÕES SOBRE O QUE JÁ EXISTE.

Para as produções científicas, exigem-nos sempre que sejamos inéditos. Mas, cremos que essa exigência tem origem na lembrança de que o novo surge a partir de reflexões sobre o que já existe, sobre o que já está posto, afinal as verdades são relativas e estão aí para receberem contribuições. Desse modo, para chegarmos ao que aqui propomos (outra abordagem sobre o fenômeno enunciação), sentimos a necessidade de pontuações, mesmo que breves, sobre pressupostos teóricos que contribuam com as nossas inquietações. Como, por inúmeros fatores (delimitação da pesquisa, aprofundamento, pertinência, tempo, entre outros), não podemos falar de todos e de tudo que esses todos discutem, e não esquecendo que nossos estudos são alicerçados na ANL e, conseqüentemente, nas suas raízes, fizemos uma seleção de textos (já apresentados no nosso primeiro capítulo) que contemplam ideias de Saussure, Benveniste, Ducrot e Carel, e que servem de ponto de partida para a construção da terceira parte deste trabalho.

Destacamos que, em alguns momentos deste capítulo, no interior das seções, intercalamos, aos posicionamentos dos teóricos, alguns questionamentos (destacados em *itálico*) que norteiam a elaboração da abordagem sobre a enunciação de textos oracionais religiosos canônicos e disponíveis para uso.

### 2.1 POR QUE SAUSSURE TERIA BUSCADO PLATÃO?

Considerando que os estudos de Ducrot têm, como base, princípios dos estudos de Saussure, e que o linguista genebrino teria buscado em Platão o conceito de alteridade<sup>10</sup>, trazendo-o para a linguagem, pensamos ser relevante iniciarmos nossas discussões a partir desses estudiosos, uma vez que, para falarmos de enunciação, é preciso compreendermos, antes de mais nada, como ocorre a relação linguística na língua, na fala e entre língua e fala.

Em um instante de reflexão sobre a linguagem, paramos para pensar no quanto ela constitui o homem, ser na sua essência relação: por necessidade nata, as pessoas a todo tempo

---

<sup>10</sup> Trazemos essa afirmativa de leituras e interpretações do próprio Ducrot sobre textos saussurianos, em especial no texto “O valor linguístico” e declarações feitas por Bouquet e Engler no prefácio do ELG (2004) de que a minuciosa fundamentação das reflexões do mestre é de base epistemológica e *filosófica* (grifo nosso).

buscam o outro para existirem e fazê-lo existir, chegando assim a sua essência. Tudo é uma constante comparação, precisamos sempre de outro para constituirmo-nos, formarmos opiniões, tomarmos decisões, realizarmos ações, apresentarmos-nos como seres únicos, diferentes, singulares, mas resultados de uma pluralidade existente nessa cadeia humana. Para isso, o homem coloca em desenvolvimento uma das suas maiores propriedades: a linguagem. Propriedade essa que nos permite dialogarmos de diversas maneiras. Para melhor descrevermos como se dá esse diálogo ao longo da vida de uma pessoa, basta lembrarmos de uma criança que ainda não fala, mas que se comunica: através de sinais, gestos, expressões faciais, choro, sorriso... esse ser, ainda pequeno, vai demarcando seu espaço, desenhando sua personalidade, conquistando seus desejos, sofrendo, agindo, enfim se definindo enquanto indivíduo, até quando, dentre as diversas propriedades desenvolvidas, todas sempre em relação com o outro, chega à língua/fala.

Fazermos uso de uma língua significa desde cedo sermos presenteados com um quebra-cabeça, e como tal, cada peça lhe é importante. Ainda quando crianças, mesmo sem entendermos, muito menos sem sabermos explicar, vamos apreendendo e usufruindo da língua que herdamos e, paralelo ao nosso desenvolvimento físico, está o linguístico que vai nos permitindo enxergar, concordar, acrescentar, modificar as coisas, os outros e, principalmente, nós mesmos, sempre em relação com o outro, pois para descobrirmos a essência de algo é preciso conhecer esse algo; só nos definimos quando conseguimos perceber o outro; só nos enxergamos por causa do outro; magnificamente, as diferenças notadas no outro nos revelam.

Platão, em seu texto “O Sofista”, como nos demais, apresenta-nos mais um exemplo de como a linguagem se constitui por um “eu” e por um “tu”, uma vez que busca definir e estabelecer a verdadeira natureza do sofista por meio do diálogo. Pela linguagem, estuda a realidade fundamentada em cinco categorias: o Movimento, o Repouso, o Mesmo, o Ser e o Outro, sendo que o Outro percorre todas as outras, a exemplo: o Movimento é o que o Repouso não é e vice-versa. Ao tratar do Ser e do não-ser (o Outro), ele investe na afirmação de que o segundo deve ser visto como alteridade do primeiro, e não como algo contrário; o não-ser é enquanto é outro, ou seja, negação não é contrariedade, mas sim algo diferente. Platão afirma que o verdadeiro Ser é uno e múltiplo ao mesmo tempo.

Corroborando com a nossa compreensão sobre o conceito de alteridade apresentado por Platão, Cordero, na introdução de sua tradução do texto “O Sofista”, explica:

O que é isolado degenera e morre. A vida, o pensamento, a mudança existem e é graças a isso que as Formas ou qualquer outra realidade podem – e devem – comunicar com outras realidades e encontrar assim um novo impulso. O ser, que escapa à “coisificação”, torna-se um verdadeiro poder que leva as realidades a essa mistura que as coisas são. É nessa possibilidade de comunicação com outras realidades que cada coisa chega a constituir sua essência: toda coisa é, de fato, a mesma que ela própria, e diferente das outras; eis seus limites, isto é, sua essência. Identidade e diferença são assim dois princípios supremos – tornados possíveis pela comunicação recíproca – que definem cada coisa.

[...] tudo que é real existe porque há um poder de comunicação recíproco. Esse poder de comunicação é o ser. O que não produz nenhum efeito ou que não pode sofrer nenhum efeito não existe. [...] o fundamento dessas causas e desses efeitos que caracterizam o que é, é seu poder de agir e de sofrer. [...] Tudo o que existe depende desse elo. É a dupla ação-paixão. Esses dois movimentos são modos de se comunicar. [...] Cada coisa é idêntica a ela mesma, mas é também diferente das outras. Há um olhar para dentro e para fora. O lado exterior é o início da “região do outro”, em relação a alguma coisa. Então, a definição de cada coisa é dupla: cada coisa não é só o que ela é; ela é também diferente do que ela não é. (CORDERO, 1993, p. 47-54 apud BARBISAN, 2012, p. 134. Tradução de BARBISAN.)

Assim, no instante em que o Ser (elemento que é vida, relação, comunicação) deixa de ser isolado e passa a se comunicar com o Outro, ele adquire o poder de modificar-se e de modificar as coisas, chegando a sua real essência. No entanto, para que efeitos/mudanças aconteçam, ações paralelas devem ocorrer: é preciso que o “eu” aja, para que alcance o outro, como também é necessário que ele receba/sofra a ação do outro. Apenas por meio dessa ligação, as coisas passam a existir; nada ou ninguém é o que é sem o olhar externo, sem beber nas semelhanças e/ou diferenças do outro. Desse modo, na visão de Platão, a realidade é constituída pela alteridade, um ser é o que o outro não é. O que não é realidade não existe; tudo que existe é, e tudo que é existe, ou seja, existir é imprescindível para a coisa ser.

Ao entender essa cumplicidade do “eu” com o “outro”, teoria platoniana, Saussure parece comungar com o filósofo, uma vez que é possível encontrarmos, em textos seus, declarações bem semelhantes a alguns pensamentos de Platão, a exemplo de quando trata do aspecto conceitual do valor linguístico. Ratifiquemos essa afirmação nossa comparando os trechos abaixo: um que traz idéias platônicas explicadas por Cordero (1993) e outro no qual Saussure aproxima suas reflexões linguísticas da filosofia:

[...] toda coisa é, de fato, a mesma que ela própria, e diferente das outras; eis seus limites, isto é, sua essência. Identidade e diferença são assim dois princípios supremos. [...] Então, a definição de cada coisa é dupla: cada coisa não é só o que ela é; ela é também diferente do que ela não é. (CORDERO, 1993, p. 47-54 apud BARBISAN, 2012, p. 134. Tradução de BARBISAN.)

Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 2006, p. 136)

E, assim, Saussure desenvolve, nos seus estudos, a noção de valor na linguagem, afirmando que é somente na relação de um elemento com o outro que se constrói o sentido. Assim como no mundo das ideias, na linguagem o sentido de uma palavra, pelo fato de que ela não é o outro, é diferente, isto é, está sempre em oposição a outra.

A alteridade/relação está no fato de que a língua em uso deve ser vista em relação associativa e combinatória com o Outro; é necessário combinarmos as palavras, para chegarmos a um sentido, como declara Barbisan (2012, p. 139): “[...] O sentido é produzido internamente, pelas palavras. É pela alteridade, fundamento da noção de valor, que o sentido se produz na linguagem.” Um discurso é resultado de combinações, de relações entre palavras e entre enunciados que produzem significados; isolando nomes e verbos não produzimos discurso, sobre nada discorremos. A partir de suas percepções, Saussure dá existência à Linguística como ciência da linguagem, abordando-a de maneira inovadora e desenvolvendo um olhar investigativo ao seu funcionamento, o que muito nos interessa, uma vez que uma das propostas deste estudo é verificarmos como a alteridade/relação se manifesta na estrutura dos textos oracionais canônicos, e principalmente no processo de enunciação desses textos. Pensando nessa proposta saussuriana, levantamos nossa primeira indagação: *se a natureza da língua cede ao locutor a possibilidade de se enunciar para seu alocutário elaborando várias imagens de si mesmo e do outro, o que leva pessoas a atribuírem valor a esses textos já prontos, isentando-se da oportunidade de escolhas lexicais na língua para expressarem o que desejam?*<sup>11</sup>

Para discutirmos a questão acima, tomamos como base reflexões saussurianas localizadas nos seguintes textos da obra Curso de Linguística Geral - CLG (2006): capítulo III “Objeto da Linguística”; capítulo IV “Linguística da língua e linguística da fala”; (esses contidos na introdução do livro); e capítulo IV, intitulado “O valor linguístico” e capítulo V “Relações sintagmáticas e relações associativas” (esses se localizam na segunda parte do livro intitulada “Linguística sincrônica”), como também alguns outros conceitos apresentados nos Escritos de Linguística Geral (2004).

---

<sup>11</sup> Para marcamos nossas indagações suscitadas a partir da relação teorias e objeto em estudo, fizemos uso do *itálico*.



Muito além dos seus antecessores no que se refere às reflexões da Ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua, Saussure nos apresenta um quadro amplo de possibilidades para aprofundarmos, enriquecermos e avançarmos nas pesquisas sobre a linguagem humana. Conceitos importantes para investigações linguísticas, como: sistema de signos, noções de estrutura e de relação, diversos valores de um signo, entre outros, são indispensáveis até os dias de hoje (este estudo é uma comprovação de tal afirmação), o que nos leva a acreditar que “superado” é um adjetivo que nunca poderia ter sido atribuído a esse estudioso, como mencionado no prefácio do CLG: “Nunca Saussure esteve mais presente nesta década, em que ele é às vezes declarado ‘superado’”. (SALUM in SAUSSURE, 2006, p. XV).

Nesse momento, ao revisitarmos o CLG, não apenas redizemos, mas re-redizemos<sup>12</sup> algumas ideias de Saussure a respeito da natureza da linguagem, uma vez que o rigor desse linguista (que pode ser verificado em uma declaração própria) não lhe permitiu publicar os resultados dos seus estudos:

[...] estou aborrecido com tudo isso, e com dificuldade de escrever sequer dez linhas sensatas a respeito de assuntos linguísticos. Por longo tempo estive, acima de tudo, preocupado com a classificação dos pontos de vista a partir dos quais nós os tratamos: e estou cada vez mais consciente da imensa quantidade de trabalho que seria necessária para mostrar ao linguista o que ele está fazendo. (SAUSSURE apud CULLER, 1979, p. 9)

Por outro lado, cremos que foi esse rigor, insistência e pensamentos intensos que levaram Saussure (2006, p. 16) a perceber a linguagem como uma dimensão maior do fenômeno linguístico, algo heterogêneo que engloba língua e fala, sem poder conceber uma sem a outra: “um lado social e um individual; um sistema estabelecido e uma evolução; um produto do passado e uma instituição atual”, sendo que essas relações são tão profundas que não há como separá-las. E aqui, a alteridade já começa a nortear as observações feitas pelo linguista em suas reflexões: relação na língua, relação na fala, relação entre língua e fala.

No entanto, o autor declara que é impossível estudar a linguagem integralmente, ou seja, sob vários aspectos ao mesmo tempo. E assim, determina a língua como seu objeto de estudo, por acreditar que através dela todas as demais manifestações da linguagem podem ser investigadas, uma vez que “[...] entre tantas dualidades, somente a língua parece ser suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito.”

---

<sup>12</sup> Neologismo criado pela autora deste trabalho para nomear o ato de repetir algo que foi dito por alguém, mas publicado por outros e, conseqüentemente, reinterpretado por inúmeras outras pessoas.

(SAUSSURE, 2006, p. 17). Por esse posicionamento, ele passa a ser visto como estruturalista<sup>13</sup>. Termo, por muitos, compreendido equivocadamente, mas que entendemos como o ato de definir com consciência os objetos da área em estudo um em relação ao outro, no caso desse linguista apresentando uma originalidade profunda da língua.

Ao conceber a língua, parte essencial da linguagem, como um sistema composto de palavras e orientações que exprimem concepções necessárias para o estabelecimento da comunicação (por isso social), Saussure aprofunda um pouco mais a discussão e afirma a impossibilidade de apreender qualquer unidade linguística fora do sistema do qual faz parte, pois é o sistema que lhe dá realidade, é o sistema que define, pela associação e coordenação entre os signos, uma ordem própria da língua. Uma pessoa, por si só, não tem o poder de mudar a língua, já que essa só existe completamente no coletivo.

Diante da percepção de diferentes naturezas para a língua e para a fala, Saussure propõe duas linguísticas:

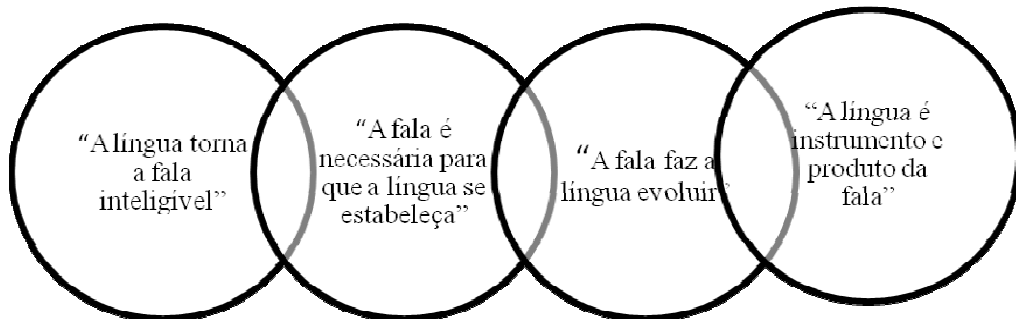
[...] uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física. (SAUSSURE, 2006, p. 27).

Mas, jamais entendamos essa proposta como uma separação desses elementos que compõem a linguagem, pois não há como separá-los, já que são tão imbricados, tão interdependentes, como declara o autor genebrino em seus estudos. Vejamos algumas afirmações dele referentes à relação entre língua e fala na Figura 1 (SAUSSURE, 2006, p. 27):

---

<sup>13</sup> Em páginas posteriores deste trabalho, encontramos exposições de teóricos que explicam esse termo utilizado para caracterizar o linguista genebrino em estudo.

FIGURA 1 – Língua e fala: elementos inseparáveis.



Fonte: A autora da tese (2012)<sup>14</sup>

Dedicando-se à Linguística da língua, sem perder de vista a alteridade em seus estudos, pois segundo declarações de Ducrot (2009, p. 10), também um estudioso de Saussure, em todo o capítulo sobre "O valor linguístico", Saussure "[...] não faz senão aplicar às palavras da língua o que Platão disse sobre as Ideias.", o linguista genebrino define o papel dessa ciência como algo que está para intermediar o pensamento e o som que constituem um termo linguístico, mantendo-os sempre unidos, como o verso e o anverso de uma folha de papel, de modo que não haja possibilidade de mexer num, sem alterar o outro. Cada signo da língua une, arbitrariamente, um significado a um significante com dependência recíproca e de natureza psíquica, isto é, não tem a ver com a materialidade física, mas sim com uma espécie de realidade virtual:

Quando afirmo simplesmente que uma palavra significa alguma coisa, quando me ateno à associação da *imagem acústica*<sup>15</sup> com o *conceito*, faço uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma idéia da realidade; mas em nenhum caso exprime o fato linguístico na sua essência e na sua amplitude. (SAUSSURE, 2006, p. 136, grifo nosso.)

<sup>14</sup> Como as figuras deste trabalho foram elaboradas pela autora, a data de cada uma delas se refere ao ano de produção.

<sup>15</sup> Saussure, no seu terceiro Curso de Linguística Geral ministrado na Universidade de Genebra, substitui os termos "imagem acústica" e "conceito" por "significante" e "significado", respectivamente.

A partir desse entendimento, Saussure discorre sobre o valor de uma palavra/signo/termo<sup>16</sup>, priorizando esclarecer a diferença entre valor e significação. Para ele, o primeiro é um elemento dependente do segundo, ou seja, o valor parte da significação: “O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui, sem dúvida, um elemento da significação, e é difícil saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência.” (SAUSSURE, 2006, p. 133).

A significação é o que uma palavra significa nela mesma; enquanto o valor é resultado da relação de uma palavra com a outra (relações externas entre signos), sendo que essa relação tem como ponto de partida a significação de cada uma (suas relações internas: significado e significante de um signo): “visto ser a língua um sistema em que todos os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros [...]” (SAUSSURE, 2006, p. 133). Então, entendamos aqui o termo “dependência” no sentido de que o valor de um signo começa por sua significação. Não teríamos como conseguir aquele sem essa.

Ainda discorrendo sobre o valor de um signo, para que não confundamos valor com significação, Saussure (2006, p. 134) declara que, assim como outros valores fora da língua, o valor de um signo é formado por relações de dessemelhanças, ou seja, uma coisa é “[...] suscetível de ser trocada por outra, cujo valor resta determinar”; e de semelhanças com outros termos da língua, isto é, uma coisa pode ser comparada com outra cujo valor está em causa. E assim, ele comprova que não encontramos o valor de uma palavra apenas pela comparação entre ela e algo dessemelhante, o que nos levaria a trocarmos uma significação por outra; mas principalmente quando comparamos com valores semelhantes. O conteúdo de uma palavra só é concluído mediante essa relação de oposições e semelhanças entre outras que a rodeiam, e aqui, parece que estamos ouvindo uma paráfrase de um dos pensamentos de Platão: uma coisa é o que a outra não é. A relação entre os signos é tão relevante, que chega a ser mais importante do que o seu significado e/ou significante, pois o valor de uma palavra pode ser modificado apenas pelo fato de uma palavra próxima sofrer alguma alteração. Desse modo, as palavras para Saussure “não significam, elas valem”, esperam pelo uso, relacionando-se com outros termos, o que lhes dá a possibilidade da “existência de outros valores” (SAUSSURE, 2004, p. 30). É com base nessa noção de valor que são desenvolvidos todos os demais conceitos da teoria saussuriana.

---

<sup>16</sup> No corpo do capítulo “O valor linguístico” (SAUSSURE, 2006, p. 130-141), o autor faz uso das expressões *palavra*, *signo*, *termo*, referindo-se à mesma coisa.

Tentando exemplificar essa conceituação do valor de um signo, que se constitui pelas relações de distinções e semelhanças, tomemos um trecho de um dos inúmeros textos religiosos prontos e disponíveis para uso, a oração do Pai-Nosso: “Pai-Nosso que estás nos céus, santificado seja o vosso nome [...]”<sup>17</sup> (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012). Para compreendermos o valor do signo *pai-nosso* tomamos como ponto de partida a significação já posta na língua do primeiro elemento do termo<sup>18</sup> (pai) “homem que tem um ou diversos filhos; genitor. Chefe de uma linha de descendentes.” (DICIONÁRIO ONLINE, 2012). No entanto, quando relacionamos aquela às demais palavras que a rodeiam, como o termo *nosso*, notamos que o valor do signo em questão passa a ser outro: não se refere a qualquer homem mortal que vive na terra, genitor de um ou mais filhos, mas sim a um ser santificado, um ser celeste.

Observamos que os conceitos de significação e de valor apresentados por Saussure partem da sua orientação da existência e funcionamento da língua através de relações associativas (língua) e sintagmáticas (fala), isto é, as relações são necessárias para que a língua tenha vida. As primeiras são relações que acontecem em séries de associações mentais diversas, em um número infinito, sem ordem determinada e fora do discurso. Aproxima signos com algo em comum, isto é, alguma relação em termos de forma e/ou sentido; as últimas são relações que ocorrem por meio de combinações dentro do discurso, um termo de um sintagma adquire seu valor porque se opõe ao anterior, ou ao posterior, ou a ambos.

Para melhor compreendermos essas duas naturezas de relações das unidades linguísticas, Saussure nos oferece elementos analógicos ao compará-las a uma *coluna* que sustém uma *arquitrave* de uma determinada parte de um edifício, possibilitando-nos pensar em dois eixos, respectivamente: um vertical (relações associativas/língua) e outro horizontal (relações sintagmáticas/fala).

Podemos perceber esses dois eixos, coluna e arquitrave, da seguinte maneira: a coluna – eixo vertical - corresponde ao arquivo ou acervo linguístico que cada falante traz de sua língua e que se relaciona, por associação, na memória; a arquitrave corresponde às orientações de uso da língua, que nos faz buscar um termo no eixo associativo e lançá-lo ao eixo dos sintagmas de forma opositiva. Desse modo, ao escolhermos, por exemplo, entre inúmeros

<sup>17</sup> Ressaltamos que apresentamos os textos das orações comentadas neste capítulo *ipsis literis* encontrados no site <http://todasoracoescatolicas.blogspot.com.br>. Logo, toda questão de ordem linguística é aqui respeitada por nós.

<sup>18</sup> Realizamos a análise a partir do primeiro elemento da expressão, pelo fato de verificarmos, após pesquisa em dicionários impressos e online (inclusive em dicionário etimológico), que a mesma está dicionarizada apenas como título de uma oração: Pai-Nosso “oração cristã que principia por essas palavras.” (CEGALLA, 2005, p. 638).

nomes apenas um que melhor se encaixe com a proposta semântica de uma mensagem desejada, desconsideramos o uso de todos os outros nomes com potencialidade para ser aplicado na situação de fala. A essa exclusão Saussure chamou: *in absentia*. Porém, quando lançamos esse mesmo nome na arquitrave – eixo sintagmático; relações opositivas – faz-se necessária a observação de sua relação com as demais palavras da oração; é na presença dos demais elementos que se consolidará a escolha e se dará a aplicação do mesmo. A essa verificação com compromisso semântico o mestre chamou: *in praesentia*.

E assim, por meio dessa relação produzida no eixo sintagmático, produzimos discurso, colocando a língua em uso, pois como bem afirma o teórico nos seus Escritos de Linguística Geral (ELG) “A língua só é criada em vista do discurso [...]” (SAUSSURE, 2004, p. 235), ela é a matéria-prima utilizada e reutilizada por todas as pessoas ao construírem seus discursos. Com essa citação verificamos e certificamo-nos de que realmente todo o estudo saussuriano tem como ponto de chegada a língua em uso. Mas, como para chegarmos a algum lugar é preciso sairmos de algum outro, a estação de partida de Saussure é a língua enquanto sistema. Caminho muito bem percorrido pelo teórico, nas minúcias que o próprio sistema exige, deixando aos demais estudiosos a tarefa de chegarem ao destino das reflexões saussurianas: o discurso.

## 2.2 A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE: O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO APARELHO FORMAL DA LÍNGUA PELO LOCUTOR.

Além da ordem cronológica, o que nos leva a falar de Benveniste, neste trabalho, após termos citado concepções saussurianas? De acordo com Normand (2006), Benveniste foi gerado por Saussure, refletindo assim um acúmulo de conhecimentos que até hoje são reconhecidos pelos estudiosos da linguística. Desse modo, Benveniste parte do que é apresentado por Saussure (sem nunca esquecer a importância do seu mestre), já que em seus estudos “[...] a um só tempo, nega<sup>19</sup>, suprime, conserva e suspende a teoria de Ferdinand de Saussure [...]” (FLORES, 2011, p. 22) e constrói a teoria da Enunciação. Enquanto o primeiro

---

<sup>19</sup> Entendamos o verbo *negar* apresentado na citação do Prof. Flores como *contestar*, e não como afirmar algo que não existe.

nos presenteia com “os princípios, os temas e o método”, o segundo aplica “[...] tudo isso em análises concretas que transformaram radicalmente as descrições comparatistas.” (NORMAND, 2006, p. 2). Aliás, o próprio Benveniste (2005) em seu texto “Saussure após meio século” apresenta argumentos ratificadores da relação entre ambos, e até mesmo entre o genebrino e outros linguistas, como podemos verificar nos trechos abaixo:

Não há um só linguista hoje que não lhe [a Saussure] deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione seu nome.  
[...] Saussure é em primeiro lugar e sempre o homem dos fundamentos.  
(BENVENISTE, 2005, p. 34-35)

Podemos, então, entender que Saussure, como declara Flores (2011, p. 16) “é a condição de possibilidade de Benveniste [...] condição da possibilidade do desenvolvimento da linguística do século XX.”

Partindo, principalmente de princípios saussurianos (relação de língua e fala e a importância da prioridade da ordem linguística), Benveniste desenvolve um modelo de análise linguística da enunciação, inserindo “o homem na língua”. De acordo com Flores (2011, p. 25-27), podemos compreender essa expressão da seguinte maneira: Benveniste usa o termo “homem” para falar em locutor; e a expressão “na língua” para se referir ao sistema pensado por Saussure, tornando possível a união entre a singularidade da enunciação e a repetibilidade do sistema. De acordo com Flores e Teixeira (2005), quando desejamos tratar da enunciação, Benveniste é considerado o principal representante desse estudo, que passou a ser chamado Teoria da Enunciação. Segundo ele, a língua, antes da enunciação, é vista apenas como possibilidades. Diante dessas ideias, vemos a relevância de trazeremos alguns dos debates do referido autor para as nossas reflexões.

Destacamos que, na relação entre Saussure e Benveniste, o mais importante para nós, também estudiosos da linguagem, é que eles se encontram, e que desse encontro reflexões profundas sobre a linguagem são suscitadas e sustentam a espiral da alteridade.

Para conseguir elaborar essa nova proposta de estudo da linguagem, esforços não são medidos por Benveniste, o que tem como resultado a escrita de vários artigos, a exemplo: “Níveis de análise linguística”, “A forma e o sentido da linguagem”, “O aparelho formal da enunciação”, “A natureza dos pronomes”, “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, textos sobre os quais, a partir de agora, apresentamos nossa compreensão seguida de algumas indagações.

No primeiro texto indicado no parágrafo anterior, Benveniste expõe uma metodologia para o estudo da linguagem a partir de procedimentos e critérios, pois não há como separarmos a realidade de um objeto, realidade essa que é definida por um ponto de vista do método criado para defini-lo. Então, ele estabelece níveis de análise que vão do fonema (nível inferior) à frase (nível superior). Para o autor, a noção de nível é “[...] própria para fazer justiça à *natureza articulada*<sup>20</sup> da linguagem e ao *caráter discreto* dos seus elementos”, pois ela nos faz “[...] reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo.” (BENVENISTE, 1976, p. 127). E segue explicando que devemos priorizar a delimitação dos elementos para análise a partir das relações que os unem, o que pode ocorrer por segmentação e substituição. Ficam mais compreensíveis esses dois processos, se imaginarmos a análise de um texto: em primeiro momento segmentando-o em partes cada vez menores até ficarem indecomponíveis; e a partir de então, esses elementos podem ser identificados através de substituições que eles permitem. Pondo esse método em prática, segundo o autor, atingimos dois níveis inferiores da análise: o nível fonemático (entidades segmentáveis mínimas, os fonemas) e o nível merismático (traços distintivos chamados de merismas).

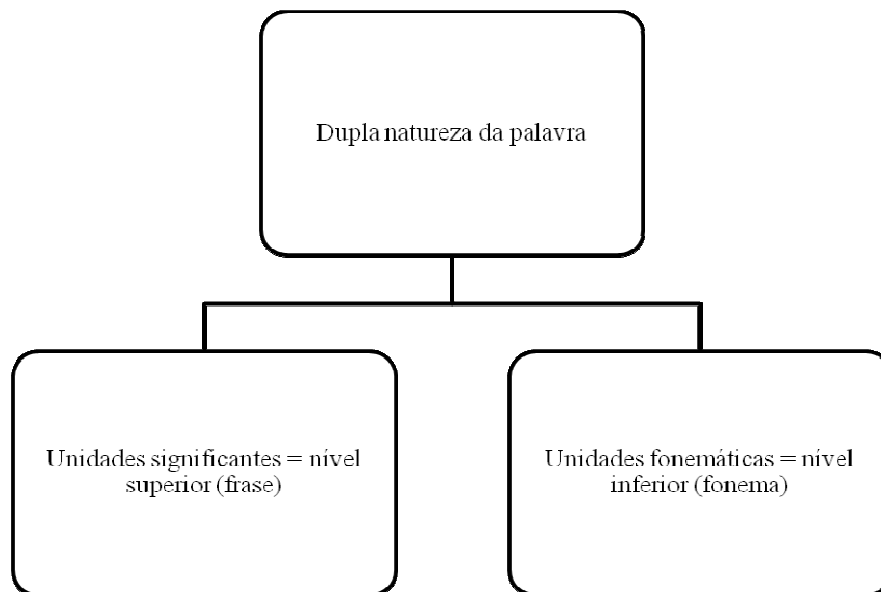
Definidos os níveis inferiores de uma análise linguística, o autor declara que é necessário nos debruçarmos sobre partes maiores que compõem um texto, reconhecendo que o sentido é condição fundamental às unidades de todos os níveis e à análise linguística. Além disso, é imprescindível sabermos que uma unidade linguística só é percebida como tal se puder identificar-se em uma unidade mais alta, elevando desse modo a observação do nível do fonema ao nível do signo, a palavra, elemento de dupla natureza, característica que retratamos, teoricamente, na Figura 2:

---

<sup>20</sup> Grifos do autor.



FIGURA 2 – Dupla natureza da palavra.



Fonte: A autora da tese (2012)

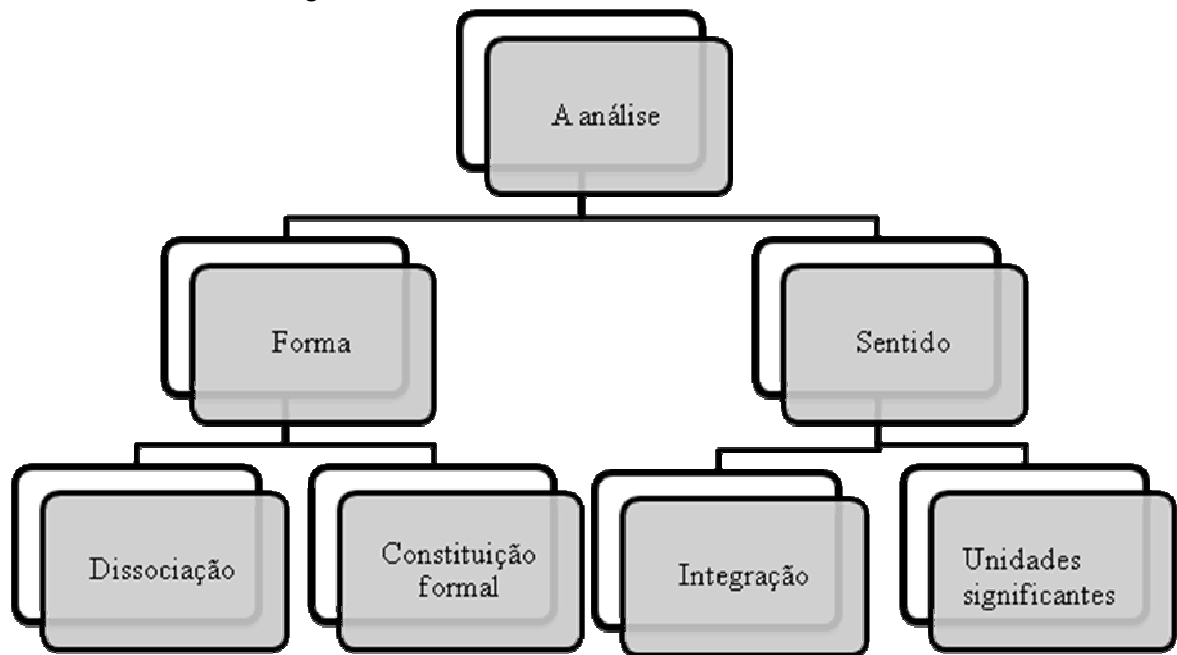
A partir da palavra, chegamos à unidade de nível superior: a frase. Sobre a palavra podemos declarar que ela é constituinte da frase; dá significação à frase; é a menor unidade significativa livre suscetível de efetuar uma frase; é vista, principalmente, como elemento sintagmático. As relações paradigmáticas têm menos relevância, quando a palavra está em função da frase, pois nesse contexto ela (a palavra) não é analisada como um lexema isolado.

Para entendermos a natureza das relações entre a palavra e a frase, é necessário firmarmos uma distinção entre palavras *autônomas* (exercem a função de constituintes de frases, a exemplo de: verbos, substantivos) e palavras *sin-nomas* (são acrescentadas a outras palavras de uma frase, a exemplo de: pronomes, preposições, artigos); e, por conseguinte, vemos como as unidades articulam-se segundo seus níveis, pois a mudança de um nível a outro promove dois tipos de relação: entre elementos de um mesmo nível, temos relações distribucionais; e entre elementos de níveis diferentes, encontramos relações integrativas. A fim de explicar essas últimas, o autor chama nossa atenção para o fato de que um signo aqui é:

[...] materialmente função dos seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função integrativa. (BENVENISTE, 1976, p. 133)

Então, a distinção entre a relação constituinte e a integrante funciona entre dois limites: o limite superior é a frase, que comporta constituintes; e o limite inferior é o merisma, que se define como integrante. Entre os dois, há o nível dos signos (autônomos ou sin-nomos; palavras ou morfemas), que contêm constituintes e funcionam como integrantes. A função da distinção entre constituinte e integrante é fundamental, pois governa a relação forma e sentido, elementos que devem definir-se um pelo outro e articular-se juntos na extensão da língua. Assim, a análise vai ao encontro da forma (tem a capacidade de *dissociar-se* em constituintes de nível inferior) ou do sentido (tem a capacidade de *integrar* uma unidade de nível superior), propriedades “indispensáveis e inseparáveis no funcionamento da língua” (BENVENISTE, 1976, p. 136):

FIGURA 3 – A análise linguística.



Fonte: A autora da tese (2012)

Trazendo de Saussure o conceito de língua, Benveniste procura entender a natureza articulada da língua e declara que cada signo só é definido em relação com o conjunto no qual se apresenta: sintagmática (quando o signo se define na relação paralela com os demais elementos do enunciado) ou paradigmática (quando o signo se define na relação com outros elementos substituíveis simultaneamente). Com esse entendimento, notamos que dois processos importantes ocorrem: esse teórico dá um lugar especial ao sentido e alcança o discurso, concebendo desse modo uma oposição entre a linguística da forma e a da

enunciação, como bem as definem Flores e Teixeira: “À primeira caberia a descrição das regras responsáveis pela organização sintática da língua [...]. a segunda pressupõe a anterior e inclui no objeto de estudo a enunciação.” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 35). Assim, passamos do nível da palavra para o nível da frase. Vejamos com que profundidade o autor define a frase em seus estudos:

[...] a criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluimos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. (BENVENISTE, 1976, p. 139).

De acordo com as colocações de Benveniste, podemos enumerar algumas propriedades referentes ao último nível da análise (a frase): ela pode ser segmentada, mas não pode ser empregada para integrar; o caráter distintivo, inerente à frase, é de ser um predicado; é composta de signos, mas ela mesma é um signo; não importa o número de signos que a compõem; tem como propriedade (e não unidade) fundamental o predicado; os tipos de frase se reduzem a um, a proposição predicativa, que é situada no nível categoremático, ou seja, não constitui unidade distintiva e não integra ordem mais elevada. A frase distingue-se naturalmente das outras entidades linguísticas, pois enquanto um fonema, um morfema, uma palavra podem ser contados, têm distribuição no seu nível respectivo, um emprego no nível superior, as frases são completas, não têm nem distribuição nem emprego. A frase é a unidade completa (que tem sentido e referência) do discurso e é “a manifestação da língua como instrumento de comunicação” (BENVENISTE, 1976, p. 139).

Na sua proposta de discussão sobre “Forma e sentido na linguagem”<sup>21</sup>, do ponto de vista linguístico (1976), o autor considera a oposição forma e sentido uma convenção banal, e por isso propõe uma reinterpretação da mesma no funcionamento da língua integrando-a e esclarecendo-a, uma vez que ela contém o ser da linguagem: a significação, caráter primordial daquela. Por meio da linguagem, o homem simplesmente vive; sem ela não haveria possibilidade de sociedade, logo nem de humanidade. Então, significar vai muito além dos conceitos lógicos firmados no critério objetivo da aceitabilidade: os predicados podem ou não ser aceitos pelo locutor. O autor defende que a particularização do conceito de significação pode surgir do entendimento de que: “[...] a linguagem é a atividade significativa por excelência, a imagem mesma do que pode ser a significação”; logo, “[...] a significação não é

---

<sup>21</sup> Artigo publicado pela primeira vez em 1967.

qualquer coisa que é dada à linguagem por acréscimo [...] é de sua própria natureza.” (BENVENISTE, 1976, p. 223).

Paralelo a esse caráter da linguagem, temos outro que, apesar de diverso daquele, também é indispensável: a realização da linguagem por meio de sons vocais que se organizam em palavras dotadas de sentido, ou seja, a língua é um sistema de signos. Mas, não nos limitemos aqui à concepção de signo apresentada por Saussure (significante e significado), mas devemos ir um pouco além: percebermos o signo como uma unidade semiótica, isto é:

Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. [...] cada signo tem de próprio o que distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa. (BENVENISTE, 1976, p. 227-228)

Diante desse duplo aspecto, podemos afirmar que a linguagem é uma atividade muito mais complexa do que pensamos: ela não sobressai do mundo físico, pois é do descontínuo e do dessemelhante, não se permitindo nunca dividir, mas sim decompor, tendo como unidade particular o signo, que tem como limite a significação. Isto é, a linguagem é algo que tem vida, singularidade, particularidade, e como tal não há como se repetir, ser igual, diferentemente das unidades de outras ciências da natureza. Desse modo, segundo Benveniste (1976), o signo não pode ser decomponível, ao contrário, os signos, a partir da significação específica de cada um, agrupam-se, formando outras unidades cada vez mais superiores a eles. Metaforicamente explicando, é como peças de um quebra-cabeça, cada uma é diferente da outra, mas quando nos propomos a montá-lo realizamos processo de escolha entre elas, verificando a que realmente se encaixa em determinado lugar ou não, até chegarmos a uma unidade superior que é a composição total da figura. Então, não há como dividirmos essas peças em outras menores, senão perderíamos a ideia, a significação de cada uma. Igualmente, ocorre com o signo, ele é a unidade inferior da linguagem definido pela sua significação.

A partir da ideia saussuriana de que o signo é por natureza uma unidade bilateral<sup>22</sup>, Benveniste abre um parêntese para ampliar a noção de “significante” e “significado”. Ele considera o primeiro não apenas como uma sequência de sons exigidos pela língua, mas principalmente como a “[...] forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo.” (1976, p. 225); enquanto o segundo (significado) é o resultado de uma rede de relações entre signos ocorridas no uso da língua. Só no uso da língua

---

<sup>22</sup> Expressão utilizada por Benveniste (1989, p. 225.) para caracterizar o signo linguístico a partir das concepções saussurianas, já que esse elemento se apresenta como significante e significado.

o signo tem existência. Até aqui, Benveniste trata a língua como semiótica, a forma, realidade intrínseca da língua, o significado que lhe é inerente.

Mas ao pontuar sobre a “frase”, ele passa a ver a língua como semântica, isto é, a língua em emprego, com a função de comunicar pela linguagem em ação, na mediação entre homem e homem e homem e mundo, em seu papel de transmissora de informação, de comunicadora de experiência, organizando a vida dos homens. Logo, crê que somente a língua como semântica permite “[...] a integração da sociedade e a adequação ao mundo, [...] a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência.” (BENVENISTE, 1976, p. 229). Nessa concepção de ser da língua, devemos considerar não mais o significado do signo, mas sim a atualização linguística do pensamento pelo locutor. A semiótica é uma propriedade da língua, algo que lhe é inerente, ao passo que a semântica só surge se a língua for posta em uso, em ação pelo locutor.

Ao diferenciar signo de frase, o autor apresenta as noções de forma e sentido sob o aspecto semântico da língua, uma vez que para ele o sentido ocorre na e pela forma do sintagma, como também entende que a palavra é a “[...] unidade mínima da mensagem e necessária da decodificação do pensamento” (BENVENISTE, 1976, p. 230). Assim, as escolhas, agenciamento, organização sintática de palavras realizam formalmente o sentido de uma frase.

Ao esclarecer como o sentido se realiza em semântica, Benveniste traz o princípio de que “o sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego.” (BENVENISTE, 1976, p. 231). O locutor seleciona as palavras na língua que possam expressar o que deseja, mas sem se esquecer da importância da circunstância do discurso em alguns casos. Assim, ele conclui que a frase é sempre um acontecimento único, tendo existência apenas no instante em que é proferida. Enfim, o sentido de uma palavra depende da sua capacidade de fazer parte de um sintagma particular e de “preencher uma função proposicional” (BENVENISTE, 1976, p. 232), enquanto o sentido da frase só se constrói na totalidade da ideia notada pela compreensão global.

Comparando o que é apresentado nesse artigo sobre as noções de forma e sentido, notamos que elas são examinadas por meio de dois modos: o modo semiótico de significar e o modo semântico de comunicar: o primeiro se refere ao que cada signo possui em si; cria a realidade da língua, por relações associativas entre os signos; o segundo nos introduz na atualização linguística do pensamento do locutor pela frase toda vez que produz um discurso; é o locutor que se apropria da língua, coloca-a em uso a partir da sua relação consigo mesmo, entre outro homem e o mundo, aqui e agora, constituindo sempre um novo sentido.

Essa atualização semântica, para a Linguística da Enunciação, ocorre porque a língua nos disponibiliza possibilidades para tal, eliminando qualquer juízo de sistema ultrapassado, ou seja, estamos falando do que Benveniste chama de “aparelho formal da enunciação”. Como já dito anteriormente, no texto em que ele discorre sobre esse ponto de vista, percebemos que o linguista apresenta uma oposição entre a linguística das formas (descrição das normas que regem a sintaxe da língua) e da enunciação (acrescenta a primeira a enunciação) (FLORES; TEIXEIRA, 2005).

Para Benveniste (1989, p. 82), a enunciação se define pelo emprego individual da língua por um locutor, ou seja, “[...] é o ato mesmo de produzir um enunciado [...]” que é o objeto de estudo desse linguista. Aquele torna a língua própria de si, caracterizando-se assim com marcas linguísticas singulares, além dos elementos pessoa, tempo e espaço. As marcas de pessoa específicas da língua são mais relevantes para a instância de discurso do que para o sistema linguístico, o que permite a Benveniste ver a possibilidade de o homem se constituir como sujeito. Paralelo a essa verificação, as categorias de tempo e espaço comungam do mesmo *status* linguístico e entram como pertencentes ao domínio do discurso.

Na proposta de traçar um quadro formal da enunciação, Benveniste declara que devemos, inicialmente, considerar, sucessivamente, três aspectos: o ato, as situações em que o ato se realiza e os instrumentos de sua realização.

O primeiro aspecto enumerado (o ato) “[...] introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 83). Desse modo, como já mencionado, para que ocorra enunciação, é preciso que haja um locutor que se *aproprie* da língua e a *realize* em uma instância de discurso. Porém, esse aspecto vai mais além, sai de um ato individual para uma alocação, pois “toda enunciação é, explicitamente ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Verificamos, então, que “processo de apropriação e intersubjetividade” (locutor e alocutário) estão relacionados ao aspecto do ato.

No que se refere às situações em que se realiza a enunciação, Benveniste faz relação à referência:

[...] na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente [...]. A referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 84).

De acordo com algumas reflexões de Flores e Teixeira (2005, p. 40), a questão da referência está ligada à noção de dêixis, que para eles são “[...] categorias vazias e subjetivas, porque, sendo signos concretos, somente adquirem estatuto pleno na e pela enunciação de ‘eu’.”, embora possuam lugar na língua. Desse modo,

[...] a referência é um termo integrante da língua na sua totalidade, o qual é agenciado pelo sujeito e deste depende para ter sentido. Assim, o centro da referência passa a ser apenas um: o sujeito e sua enunciação. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 40)

Assim, entendemos que, a partir das condições iniciais para uma enunciação (apropriação e mobilização da língua), o locutor se refere a todo o tempo em sua fala, o que permite que cada instância do discurso forme “um centro de referência interno”.

Logo, para que esse processo de referência se realize, o locutor recorre a fenômenos linguísticos, ou seja, faz uso de instrumentos de realização da enunciação, o que corresponde às noções de índices específicos e procedimentos acessórios: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1989, p. 84). O locutor, a cada vez que se apropria do “aparelho formal da língua”, através de tais índices e procedimentos, constrói um “aparelho formal da enunciação”. Mas, a que se referem essas noções citadas? Acreditamos que podemos inferir a noção de índice igual à noção de unidade, de elemento formal indicador, como as formas específicas das categorias de pessoa, tempo e espaço<sup>23</sup>. Categorias essas que somente são manifestadas na e pela enunciação e que são responsáveis por garantir a referência ao ato e à situação de enunciação, aspectos que compõem o aparelho formal (aqui já citados), ao passo que a noção de procedimento está mais relacionada à ideia de processo, de maneira de organização das unidades, de agenciamento. Parafraçando o próprio Benveniste, no texto “A forma e o sentido da linguagem” (1976), podemos entender esses procedimentos acessórios como um processo de agenciamento das formas, isto é, a partir de escolhas e do agenciamento das formas por um locutor no uso da língua, esse converte a língua em discurso, constitui sentido, segundo Flores (2011, p. 26):

---

<sup>23</sup> Adiante explicitamos um pouco mais sobre os índices específicos.

Os procedimentos acessórios estão ligados à singularidade que cada análise linguística da enunciação evoca. O que permite dizer que o aparelho formal da enunciação é construído a cada vez que o processo de apropriação se dá no valor que constrói no uso.

Enfim, estamos tratando de dois conceitos complementares e constitutivos do aparelho formal da enunciação, mas distintos.

Considerando que, para o autor, esse ato ocorre pela relação do locutor com a língua, determinando os caracteres linguísticos da enunciação, *como explicar a enunciação de textos prontos na língua, uma vez que esse processo de escolha linguística não mais acontece? Então, podemos dizer que o conceito de enunciação apresentado por Benveniste não contempla a apropriação e a repetibilidade (por um locutor) de um material linguístico (texto/discurso) já produzido e posto na língua?*

Diante do exposto sobre o processo da enunciação pelo quadro formal de sua realização (o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização), verificamos que Benveniste apresenta e define caracteres necessários e permanentes a ela: o locutor, o outro, a referência.

Já é de nosso conhecimento neste trabalho que toda e qualquer enunciação só ocorre mediante a figura de um locutor, pois é ele que eleva a língua da situação de uma mera possibilidade a uma instância de discurso direcionada a um alocutário, suscitando<sup>24</sup> assim um retorno desse com uma outra enunciação, independentemente do grau de presença que o locutor atribui ao alocutário. Aqui, podemos entender o termo *suscitar* como *esperar*, o locutor espera por uma resposta ao que é dito. Essa é a ocorrência natural de uma alocação, caso contrário o silêncio pode ser entendido como agressividade, falta de consideração do outro para com o locutor. *Mas, será que todo locutor ao enunciar-se espera por uma resposta? Será que toda vez que um locutor se dirige a um alocutário esse tem condição de enunciar-se? O que quer dizer “grau de presença”? Essa expressão se refere a maior ou menor participação do alocutário na alocação?*

Ao apropriar-se<sup>25</sup> da língua a ponto de mobilizá-la de acordo com suas necessidades, o locutor se introduz em sua fala; refere-se pelo discurso; sendo assim, a referência é outro dado constitutivo da enunciação. Segundo Flores e Teixeira (2005, p. 36), o fato de a referência pertencer ao nível semântico, não pode nos levar a pensar que “[...] é uma referência ao

<sup>24</sup> Verbo utilizado por Benveniste (1989, p. 84, l. 2) para se referir à ideia de que uma enunciação gera, provoca, origina outra.

<sup>25</sup> Segundo Flores (2011, p. 26), devemos entender o termo *apropriar-se* “[...] com o sentido de tornar algo próprio a um uso.”



mundo ou a algum tipo de ontologia que é posta nesse raciocínio”, mas sim é uma referência ao locutor no ato individual de uso da língua, onde se apresentam as categorias tempo/espaço/pessoa. Assim, podemos compreender que a referência é sempre única a cada instância de discurso. A presença do locutor na enunciação é marcada por um “fenômeno linguístico familiar no uso” (BENVENISTE, 1989, p. 84):

- índices de pessoa (relação eu/tu) que só se produzem na e pela enunciação. O “eu”/locutor apresenta sempre uma situação de transcendência em relação ao “tu”/alocutário, que os define pela relação mútua e descobre o fundamento linguístico da subjetividade e da intersubjetividade;
- índices de ostensão (os pronomes – isto, este, aqui...) que passam a ser vistos como indivíduos linguísticos por se referirem a pessoas, momentos, lugares que surgem de uma enunciação. As formas denominadas tradicionalmente como “demonstrativos” aparecem, a partir da enunciação, como uma classe de indivíduos linguísticos. O estatuto de indivíduo linguístico se deve ao fato de que os índices espaciais nascem de uma enunciação, são produzidos por esse acontecimento individual, são engendrados cada vez que uma enunciação é proferida e sempre designam algo novo;
- temporalidade, categoria produzida na e pela enunciação. Dessa surge a categoria do presente, que origina a categoria tempo; “o presente é propriamente a origem do tempo” (BENVENISTE, 1989, p. 85). A presença no mundo só é possível pela enunciação; é pela enunciação que o homem vive o agora e o torna atual. O presente da enunciação, assim como índices de pessoa e índices de ostensão renovam-se a cada produção de discurso, tendo-se então um presente contínuo do próprio ser, e não do fato. Cada enunciação é única e irrepitível.

Compreendendo a afirmativa de que o locutor se marca no discurso, *podemos dizer que a referência na enunciação de orações é marcada a cada vez que o locutor se apresenta enquanto fiel, servo, talvez merecedor da graça solicitada? É pelo fato de a enunciação ser um ato individual que o leitor de uma oração se torna locutor, mantendo-se sempre em relação com o discurso que o tornou seu? Os sentimentos de temporalidade e continuidade originados pelo presente marcam a atualidade das orações? Considerando o processo e o produto de uma enunciação, podemos concordar que toda ela é irrepitível?*

Atentando para reflexões benvenistianas, percebemos então que a enunciação é responsável por entidades linguísticas que só se completam e/ou passam a existir na rede de

relações que ela cria. Então, será *por isso que o “eu”, muito presente nas orações, só se constitui numa situação de enunciação por meio de um leitor/locutor?*

De acordo com a tradução apresentada para o texto de Benveniste (1989), esse vê a enunciação como forma de *influenciar*<sup>26</sup>, direta ou indiretamente, o comportamento do alocutário. E para tanto, o locutor faz uso de um “aparelho de funções”:

- a interrogação: estratégia que suscita uma resposta do alocutário;
- a intimação: ordens, apelos que revelam uma relação direta do locutor com o alocutário no tempo da enunciação;
- a asserção: por ser vista como uma proposição verdadeira, ela comunica uma certeza declarada pelo locutor.

Falemos um pouco mais sobre a intimação, uma vez que é uma das funções que mais se faz presente nas orações religiosas aqui em estudo. Consultando algumas definições dicionarizadas para os termos *intimar/intimação*, encontramos: “do latim *intimare*, avisar, cientificar, falar com arrogância ou mando, XVII” (CUNHA, 1986, p. 442); “ordem, convocação” (CEGALA, 2005, p. 509); “Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.” (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, seção IV, artigo 234). Observemos que desde a origem da palavra em análise, registrada no dicionário etimológico, até os dias de hoje, a ideia principal do referido termo é de ordem, de determinar alguma coisa a alguém que muito certo cumprirá. Logo, uma vez o alocutário intimado, esse atenderá ao seu locutor. *Levando em conta tais definições para os termos “intimar/intimação”, será que é a partir delas que os locutores das orações se asseguram de que suas solicitações/apelos serão atendidos por seus alocutários?*

Mesmo apresentando esse aparelho de funções que o locutor usa para influenciar, instruir, direcionar o alocutário na alocação, Benveniste (1989, p. 87) conclui que “é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*<sup>27</sup>, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” que geralmente caracteriza a enunciação. É na mesma estrutura de um diálogo que a enunciação se configura: “duas figuras [locutor/alocutário] na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação.” A partir disso, refletimos: *a acentuação da relação discursiva com o parceiro a que Benveniste se refere diz respeito ao grau/nível de discussão? Se ele compara a enunciação ao diálogo, como explicar a enunciação das orações religiosas, uma vez que o alocutário não responde?* O autor declara que os parceiros

<sup>26</sup> Entendamos aqui o termo *influenciar* não como persuadir, mas sim como apresentar no enunciado instruções que direcionam a resposta do alocutário na alocação.

<sup>27</sup> Grifos do autor.

devem se enunciar; devem fazer referência explícita ao objeto do debate; mesmo em um monólogo (variedade do diálogo), há um diálogo interiorizado entre o “eu locutor” e o “eu ouvinte”.

Para Benveniste, esses “eus” se comportam de maneiras variadas: às vezes, o “eu locutor” é o único que fala, mas sempre com a presença do “eu ouvinte”, pois é esse que dá significância à enunciação daquele; ou então, o eu ouvinte direciona-se ao “eu locutor” apresentando uma objeção, uma questão, uma dúvida ou até mesmo um insulto. Tal intervenção do “eu ouvinte” deve ser feita na primeira pessoa (o ouvinte substitui o locutor), ou então na segunda pessoa, pondo-se desse modo como parceiro do diálogo. Enfim, o EGO “[...] ou se divide em dois, ou assume dois papéis [...]” (BENVENISTE, 1989, p. 88).

Desse modo, podemos compreender que num monólogo interior existe um “tu” que se torna um eco do próprio “eu”. Para Benveniste, essas formas linguísticas indicam pessoa. O ponto fundamental da subjetividade é determinado pelo *status* linguístico dessa pessoa, e essa somente vem a ser consciente quando se coloca contrastivamente diante de si mesma. Se há um “eu” na minha fala, tem de haver também um “tu”, e esse diálogo pode ocorrer comigo. A linguagem, então, só existirá se o locutor se apresentar como “eu” e se esse mesmo “eu” se dirigir a um “tu”. No monólogo, que procede da enunciação, esse caráter polifônico pode ser considerado como uma maneira de obtermos um maior autoconhecimento, e esse autoconhecimento necessita de um outro para se desenvolver. Esse outro pode ser outra voz dentro de nós mesmos; é um diálogo interiorizado entre um “eu locutor” e um “eu ouvinte”.

Como vimos, a presença do locutor na enunciação é marcada, entre outras possibilidades, pelos índices de pessoa (relação eu/tu) que só se produzem na e pela enunciação. O “eu” espera pelo “tu”, só tem existência por causa desse. Para melhor compreendermos a natureza desses signos, recorreremos ao texto de Emile Benveniste “A natureza dos pronomes” (2005), uma vez que nesse debate o autor depreende marcas de subjetividade dessas formas gramaticais.

Diferentemente da ideia de que os pronomes constituem uma classe unitária, o autor faz referência a esses elementos como pertencentes às instâncias de discursos, isto é, atos individuais, únicos, irrepitíveis, por meio dos quais o locutor atualiza a língua em palavra. A exemplo, tomemos os pronomes “eu” e “tu”: não há como definir um objeto como “eu”, pois cada “eu” encontrado tem uma referência própria e corresponde a um ser único, que busca complementação no “tu” pela realidade do discurso. Para Benveniste (2005), “eu” e “tu” são

formas vazias, não referenciais e inexistentes fora do discurso, *sempre disponíveis*<sup>28</sup> e que só se tornam plenas na enunciação.

Enquanto a subjetividade da linguagem é marcada pela primeira pessoa, o “ele” remete sempre a algo fora da alocução, uma situação objetiva; enquanto a unicidade é característica essencial do locutor e do alocutário (eu e tu, respectivamente), o “ele” pode ser uma infinidade de sujeitos; o “eu” e o “tu”, a cada enunciação, um pode tomar o lugar do outro. Enfim, esses possuem marcas de pessoa, o que ao “ele” é negado, não passando de uma invariante pessoal.

Segundo Benveniste, no texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (2005), a oposição entre os participantes e não participantes de uma enunciação resulta de duas correlações: personalidade e subjetividade. A primeira opõe a pessoalidade presente entre “eu”/“tu” à não pessoalidade presente em “ele”, como discorrido nos dois últimos parágrafos anteriores. Já a correlação de subjetividade opõe “eu” a “tu”, isto é, o “eu” instala um “tu” na realidade do diálogo. Esse só existe a partir daquele. Tal reflexão apresenta novos elementos de uma semântica da Enunciação: subjetividade e realidade ao mesmo tempo ligadas pela dêixis.

É pertinente ressaltarmos que essas correlações se estendem aos pronomes pessoais no plural, que para Benveniste é muito mais que pluralização: “nós” e “vós” não expressam plural, porque não demonstram a repetição da mesma pessoa. Somente o pronome “eles”, por não possuir marca de pessoa, indica verdadeiro plural.

Continuando a discussão, o autor classifica o “nós” de duas maneiras: “inclusivo”, isto é, representa a união de um “eu” (pessoa subjetiva) a um “tu”/“vós” (pessoa não subjetiva); e ainda o “nós” pode ser entendido como “exclusivo”, ou seja, a junção de um “eu” (pessoa) e um “ele”/“eles” (não pessoa). Então, o “nós” não indica a pluralização de um mesmo “eu”, pois características singulares pertencentes ao “eu” (unicidade e subjetividade) impedem a possibilidade de uma multiplicação, como declara: [...] em “nós” é sempre “eu” que predomina, uma vez que só há “nós” a partir de “eu” e esse “eu” sujeita o elemento “não-eu” pela sua qualidade transcendente. A presença do “eu” é constitutiva de “nós” (BENVENISTE, 2005, p. 256). E no caso do “vós”, tanto no sentido coletivo ou de polidez/cortesia, não há soma de vários “tus”. Sendo assim, os pronomes se configuram numa classe da língua que é usada no formal (sintático) e no funcional (pragmático), são fatos de linguagem, pertencentes

---

<sup>28</sup> Grifos nossos.

às categorias do discurso e não apenas como pertencentes às categorias da língua. Aqui, percebemos mais uma contribuição benvenistiana para a Linguística.

O exposto leva-nos a continuar refletindo sobre o objeto desta pesquisa: considerando que a enunciação é, antes de mais nada, uma relação entre um “eu” e um “tu”; e que um “eu”, mesmo que sozinho, não se basta em si mesmo, pois ele, como todos os outros, é um composto de outros, pensamos: *como a relação “eu”/“tu” ocorre na enunciação de textos oracionais religiosos, se o alocutário interpelado nesse tipo de alocução não responde? Seria a partir da fala do “eu”? Como analisarmos funcionalmente o emprego dos pronomes “nós” e “vós” empregados em algumas orações católicas em estudo?*

Esses, como os demais questionamentos, antes apresentados, são analisados também a partir da enunciação sob a perspectiva de Ducrot, discussões que são apresentadas, na próxima seção.

### 2.3 A ENUNCIÇÃO EM DUCROT: O SURGIMENTO DE UM ENUNCIADO.

Prosseguindo com as discussões sobre enunciação, chegamos a Oswald Ducrot, que se vale de princípios dos dois mestres (concordando e/ou discordando) anteriormente apresentados neste capítulo, para elaborar reflexões que sustentam a sua teoria de que a argumentação está na língua. Nesta seção, verificamos, especialmente, as considerações abordadas pelo teórico que nos levam a indagar com mais profundidade o fenômeno enunciação.

Aluno de Benveniste e profundo leitor de concepções saussurianas, Ducrot declara que a semântica linguística é estrutural e que o estruturalismo, no que diz respeito à significação, deve levar em conta a enunciação, que para ele é introduzida no interior do enunciado e tem valor explicativo (percepção que não é considerada pelo estruturalismo), integrando inseparavelmente a Linguística Semiótica (proposta de Benveniste, já vista aqui anteriormente) à Semântica Linguística. Por essa perspectiva enunciativa, Ducrot considera impossível descrever uma língua sem recorrer à enunciação, pois essa está marcada naquela e é parte constitutiva do sentido dos enunciados. Compreendamos esse pensamento pelo fato de que o locutor usa a língua e por meio dessa, sem precisar recorrer a fatores externos, marca-se e produz sentido.

Percebemos, desse modo, que Ducrot, como Saussure, restringe seus estudos à linguagem, explicando-a por sua autonomia e sem referência à exterioridade, ou seja, ele elabora uma teoria que se propõe a olhar para dentro da linguagem. Essa união que esse linguista estabelece entre a semiótica e a semântica ratifica a sua proposta de inserir no interior da frase a enunciação, pois essa é responsável pela realização da primeira. Para melhor dialogarmos com as reflexões de Ducrot sobre a enunciação, e assim como ele, considerando a língua em uso, fazemos uma releitura de duas de suas publicações: “Enunciação” (1984) e “Esboço de uma teoria da polifônica da enunciação” (1987). No entanto, sentimos a necessidade de antes de apresentarmos nossa compreensão e indagações sobre os referidos trabalhos do autor, esclarecermos um pouco sobre uma declaração nossa apresentada na introdução deste trabalho: a afirmação de que a ANL é sustentada pela alteridade.

Entendermos a ideia de que a alteridade sustenta a ANL, é algo tão relacional como a própria significação desse princípio elaborado por Platão em “O Sofista”. Condição ou característica que se desenvolve por relações de diferença, de contraste, aquilo que faz que cada coisa seja outra com respeito às demais. Assim, as coisas são múltiplas e diversas entre si, mas a existência própria do não ser não existe em sentido absoluto, mas de modo sempre relacional — o “não-ser” só existe enquanto uma coisa “não é” outra. A alteridade é a diferença, mas nada “é” simplesmente, tudo se relaciona dialeticamente com tudo.

Para Platão, a alteridade está na base da conexão entre os gêneros do ser ou categorias da realidade (denominação apresentada por Ducrot, no prefácio que escreve para o livro “Intervalo semântico: contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa” de Vogt, em 2009): o Ser, o Repouso, o Movimento e o Outro; e Ducrot entende, comunga e faz uso em seus estudos da ideia de que Platão vê o Outro como gênero ou categoria que cria todos os demais devido a sua natureza singular. Singularidade essa que é definida pelo fato de fazer os demais em um não-ser, correspondendo então cada gênero a um ser e um não-ser. Entendamos que o não-ser não é contrário e/ou inferior a nenhum outro, apenas ele é outra coisa que não é o ser, ou seja, um é o que o outro não é. (SAUSSURE, 2006, p. 136). Cremos que temos aqui um argumento consistente de que o conceito de alteridade, trazido por DUCROT para o estudo da linguagem, sustenta a ANL.

Sabidamente, ainda no prefácio do livro de Carlos Vogt, citado acima, Ducrot traça uma espiral da presença da alteridade em Platão, Saussure e ele próprio, de maneira que explicita o fato de esse princípio ser o alicerce dos seus estudos. A alteridade enquanto o Outro de Platão,

em Saussure, pode ser arrolada ao estudo do signo pelo conceito de valor; e na ANL, pode ser percebida pela noção de relação/sentido; bloco semântico<sup>29</sup>.

Verificando a alteridade em Saussure (noção de valor, o que sustenta os demais conceitos saussurianos), a oposição constitui o signo, igualmente a alteridade constitui as ideias, em Platão; a realidade linguística de uma palavra, ou seja, o seu valor, é resultado de ser contrário às outras, é ser outra (DUCROT, 2009). Ao tentar definir o objeto de estudo da Linguística, Saussure deixa claro que qualquer que seja o fenômeno linguístico a ser estudado, esse sempre “[...] apresenta duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra.” (SAUSSURE, 2006, p. 15);

Como dito na seção 2.1, para o autor, estudarmos a linguagem sob vários aspectos, simultaneamente, é algo confuso, sem ligação entre si, pois não é possível investigarmos e compreendermos tudo em um só momento. Saussure (2006) considera necessário apropriar-se do terreno da língua, vendo-a como norma de todas as outras manifestações da linguagem. Posicionamento que não invalida a ideia de relação, uma vez que os signos do sistema mantêm relações recíprocas que lhes dão sentido, que lhes dão valor. O valor de um signo é resultado da presença de outros signos; é formado por dois fatores; semelhanças “[...] coisas que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa” ou dessemelhanças “[...] coisas possíveis de serem trocadas por outra cujo valor resta determinar.” (SAUSSURE, 2006, p. 134).

Buscamos alteridade em Ducrot (noção de relação/sentido; bloco semântico), levamos ao entendimento de que ela tem lugar central no propósito da ANL, uma vez que essa defende a ideia de que um objeto de estudo só pode ser descrito em relação a outro. Quando um locutor faz uso da língua, isso ocorre por meio de elos: palavras, frases, textos se relacionam, revelando assim o valor argumentativo dos elementos linguísticos que se juntam, possibilitando ou não a continuação discursiva. A língua, que é argumentativa, só se completa e se efetiva na fala, assim aquela prevê o uso dessa, e essa é parte daquela. Desse modo, podemos compreender que essa manifestação da linguagem é pura conexão, um “eu” que precisa de um “tu”, juntos constroem as relações que compõem o discurso.

---

<sup>29</sup> Os blocos semânticos são representados por encadeamentos argumentativos. Na formação dos encadeamentos, os segmentos são ligados por conectores do tipo *donc*, do francês, simbolizado por DC e que pode ser traduzido por “portanto”, formando um “encadeamento normativo”; e *pourtant*, simbolizado por PT – “no entanto”, constituindo um “encadeamento transgressivo” (CAREL; DUCROT, 2005).

Então, como negarmos que a alteridade não é a essência da ANL? Tudo que essa teoria propõe é um estudo de relações: relação entre língua e fala; relação entre palavras, frases e textos; entre enunciados e discursos que constroem sentido. Para ratificar tal argumento, buscamos uma declaração de Ducrot, na qual afirma que um dos princípios saussurianos considerados por ele na sua teoria é a concepção “[...] segundo a qual na língua só existem relações, a relação preexiste ao termo. Esta ideia – basicamente misteriosa, há que se reconhecer – está na base da teoria da argumentação.” (DUCROT, 1988, p. 183. Tradução nossa.)<sup>30</sup>

Voltamos à proposta de apresentarmos uma releitura dos dois textos de Oswald Ducrot, antes citados. Diferentemente do pensamento de Benveniste, Ducrot (1984) vê a enunciação como o aparecimento, o surgimento de um enunciado produzido por um locutor; um acontecimento singular, isto é, irrepetível. É fato que um mesmo material linguístico pode ser reutilizado várias vezes, mas sempre com manifestações e/ou realizações linguísticas singulares, como declara no trecho a seguir:

A mesma sequência de palavras, já a terá certamente utilizado noutras circunstâncias. E outros o terão feito, farão ou poderão fazer. É possível, portanto distinguir, por um lado, o material linguístico, que é uma espécie de entidade abstrata, idêntica através dos seus empregos e, por outro, as múltiplas manifestações ou realizações a que esta dá lugar; cada uma destas realizações ocupa um lugar, no espaço e no tempo, e por isso distinta de todas as outras. (DUCROT, 1984, p. 368)

Além disso, o autor destaca que somente através de uma situação de enunciação (e aqui, não devemos esquecer a relevância do tempo, espaço, pessoa) é possível identificarmos a que ou a quem o locutor faz referência no seu enunciado. Diante dessas últimas afirmações, a princípio, trazemos novamente a questão: *seria a enunciação totalmente única? Enquanto falantes, não percebemos que algo no processo de comunicação se repete, ou melhor, é como se tivéssemos sempre os mesmos recipientes<sup>31</sup> a serem preenchidos?* O autor nos diz que cada realização linguística toma sempre um lugar, no tempo e no espaço. *Isso ocorre na enunciação dos textos em estudo neste trabalho?*

---

<sup>30</sup> “según la cual em la lengua solo existen relaciones, la relación preexiste al término. Esta Idea – bastante misteriosa, hay que reconocerlo – está a la base de la teoría de la argumentación.”

<sup>31</sup> Na seção 3.4 explicamos o emprego metafórico desse termo.



Ducrot<sup>32</sup> chama a nossa atenção para o fato de que até chegarmos ao surgimento de enunciados coordenados entre si, que resultam num discurso, esses passam por elaborações abstratas que também devem ser coordenadas e que trazem em si significações: frase e texto. Assim, podemos nos assegurar de que encontramos nas frases de um texto instruções necessárias (significações) para localizarmos os referentes dos enunciados de um discurso, e, conseqüentemente, atribuímos a esse, diante de uma situação de enunciação, uma interpretação (sentido); “[...] as instruções de uma frase prevêm para cada um dos enunciados, que sentido ele terá [...]” (DUCROT, 1984, p. 385)

É relevante compreendermos que não podemos anular a frase em detrimento do enunciado, pois se bem pensarmos esse não existiria sem aquela. A questão é que como a frase se encontra no campo da abstração, o pesquisador não tem como analisar, não tem um objeto palpável, de observação. Vejamos como o próprio Ducrot comunga com essa relação:

Descrever semanticamente a língua é atribuir uma significação a cada uma das suas frases... essa significação da frase deve ser compreendida ela própria como um conjunto de instruções permitindo prever, para cada um dos enunciados, que sentido ele terá, tendo em conta a situação em que é empregue; [...] a frase tem [...] uma realidade semântica própria (a significação), que determina, conjuntamente com a situação, o sentido dos enunciados; (DUCROT, 1984, p. 385-386)

No entanto, o sentido de um discurso não se limita à identificação e totalização das instruções que as frases apresentam, pois na busca pelo valor semântico de um discurso, Ducrot (1984) ainda traz como relevante a ordem em que os enunciados aparecem, uma vez que ela se torna responsável pelo movimento e organização do discurso. Se a ordem dos enunciados for alterada, é certo que o seu sentido também o será, pois o primeiro enunciado de um discurso deve ser visto, após interpretado, como um elemento da situação para interpretação do segundo, e assim por diante. Entendemos, então, que o sentido de um enunciado ou de um discurso é “[...] constituído, em grande parte, por comentários à própria enunciação” (DUCROT, 1984, p. 379). Melhor explicando, o autor continua: “[...] não se pode falar sem se falar da sua própria fala [...].” Diante dessas declarações, então pensamos: *como essa organização se manifesta nas orações religiosas? As orações têm uma*

---

<sup>32</sup> Ressaltamos que na realização de uma entidade linguística o que é relevante para o teórico em estudo, considerado como objeto observável do linguista, para explicar como a língua se organiza para construir sentido, é o enunciado, produto da enunciação. No entanto, neste trabalho, nós estamos atentos aos estudos desse autor a começar do que ele considera enunciação.

*regularidade estrutural, ou seja, elas são compostas por determinados elementos que se apresentam em uma determinada ordem?*

Nessa preocupação em descrever o aspecto semântico da linguagem, não podemos confundir os objetos que constituem o produto de uma enunciação (uma frase constitui um “enunciado”; a realização de um texto constitui um “discurso”) com a própria enunciação, pois essa é definida pelo surgimento de um enunciado/discurso. Assim, devemos atentar para alguns pontos levantados pelo teórico sobre a enunciação:

- a) é necessário distinguirmos enunciação da referência a objetos exteriores a ela, localizados em relação ao momento, ao lugar e às personagens, pois a própria definição apresentada por Ducrot para esse fenômeno nos impede de extrapolarmos;
- b) a enunciação nem sempre é utilizada pelo enunciado como meio para falar do mundo, mas às vezes também ela pode ser o tema do próprio enunciado. Isso pode acontecer quando um advérbio qualifica o ato do locutor ao realizar o emprego de uma frase. Ao atentarmos para o exemplo: *Sinceramente, eu rezo porque me faz bem.*, podemos verificar que a enunciação desse enunciado é qualificada como sincera, verdadeira, ou seja, o enunciado fala da sua enunciação;
- c) às vezes, o fato de os enunciados veicularem uma determinada informação é muito mais relevante que a própria informação que eles veiculam. Melhor elucidando essa questão, imaginemos os seguintes enunciados: *Continuamos a respeitar toda e qualquer decisão do Conclave para a escolha do novo Papa. Não apresentamos para a Igreja Católica nenhuma ameaça, nenhum protesto.* Observamos que é o fato de os fiéis anunciarem respeito à decisão dos cardeais para a escolha do novo Papa, seja ela qual for, que parece mostrar que eles acatam toda e qualquer determinação que venha da hierarquia católica;
- d) o segmento de um discurso pode comentar a sua própria enunciação. De acordo com o autor, isso acontece quando o sentido de um discurso entende como seu constituinte uma qualificação da sua própria existência.
- e) a estrutura da enunciação, isto é, a forma organizacional como os enunciados de um discurso são apresentados é fundamental para produção do sentido do enunciado/discurso, uma vez que é impossível antever os vários empregos de uma frase. Tal organização é detalhada abaixo, após o próximo questionamento.

Mais uma indagação: *será que esses pontos destacados por Ducrot devem e/ou podem ser considerados na enunciação dos textos aqui em análise?*

Em termos comuns, não é nenhuma novidade para os usuários de uma língua que o acontecimento de toda e qualquer enunciação ocorra mediante um locutor, um alocutário e uma situação. No entanto, o conceito que é apresentado e defendido por Ducrot é muito diferente desse processo empírico, psicofisiológico, atividade linguística, é sim “[...] um acontecimento particular a que se alude no sentido do enunciado, e que aí se encontra qualificado.” (DUCROT, 1984, p. 386). Acontecimento esse para o qual o autor não nega a presença de três elementos: primeiro, a presença de um locutor, se considerarmos que a existência de um enunciado aparece como a realização de um ato, em todas as qualificações que o sentido lhe atribui; segundo, o alocutário como elemento essencial, e não ocasional da enunciação, já que ele participa desse acontecimento “[...] quando o sentido do enunciado comporta uma representação do acontecimento enunciativo.” (DUCROT, 1984, p. 391); e o terceiro, a situação, elemento não discutido por Ducrot, pois ele defende o argumento de que não é preciso recorrermos a aspectos externos para estudarmos, descrevermos e analisarmos fatos linguísticos em relação com outros:

O ponto fundamental é que gostaríamos de renunciar radicalmente a qualquer descrição não linguística do significado das expressões da língua. Tomando ao pé da letra a ideia saussuriana de que o significado é parte integrante do signo, concluímos que ele não pode consistir nem em coisas [...], nem em ideias [...]. (CAREL; DUCROT, 2008, p. 9)

Vemos a partir da descrição apresentada sobre os dois primeiros elementos da enunciação, a evidência de que um enunciado é realizado por um locutor e para um alocutário. Porém, podemos perceber na função do locutor um poder maior de escolha que na do alocutário, uma vez que é aquele que faz seleções linguísticas, temporais e espaciais para elaboração e realização dos enunciados de um discurso.

É sabido que por trás de toda e qualquer realização linguística há sempre um agente, um sujeito, o qual, por muito tempo foi visto como único responsável pela enunciação, constituído de algumas propriedades, a saber:

- dotado de atividade psico-fisiológica necessária à produção do enunciado (atividade muscular, intelectual);
- autor, origem dos atos ilocutórios realizados na produção do enunciado (quem ordena, pergunta, afirma);

- ser designado pelas marcas de primeira pessoa, sendo que esse “eu” pode referir a quem *produziu* o enunciado, como também a uma outra pessoa que não o pronuncia (DUCROT, 1987). Tal situação poderia ocorrer, por exemplo, em discursos relatados em estilo direto, hipótese que o próprio autor elimina considerando o “eu” desse tipo de discurso não como um ser extralinguístico, mas apenas como a uma referência a palavras da língua. Assim, quando nos referimos ao discurso de alguém, a exemplo: O fiel disse: *Eu confio no Senhor*, esse pronome “eu” assinala simplesmente uma entidade gramatical, o pronome de primeira pessoa.

A partir dessas propriedades, Ducrot vê a impossibilidade de todas serem atribuídas a um único ser, exceto quando se trata de enunciados simples em contextos simples. Apesar de ele reconhecer que a noção de simplicidade não é tão clara quanto possamos imaginar, considera como enunciados simples aqueles que não apresentam dificuldade em atribuir as propriedades anteriormente citadas a uma mesma pessoa. Como exemplo, tomemos um diálogo onde para a pergunta: *Onde você assistiu a Missa do Galo de 2013?*, temos a resposta: *A Missa do Galo, eu assisti no Santuário de Aparecida, em Aparecida, São Paulo*. Diante do exposto, o ponto de vista da *unicidade do sujeito falante* não foi aceito por Ducrot, crítica que deu origem, na sua teoria, aos estudos polifônicos<sup>33</sup>, na qual ele defende que à enunciação deve ser atribuído um ou vários sujeitos. Em suas discussões, não considera o sujeito produtor do enunciado, sujeito empírico, agente da atividade psicofisiológica de que resulta o ato de fala, com a justificativa de que para os estudos de uma descrição linguística preocupada apenas com indicações semânticas contidas no enunciado devemos ter como alvo o(s) responsável(is) pela enunciação, que é constitutiva do sentido dos enunciados:

Ela [descrição da enunciação] contém, ou pode conter, a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem. A tese que quero defender aqui é que é necessário distinguir entre estes sujeitos pelo menos dois tipos de personagens, os enunciadores e os locutores. (DUCROT, 1987, p. 182)

Vamos pensar um pouco mais sobre o personagem da enunciação que ele nomeia de *locutor*, ou *locutores*, já que ele também discute a possibilidade de, em certos enunciados, haver uma pluralidade de responsáveis distintos e irredutíveis, o que nos possibilita: conhecer

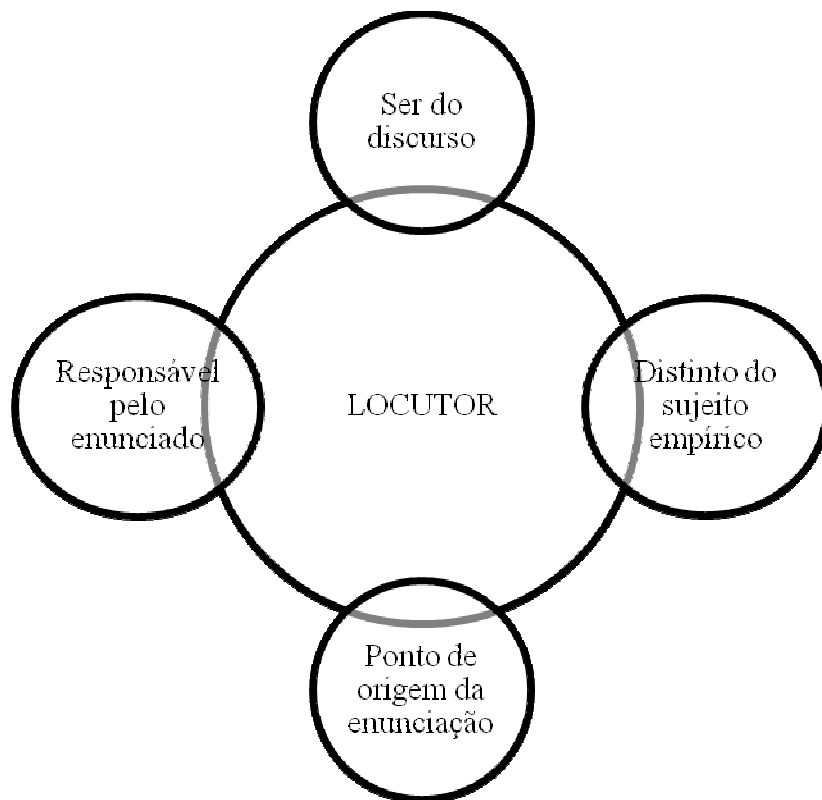
---

<sup>33</sup> Esses estudos, atualmente, estão sendo desenvolvidos por Carel, Ducrot e Lescano, sob outras perspectivas. Na subseção 2.31 explicitamos um pouco sobre o assunto.

o discurso atribuído a alguém; produzir um eco imitativo; apresentar discurso imaginário; organizar um teatro; permitir a alguém fazer-se o porta-voz de outro.

Ducrot considera o locutor como o ser do discurso e o apresenta como “[...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado”; atribui ao locutor “[...] o pronome ‘eu’ e as outras marcas de primeira pessoa; ressalta-se que o locutor designado por ‘eu’ pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor” (DUCROT, 1987, p. 182). Resumimos essas ideias na Figura 4, constituída de expressões-chave:

FIGURA 4 – Expressões-chave que caracterizam o locutor.



Fonte: A autora da tese (2012)

*Mas, o que entendemos como responsável por um enunciado? Aquele que elabora e também realiza a enunciação? Aquele que não elabora, mas realiza a enunciação? Como identificar, por exemplo, o locutor de discursos prontos, a exemplo de textos oracionais religiosos? Como há marcas de primeira pessoa nas orações canônicas da Igreja Católica, o locutor é qualquer fiel que se aproprie delas e as assuma como discurso seu? Se a pessoa que enunciar textos desse tipo for apenas um leitor curioso, sem nenhuma apreciação à religião,*

*como identificá-la (um alocutário ou um locutor?)? Cremos que sobre esse elemento (o locutor), de aparente fácil identificação, temos muito a discutir.*

Antes de refletirmos sobre as questões levantadas acima, vamos falar um pouco sobre outro elemento da enunciação, pois, não menos importante que o locutor, o alocutário de um discurso. Sintaticamente, marcado pela segunda pessoa gramatical, faz-se necessário distingui-lo de um simples ouvinte, uma vez que nem sempre a pessoa diante de quem falamos é a pessoa para quem se fala. Logo, devemos conceber o alocutário como um ser constante da enunciação, até mesmo porque a ele pedimos, ordenamos, perguntamos, enfim enunciamos, e como consequência lógica, ele se torna também locutor no instante em que responde aos enunciados que lhes são direcionados. Então, percebemos que não há “eu” (locutor) sem “tu” (alocutário).

Percebemos, assim, como é intrínseca essa relação locutor/alocutário; pensar num, sem pensar no outro é impossível; eles se completam e completam a enunciação; eles ocupam as funções um do outro no processo de resposta ao discurso; ambos são interlocutores de um discurso. *Diante dessas caracterizações apresentadas, como podemos identificar e definir os elementos da enunciação de um texto oracional canônico?* E aqui, notamos a exigência de mais um ponto teórico: o que se tem dito sobre as atitudes do locutor? Tema da seção seguinte.

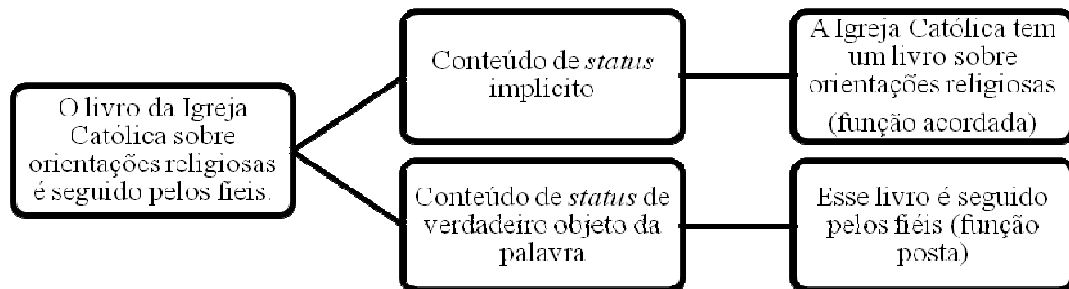
### **2.3.1 Atitudes do locutor.**

Esta subseção surge da necessidade de entendermos as atitudes do locutor que enuncia textos prontos e disponíveis para uso como seus, já que ele, ao enunciar-se por meio dessas produções, dispensa a liberdade, o direito de buscar no sistema linguístico palavras e expressões que lhe permitiriam organizar e expressar seus pensamentos, marcando desse modo sua individualidade. A fim de aprofundarmos nossos pensamentos a respeito dessa questão, trazemos algumas percepções apresentadas por Carel nos textos “Atribuição do ponto de vista e apagamento da narrativa” (2012a) e “Narrativa e persuasão em *Claude Gueux* de Victor Hugo” (2012b). O primeiro traduzido no Brasil pela Professora Leci Borges Barbisan (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e o segundo pela Professora Telisa Furlanetto Graeff (Universidade de Passo Fundo/RS).

É preciso compreendermos que as discussões que agora trazemos também fazem parte da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), teoria que se opõe à concepção tradicional do sentido. Assim, desde 1980 no livro *Les mots du discours*, Ducrot amplia a ANL, criando a Teoria Polifônica da Enunciação, a qual, atualmente, é desenvolvida por Carel, Ducrot e Lescano, não apenas sendo apresentada com nome distinto “Teoria da Argumentação Polifônica”, mas principalmente com reflexões diversas, objetivando, dentre tantas coisas, entender como o locutor se posiciona na realização dos seus discursos. Atentos e sem desmerecer os estudos de Ducrot sobre polifonia, Carel e Lescano ampliam suas discussões a respeito desse tema a partir da concepção de Benveniste de que é a decisão do locutor de se investir ou não na sua fala que o define em relação ao conteúdo (CAREL, 2012a).

A autora, no texto “Atribuição do ponto de vista e apagamento da narrativa” (2012a), considera que discussões sobre os meios oferecidos pela língua para atribuírem um ponto de vista a um ser de fala (um indivíduo singular é a origem do ponto de vista) é o eixo de uma disputa teórica entre os estudiosos da polifonia. Disputa essa que tem como causa a análise dos tons diversos pelos quais o conteúdo/informação de um discurso pode aparecer (mais adiante, discutimos sobre isso). Ainda é comum, entre os estudiosos, distinguir que, em todo sentido de um enunciado, existe um conteúdo, uma informação, um assunto. Conteúdo esse que, ao ser colocado em discurso, mostra se o locutor considera aquele como um retrato do mundo (voz do mundo), ou como primeiro plano (voz do locutor) ou plano de fundo (voz do ausente), lembrando desse modo que as atitudes de um locutor são exclusivamente discursivas, isto é, a forma como o conteúdo é colocado em discurso é o que indica como o locutor se comporta em relação ao conteúdo.

Diante disso, a autora não nega que a maneira como as informações são colocadas em discurso é complexa, isto é, pode abarcar e compreender aspectos distintos cujas múltiplas formas possuem relações de interdependência. A exemplo dessa dificuldade de apresentar conteúdos em formas de discursos, a autora declara que um locutor não só pode dar *status* diferentes aos conteúdos (implícito e o verdadeiro objeto de sua tomada de palavra), como também apresentar-lhes funções textuais diversas (acordado e posto), como podemos verificar no exemplo *O livro da Igreja Católica sobre orientações religiosas é seguido pelos fiéis*. O conteúdo desse discurso nos diz que: a Igreja Católica tem um livro sobre orientações religiosas (conteúdo de *status* implícito e acordado pelo locutor) e que esse livro é seguido pelos fiéis (conteúdo de *status* explícito, posto pelo locutor). Retratamos essa análise na Figura 5:

FIGURA 5 – *Status* e funções atribuídos aos conteúdos.

Fonte: A autora da tese (2013)

A dificuldade de inserir os conteúdos em formas de discursos vai um pouco mais além do apresentado aqui, pois tons diferentes ainda podem ser apresentados às informações, o que é definido pelo uso das expressões “eu acho que” ou “parece que” (CAREL, 2012a, p. 28), como verificamos a seguir:

*Acho que os ensinamentos contidos no catecismo da Igreja Católica são obedecidos pelos fiéis.*

*Parece que os ensinamentos contidos no catecismo da Igreja Católica são obedecidos pelos fiéis.*

A partir desses exemplos, percebemos, na inserção do conteúdo no enunciado, perspectivas de diferentes tons por meio de expressões linguísticas. Para a autora, o conteúdo do enunciado com a expressão “eu acho que” reflete um tom engajado do locutor; enquanto com a expressão “parece que”, o conteúdo é ligado a uma subjetividade externa à interlocução. Aqui, Carel se refere à intenção do locutor em engajar-se ou não em sua fala (o tom de um enunciado estaria então na noção puramente linguística, posicionamento de Benveniste), de ele responsabilizar-se ou não ao produzir um discurso, ou seja, “[...] o locutor pode estar presente num enunciado sem se investir em sua fala.” (CAREL, 2012a, p. 35).

Vemos assim que colocar um conteúdo em discurso é complexo pelo fato de o locutor poder ou não se comprometer quando se enuncia, ou ele:



- se investe em sua fala, apresentando o conteúdo de modo concebido (voz do locutor/tom engajado): *Acho que os ensinamentos contidos no catecismo da Igreja Católica são obedecidos pelos fieis.*
- se desengaja a favor de uma subjetividade que não é sua, nem do interlocutor, sem nenhum interesse próprio, apresentando o conteúdo de modo recebido (voz do ausente/tom desengajado): *Parece que os ensinamentos contidos no catecismo da Igreja Católica são obedecidos pelos fieis.*
- se desengaja de toda e qualquer subjetividade, apresentando o conteúdo como exatamente ele é encontrado pronto (voz do mundo/tom factual/textos históricos): *O livro da Igreja Católica sobre orientações religiosas é seguido pelos fieis.*

*Considerando os posicionamentos de um locutor apresentados acima, certificamo-nos de que as orações são textos encontrados prontos e colhidos por um locutor. Logo, linguisticamente, o que as transforma em discursos que apresentam investimento do locutor em sua fala, tornando assim o conteúdo de cada uma de modo concebido?*

Diante da análise dos possíveis comportamentos de um locutor, Carel verifica e defende na sua teoria a hipótese de que “a origem concreta dos pontos de vista [...] não influencia o modo como eles são colocados. A atribuição do ponto de vista não se relaciona com a colocação em discurso.” (CAREL, 2012a, p. 29), mas sim é um fenômeno de conteúdo. Melhor entendendo, para conferirmos um ponto de vista a alguém não é necessário buscarmos fora do que é posto no discurso por meio das palavras, não estamos tratando de atitudes psicológicas do locutor, pois é dentro do que é dito que ele nos informa que pessoa tem a propriedade de ter tal ponto de vista; as atitudes do locutor são simples e puramente discursivas, elas indicam o papel que o conteúdo tem no discurso. Tal hipótese é justificada pela autora pelo que ela chama de “o esquema polifônico da negação polêmica”, isto é, pela negação, o locutor, além de expor em que crê, rejeita a posição oposta: *As orações da Igreja Católica não são fracas, ao contrário, elas são fortes.* Podemos analisar tal exemplo verificando que o conteúdo/informação (as orações da Igreja Católica são fortes) pode constituir o contrário do ponto de vista positivo (as orações da Igreja Católica são fracas), inicialmente posto pelo enunciado *As orações da Igreja Católica não são fracas.*

Fazendo referência a grupos verbais e expressões que não assimilam uma negação polêmica, a autora discorre sobre dois empregos distintos para adjetivos: o emprego “operador” que é aquele que, sem negar totalmente o termo modificado, enfraquece-o, nesse caso faz com que consequências esperadas de sua atribuição não ocorram (Ex: *O fiel está*

*incrédulo, no entanto ainda reza.*), ou reforça o termo sobre o qual age (Ex: *O homem é incrédulo, portanto é infiel a Deus*) e o emprego “pleno” que exprime a significação do termo (Ex: *O fiel alegre e animado morreu.*). A partir dessas qualificações, Carel (2012a) apresenta dois tipos de pressupostos: os polifônicos (pressupostos gramaticais, defendidos pela maioria dos polifonistas, de complexidade sintática, que constituem realmente conteúdos acordados independentes, sem possibilidade de nenhum encadeamento) e os argumentativos (pressupostos lexicais, vistos no interior dos encadeamentos normativos e transgressivos, comunicados por termos simples). Tomando esses últimos para sua hipótese, a autora advoga a ideia de que a argumentação está inserida no interior da significação do léxico de um enunciado.

Enfim, Carel defende que o locutor pode estar presente em um enunciado sem se investir, posição que se opõe à de Benveniste, uma vez que esse defende a existência de discursos sem locutores, a exemplo de uma narrativa. A autora insiste em dizer que todo discurso, factual ou não, tem um locutor, o que nos leva a crer na impossibilidade de um apagamento enunciativo completo. Não é permitido confundirmos funções textuais do locutor, isto é, a posição que ele toma em relação ao que é posto no enunciado (acordado, posto, excluído), com o modo de aparição do conteúdo (concebido, recebido, encontrado). Então, ratifica a hipótese inicial de que a atribuição de um ponto de vista é uma questão de conteúdo; o tom de um enunciado apresenta apenas o modo como a interlocução ocorre, ou seja, o comprometimento do locutor e o papel dado ao interlocutor.

Diante dessa breve exposição sobre o ponto de vista do locutor em determinado enunciado, retomamos nosso objeto de pesquisa e apresentamos mais uma indagação: *como o locutor de orações religiosas se comporta? Quais são suas atitudes discursivas e como podemos discorrer sobre elas?*

Aprofundando as discussões sobre a atribuição do ponto de vista do locutor, no texto “Narrativa e persuasão em *Claude Gueux* de Victor Hugo”, Carel (2012b) adentra pela questão da persuasão (termo que ela compreende como o esforço que o locutor faz para apresentar sua posição sobre algo, e não com o propósito de convencer seu interlocutor), e percebe que entre um texto narrativo e um militante (aquele em que o locutor apresenta seu ponto de vista) há mudanças enunciativas: enquanto no primeiro o ouvinte é passivo, no segundo ele passa a ser um interlocutor ativo; enquanto na narração o locutor é desengajado, no texto militante ele se posiciona, engaja-se com o que está sendo apresentado/discutido no discurso. Para chegar a tal conclusão, Carel (2012b) continua questionando, refletindo,

comparando algumas observações teóricas e analisando algumas passagens de textos narrativos.

Inicialmente, a autora trata da noção de argumentação, uma vez que argumentar, para ela, não é o mesmo que convencer, mas sim é o simples fato de o locutor apresentar explicações, predicados argumentativos a respeito de alguma coisa. Desse modo, os discursos argumentativos são classificados como normativos (aqueles que não apresentam oposição, tendo seus enunciados ligados por conjunções: *portanto, se, porque*), transgressivos (aqueles que apresentam oposições, tendo seus enunciados ligados por conjunções: *mesmo assim, embora, ainda que*) e parafraseáveis (aqueles que podem se apresentar tanto por discursos normativos ou transgressivos, tendo seus enunciados ligados por *portanto* ou *mesmo assim*).

Diante dessas definições, Carel (2012b) defende a idéia de que a argumentação, independentemente de ser normativa ou transgressiva, não define nenhuma vontade persuasiva do locutor, como também não significa nenhum conjunto de julgamentos em busca de uma verdade. O locutor tem a arte de entrelaçar “[...] as palavras de maneira a construir os predicados argumentativos graças aos quais os diversos objetos do discurso são então descritos.” (CAREL, 2012b, p. 18).

E, por isso, a autora ratifica o que aborda no seu texto anterior aqui apresentado: a ideia de que o locutor pode ou não se implicar no seu enunciado, constituindo assim diferentes modos de enunciação, o que nos leva a compreender que todo enunciado tem um locutor responsável pela função textual dos conteúdos apontados, variando apenas o modo de aparição desses. Não apresentar opinião sobre o conteúdo de um enunciado não quer dizer não estar presente nele.

Pensando um pouco mais sobre nosso objeto de análise, ainda sob os modos de aparição do conteúdo, como também sob o conceito de argumentação, ambos temas discutidos pela autora em estudo, levantamos mais algumas questões: *como as orações aqui em estudo, historicamente, têm registros, poderíamos, a princípio, analisar o modo de aparição dos conteúdos de cada uma como modo encontrado, mas que o locutor, ao apropriar-se delas, transforma esses conteúdos para o modo concebido? Uma vez os conteúdos das orações transformados do modo encontrado para o concebido, o que podemos considerar como argumentação nesses enunciados? Estaria atrelada às súplicas, pedidos apresentados no discurso das orações?*

Nesses instantes de reflexão, podemos verificar que há algo mais a ser dito sobre o fenômeno enunciação, uma vez que estamos percebendo que identificar o responsável por um discurso nem sempre é fácil. Enfim, cremos que a questão é desafiadora, pois o estudo da

língua em uso vai estar sempre suscitando inquietações, uma vez que ela se constitui de relações (como já dito anteriormente, relações entre língua e fala; palavras, frases e textos; enunciados e discursos), e somente por essas podemos chegar a confirmar ou refutar hipóteses levantadas em nossos estudos linguísticos.

#### 2.4 ENTÃO, QUAL É A RELAÇÃO ENTRE DUCROT E SEUS ANTECESSORES (SAUSSURE E BENVENISTE)?

Ainda discorrendo sobre relação, antes de buscarmos, em nossas análises, possíveis respostas para os nossos questionamentos apresentados neste trabalho, vamos traçar agora a conexão/relação existente entre os estudiosos aqui apresentados, a fim de que as discussões teóricas desses que dão base à ANL não sejam esquecidas por nós nas próximas reflexões.

Inicialmente, sintetizamos o que há em comum entre Ducrot e Saussure, teóricos que não fazem referência ao mundo para delinear seu objeto de estudo. A primeira concepção defendida por Ducrot com base no pensamento saussuriano é a de que o sentido de um enunciado surge da significação inscrita na língua, logo é o sistema que oferece as instruções para que o sentido dos enunciados seja construído, vejamos:

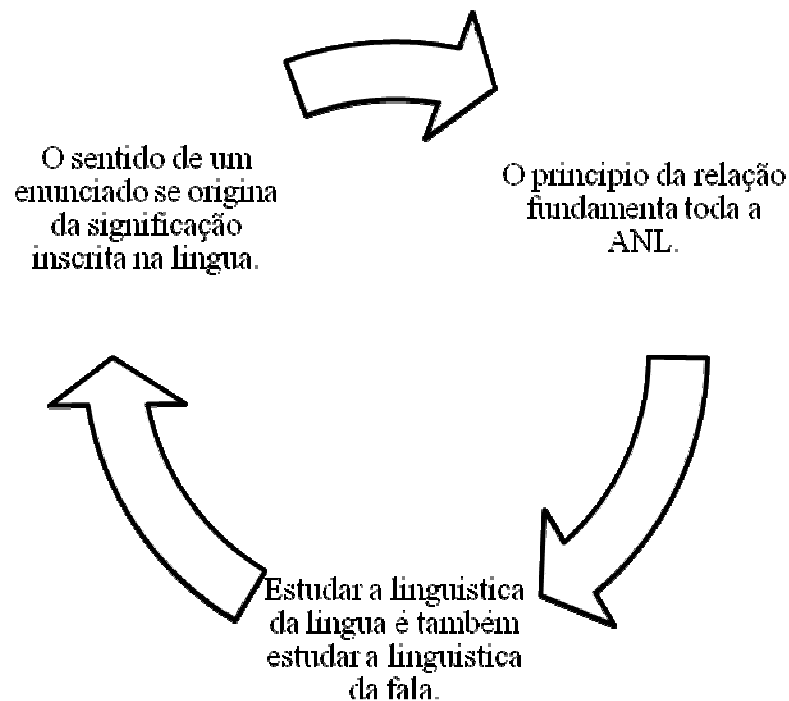
El valor argumentativo de una palabra es por definición la orientación que esa palabra da al discurso. En efecto, a mi juicio el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidades o imposibilidades de continuación discursiva que su empleo determina. (DUCROT, 1990, p. 51)

Segundo o genebrino, não há como considerarmos o exterior responsável pelo sentido, precisamos compreender que é na língua e pela língua que os locutores se manifestam e, assim, convidam os outros a interagir com eles.

Uma segunda linha direta entre esses dois linguistas, e muito importante para os nossos estudos, é o princípio de relação, isto é, o princípio de que um objeto de estudo só pode ser descrito em relação a outros objetos e não apenas em relação a si mesmo. Fato que é evidenciado desde as definições propostas por Ducrot dentro da sua teoria, pois para ele não há como elaborar conceitos para frase, enunciado, enunciação, significação, sentido, e outros termos mais dos seus estudos sem relacioná-los entre si.

Seguindo a ligação entre os dois teóricos, encontramos mais uma questão defendida por Ducrot e que é ancorada nas ideias saussurianas: a descrição semântica de uma língua não pode ser delineada sistematicamente, sem mencionarmos certos aspectos da atividade linguística, atividade essa que é realizada pela língua, ou seja, não podemos construir o objeto teórico língua sem fazermos referência à ocorrência dessa na atividade de fala. Diante dessas três percepções básicas tomadas dos estudos saussurianos e defendidas por Ducrot, podemos desenhar a comunhão entre os dois pensadores, pela Figura 6:

FIGURA 6 - Ideias básicas tomadas dos estudos saussurianos e defendidas por Ducrot.



Fonte: A autora da tese (2012)

Ducrot (1987, p. 67) sintetiza, por meio de duas proposições, a sua relação com Saussure e com Benveniste, respectivamente: “a semântica linguística deve ser estrutural”, logo o que “fundamenta o estruturalismo em matéria de significação deve levar em conta a enunciação”. Então, se a enunciação também constitui o sentido dos enunciados, para se fazer uma descrição semântica não há como não levá-la em conta. Assim, Ducrot considera a

enunciação estrutural<sup>34</sup> e a descreve por meio de três relações: observa a sua própria realização, comungando com Benveniste quando esse diz que todo ato de enunciação é auto-referencial; a enunciação tem sentido definido dentro do enunciado do qual é originada, sem relação com a realidade histórica em que se encontra; a enunciação é constitutiva da linguagem humana e constituída no enunciado.

Apesar de Ducrot não negar que se apoia em princípios da teoria enunciativa de Benveniste, o modo como eles definem e descrevem a enunciação são bem distintos. Para uma visualização sumária do entendimento de ambos sobre o fenômeno enunciação, apresentamos um quadro descritivo desse objeto em estudo sob o ponto de vista de cada um:

---

<sup>34</sup> Para Ducrot, a enunciação pode ser considerada estrutural se “ela o é na medida em que propõe que o domínio da enunciação exige, ao menos num certo nível, uma descrição autônoma (arbitrária no sentido de Saussure) que revele em si uma inteligibilidade interna” (DUCROT, 1987, p. 72)

QUADRO 1- Síntese da descrição do fenômeno enunciação por Benveniste e por Ducrot.

| Enunciação em Benveniste  | Enunciação em Ducrot   |
|---|--|
| <p><b>1- Ponto de partida:</b> a linguística saussuriana (não rejeita a língua para compreensão do uso da linguagem);</p> <p><b>2- Ponto de chegada:</b> concepção de enunciação, que vê a linguagem em uso associada à língua (introduz o sentido; linguística que se interessa pela utilização da língua em seu uso);</p> <p><b>3- Objeto de estudo:</b> o processo de enunciação, ou seja, a forma pela qual o sujeito se marca naquilo que diz;</p> <p><b>4- Enunciação:</b> é vista como um <b>processo</b>, um ato pelo qual o locutor mobiliza a língua por sua própria conta; a enunciação converte a língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela;</p> <p><b>5- Sujeito da enunciação:</b> é um sujeito linguístico, é a representação daquele que fala, que opera durante o processo de produção do enunciado no espaço do aqui e no tempo do agora; não produz sentido, é um constructo teórico;</p> <p><b>6- Quadro formal da enunciação:</b> é considerado: o próprio ato (o locutor, alocutário, a referência); as situações em que esse ato se realiza (condição de apropriação e mobilização da língua pelo locutor); instrumentos (índices de pessoa; índices de ostensão e tempos verbais);</p> <p><b>7- O locutor:</b> coloca a língua em funcionamento, através de um ato individual de utilização;</p> <p><b>8- O produto da enunciação:</b> é o <b>enunciado</b>, resultado da relação entre o locutor e a língua;</p> <p><b>9- Focalização da teoria:</b> as marcas da enunciação e do sujeito no enunciado.</p> | <p><b>1- Ponto de partida:</b> conceitos saussurianos, que são modificados, ampliados e ultrapassados;</p> <p><b>2- Ponto de chegada:</b> a hipótese de que a argumentação está na língua, a partir do discurso;</p> <p><b>3- Objeto de estudo:</b> o enunciado, segmento de discurso, com lugar e data, produtor e ouvinte. Fato empírico, observável e irrepitível;</p> <p><b>4- Enunciação:</b> é o acontecimento, o fato que constitui o aparecimento de um enunciado, em determinado momento do tempo e do espaço, algo puramente semântico;</p> <p><b>5- Sujeito da enunciação:</b> o sujeito que aparece no enunciado é um produtor de representações no sentido do enunciado; sujeito da linguagem, produz sentido, responsável pelo enunciado;</p> <p><b>6- Quadro formal da enunciação:</b> é uma estrutura de três elementos: o locutor (L), o alocutário (A) e a situação (S), sendo que este último não é discutido pelo autor;</p> <p><b>7- O locutor:</b> usa a língua e, por meio dela, marca-se e produz sentido.</p> <p><b>8- O produto da enunciação:</b> é o enunciado produzido por um locutor, designado por marcas de primeira pessoa, produto das relações de subjetividade do locutor;</p> <p><b>9- Focalização da teoria:</b> a construção da argumentação como modo de enunciação do locutor.</p> |

Fonte: A autora da tese (2013)

Embora esse quadro apresente muito mais diferenças do que semelhanças, é possível verificarmos pontos em comum entre os teóricos: ambas as teorias contemplam o sujeito linguístico, e não o empírico; tanto para Benveniste quanto para Ducrot a enunciação é um evento que tem sua descrição registrada no interior do próprio enunciado; esses dois teóricos

consideram a língua em uso e veem a enunciação como algo singular; na estrutura da enunciação, para ambos, há uma intersecção de elementos: o locutor, o alocutário e a situação.

Enfim, no percurso de toda essa discussão, a partir de considerações-chave das teorias aqui apresentadas, nós elaboramos questões que nos fazem pensar no nosso objeto de estudo. Na próxima seção, fazemos uma síntese retomando todos os questionamentos levantados, para que facilite as nossas reflexões no capítulo posterior.

## 2.5 UMA SINOPSE DA CONCEPÇÃO TEÓRICA DE ENUNCIÇÃO ORDINÁRIA E DAS INDAGAÇÕES SUSCITADAS NO PERCURSO TEÓRICO DESTE TRABALHO.

Ordinário/ comum, termos que trazem no interior da sua significação a idéia de algo que é corriqueiro, do cotidiano habitual, frequente; coisa que pertence a todos ou da qual cada um pode participar (CEGALA, 2005). Partindo desse entendimento, vamos aqui considerar o que até então apresentamos sobre enunciação, como sempre nos referindo a uma enunciação ordinária, uma vez que ao refletirmos sobre os posicionamentos teóricos dos autores aqui discutidos, levantamos questões que nos levam a delinear outros caminhos sobre esse assunto, chegando ao que, nesta tese, consideramos outra abordagem do fenômeno enunciação.

Desse modo, para darmos início ao capítulo deste trabalho que reflete nossos pensamentos, construções e análises sobre a enunciação de orações canônicas da Igreja Católica, sentimos ainda a necessidade de apresentarmos uma síntese das discussões sobre enunciação ordinária, como também uma exposição abreviada das inquietações levantadas nas páginas deste trabalho anteriores a esta. Para a primeira necessidade, recorreremos a publicações do estudioso Valdir Flores, crítico já mencionado neste trabalho, exímio pesquisador na área da enunciação.

Segundo Flores (2008), por defender a hipótese de que a Linguística da Enunciação é ligada ao sistema saussuriano e que ela só é definida em relação a esse, o autor considera o pensamento do genebrino como um divisor de águas na criação da referida Linguística. Flores ratifica que o campo da enunciação está ligado a Saussure por vários pontos, dos quais destaca: a relação língua/fala, a importância da noção de estrutura e a problemática do sujeito. Essa dicotomia ressaltada é superada pela idéia de estrutura, a qual permite sua atualização, ou seja, a língua comporta a fala e vice-versa.



Falar dos estudos da Linguística da Enunciação significa não estudar irregularidades, pois todas as línguas têm um mecanismo que é disponibilizado pela própria estrutura da língua para a atualização que o sujeito faz do sistema no uso. Estamos nos referindo a um aparelho formal que possibilita ao sujeito enunciar nesta língua. Um aparelho pertencente à língua, mas de uso dependente da enunciação. Esse aparelho caracteriza-se por uma dupla percepção: de algo que é geral e específico, paralelamente. A primeira caracterização se deve ao fato de ele ser algo próprio das línguas; e a segunda porque cada língua tem o seu aparelho, o qual para cada sujeito é considerado sempre como único a cada instância de uso (pessoa, tempo e espaço). Essas questões levam Flores (2008, p. 22) a declarar que “a enunciação é um conceito, a um só tempo, universal e particular”. Assim, a ideia sobre o aparelho formal da enunciação insere a de língua e a de fala, mas não se esgota nelas, já que o aparelho pertenceria ao mesmo tempo a ambas. Então, o que percebemos na base dos estudos sobre enunciação é um movimento duplo relacionado a Saussure: conservação e alteração.

Para melhor explicar a relação acima, Flores (2008) busca Benveniste e Ducrot. Do primeiro, destaca o trecho no qual diz que “compete-nos ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante.” (BENVENISTE, 1989, p. 224); em Ducrot, do texto intitulado “Estruturalismo, enunciação e semântica”, ressalta:

A descrição semântica de uma língua, considerada como conjunto de frases ou de enunciados, não só não pode ser acabada, como não pode ser empreendida de forma sistemática, se não mencionar [...] certos aspectos da atividade linguística realizada graças a essa língua. [...] Se utilizarmos, para exprimir tal tese, a terminologia saussuriana tradicional, seremos levados a afirmar [...] que uma linguística da língua é impossível se não for também uma linguística da fala (DUCROT, 1987, p. 63).

Ainda apontando relações, Flores compara a definição de fala apresentada por Saussure (um ato individual de vontade e inteligência) à de enunciação elaborada por Benveniste (colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização) e verifica que ambas não estão muito distantes, pois o entendimento de um ato individual que realça atualização e sujeito é presente nas duas definições. Mas, de maneira bastante cuidadosa, esse estudioso ressalta que não podemos reduzir a Linguística da Enunciação à Linguística da Fala, pelo menos sob o ponto de vista que essa é apresentada no Curso de Linguística Geral.

Outro ponto que ratifica o princípio de que a Linguística da Enunciação conserva aspectos oriundos da Linguística Saussuriana é a noção de sistema, estrutura. Tanto Ducrot, quanto Benveniste fazem alusão a essa questão: o primeiro com expressões linguísticas,

como: “estrutura da enunciação”, “estruturalismo”, “enunciação e semântica”; e o segundo por fazer referências em suas obras a pensamentos da Linguística Estrutural. A noção de estrutura é importante para os estudos de enunciação, uma vez que os autores desse campo consideram a estrutura linguística no desenvolvimento de seus trabalhos. No entanto, Flores ressalta que não devemos compreender a idéia de estrutura como repetição, mas sim algo que comporta um sujeito que enuncia. Em síntese, Flores declara que, independentemente de a Linguística da Enunciação ser continuidade ou ruptura com as reflexões saussurianas, os estudos enunciativos elaboram um novo objeto (a enunciação) que, pelo menos não completamente, não encontra proteção na dicotomia língua/fala.

Quanto ao estudo do sujeito na Linguística da Enunciação muito se tem discutido, questionado e declarado. Por encontrar, em suas pesquisas, posicionamentos diversos a respeito do assunto, Flores (2008) esclarece que o sujeito não pode ser considerado objeto de estudo de uma teoria linguística, uma vez que esse elemento considera aspectos exteriores ao linguístico. Desse modo, salienta que o que se estuda na Linguística da Enunciação são “[...] as marcas da enunciação e do sujeito no enunciado, não o sujeito propriamente dito.” (FLORES, 2008, p. 26).

Ao estudarmos o que existe sobre a Linguística da Enunciação a partir de Benveniste e Ducrot, apesar de cada um desses estudiosos seguirem caminhos distintos<sup>35</sup>, vimos que ambos analisam a linguagem do ponto de vista da enunciação, estudando-a sob a concepção semântica, já que o eixo de qualquer teoria enunciativa é o sentido, o que só se produz quando a língua está em uso.

Após a síntese sobre o que estudamos a respeito de enunciação ordinária, apresentamos agora uma retomada das principais inquietações levantadas por nós neste trabalho. Durante a exposição de ideias teóricas sobre o fenômeno enunciação, na tentativa de elucidarmos a problemática desta investigação, a qual se resume em compreendermos e explicarmos como se realiza a enunciação de textos prontos, mais especificamente, textos de orações religiosas a santos da Igreja Católica, levantamos indagações, que sinteticamente nos conduzem a:

- 1- verificar até que ponto as ideias de Benveniste sobre enunciação contemplam a realização desse fenômeno em textos prontos (atentamos, especialmente, para a

---

<sup>35</sup> Benveniste faz uma reflexão voltada à enunciação, sem formular um modelo de análise, mas seus estudos são integralmente ligados à enunciação; Ducrot apresenta uma proposta teórico-metodológica de análise enunciativa explicitamente elaborada e reelaborada.

dispensa do processo de escolha linguística por parte do locutor das orações, a apropriação e repetibilidade do material linguístico);

- 2- conferir se o processo de alocação que ocorre numa enunciação ordinária é o mesmo numa enunciação de textos prontos, tentando identificar desse modo o “grau de presença” do alocutário e/ou o nível de discussão entre o locutor e o alocutário, e como ambos se marcam nesse tipo de enunciação e se é por meio da *intimação* que os locutores das orações se asseguram de que suas solicitações serão atendidas por seus alocutários;
- 3- averiguar o que marca linguisticamente a atualidade das orações, já que nos referimos a textos produzidos há tempo, mas que, quando enunciados, presentificam a pessoa, o tempo e o lugar, saindo seu conteúdo da ideia de encontrado para concebido;
- 4- certificar-nos, sempre linguisticamente, como ocorre a relação “eu”/”tu”, como também entre os pronomes “nós”/”vós” na enunciação das orações, e qual a atitude discursiva do locutor diante das orações;
- 5- analisar quais elementos linguísticos permitem a um locutor de orações religiosas transformar um texto de modo achado para o modo concebido;
- 6- examinar se as súplicas apresentadas no discurso das orações podem ser consideradas como argumentos;
- 7- tentar explicar a ideia de repetibilidade e irrepetibilidade nesse tipo de enunciação, como também levantarmos os elementos que compõem a sua estrutura, definindo-os.

Essa breve retomada tem o objetivo de assegurarmos fidelidade a nossa linha de reflexão, quando associarmos posicionamentos teóricos dos estudiosos aqui expostos às nossas inquietações, a fim de garantirmos uma relação entre o que é dito na base teórica e o que escrevemos nas páginas posteriores a esta, constituindo assim o próximo capítulo.

### 3 ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES RELIGIOSAS.

Após todo o percurso teórico necessário para elaboração da nossa tese, que é apresentado na parte inicial deste trabalho, estruturamos este capítulo em quatro seções: na primeira, situamos o nosso leitor, de maneira bastante breve, sobre o *corpus* em estudo, fundamentando-nos em um dos principais documentos da Igreja Católica (O Compêndio do Catecismo da Igreja Católica); nas seções seguintes, tomando como base a enunciação sob o ponto de vista de Benveniste e de Ducrot, procuramos descrever esse fenômeno sob outra abordagem: a enunciação de textos oracionais religiosos da Igreja Católica, atentando para a sua estrutura, a manifestação da alteridade e seus elementos repetíveis e/ou irrepetíveis.

#### 3.1 ORAÇÕES RELIGIOSAS DA IGREJA CATÓLICA: O *CORPUS* DO ESTUDO.

Sabemos que a Igreja Católica tem orações para inúmeras circunstâncias, necessidades e ocasiões: algumas gerais, umas mais específicas e/ou mais conhecidas que outras, mas, na sua maioria, sem indicação de tempo, espaço e sujeito empírico da produção<sup>36</sup>. Informações que parecem irrelevantes para os fiéis, pois, independentemente da origem e/ou da história de cada uma, eles as utilizam sempre que desejam, buscando por meio delas um diálogo com um interlocutor que, provavelmente, apenas ouve, mas não se pronuncia, pelo menos dentro da perspectiva de interação que nós temos para uma conversa.

Para apresentarmos esse objeto, recorreremos ao documento que é visto da seguinte forma:

---

<sup>36</sup> Segundo Ducrot (1987, p. 182), “[...] o locutor pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral. [...] o autor real tem pouca relação com o locutor”

[...] uma síntese fiel e segura do Catecismo da Igreja Católica. Ele [Compêndio do Catecismo da Igreja Católica] contém, de maneira concisa, todos os elementos essenciais e fundamentais da fé da Igreja, de forma a constituir, como desejara o meu Predecessor, uma espécie de *vademecum*, que permita às pessoas, aos crentes e não crentes, abraçar, numa visão de conjunto, todo o panorama da fé católica.

Ele espelha fielmente na estrutura, nos conteúdos e na linguagem o Catecismo da Igreja Católica, que encontrará nesta síntese uma ajuda e um estímulo para ser mais conhecido e aprofundado. (RATZINGER, p. 2, 2005)<sup>37</sup>

Posteriormente à leitura das quatro partes que compõem o compêndio: “A profissão de fé”; “A celebração do mistério cristão”; “A vida em Cristo”; “A oração cristã”; dessa, extraímos declarações referentes ao que nos interessa aqui neste trabalho (textos oracionais). Buscando o conceito de oração na vida cristã, o texto a define como uma “[...] relação pessoal e viva dos filhos de Deus com o seu Pai infinitamente bom, com seu Filho Jesus Cristo e com o Espírito Santo, que habitam no coração deles.” (RATZINGER, 2005, p. 69). Uma prática cristã que é revelada desde o Antigo Testamento por profetas, como: Abraão, Moisés, Davi, tendo como o ápice das orações desse período os Salmos. Através desses textos, são cantadas as maravilhas de Deus na criação e na história da salvação. Chegando ao Novo Testamento, vemos que a prática da oração é “revelada e realizada em Jesus”. Todo o evangelho mostra Jesus muitas vezes em oração, hábito que, de acordo com os textos bíblicos, desenvolveu com sua mãe e com a tradição hebraica, deixando-o de exemplo às pessoas.

Mesmo sendo declarado no Compêndio que toda oração deve ser dirigida a Deus por meio de Jesus (por isso, as orações litúrgicas<sup>38</sup> serem concluídas sempre com a expressão ‘Por Nosso Senhor Jesus Cristo’), nesse mesmo material, a Igreja Católica reconhece que os santos também são guias para a oração, pois esses são exemplos de oração e a intercessão deles “[...] é o mais alto serviço que prestam ao desígnio de Deus” (RATZINGER, 2005, p. 73).

Ainda de acordo com o texto em estudo nessa seção, a oração cristã apresenta formas essenciais e normativas, a saber: “a bênção e a adoração, a oração de súplica e a intercessão, a ação de graças e o louvor”. (RATZINGER, 2005, p. 71) A oração de súplica é definida como um pedido de perdão ou um pedido para uma necessidade espiritual ou material; enquanto que a de louvor é a forma de oração totalmente desinteressada, pois por meio dela o homem “[...] reconhece que Deus é Deus.” (RATZINGER, 2005, p. 72). Na igreja, a prática da oração

<sup>37</sup> Presidente da Comissão Especial de Cardeais responsável pela redação do Compêndio do Catecismo da Igreja Católica.

<sup>38</sup> Orações litúrgicas são orações realizadas durante momentos da celebração litúrgica em que se proclama, escuta e reflete a palavra de Deus, através da leitura de um ou mais trechos da Bíblia. (RATZINGER, 2005)

implica contemplação, estudo e compreensão das realidades espirituais de que se faz experiência.

A tradição cristã apresenta três modos de exprimir e viver a oração: a oração vocal, a meditação e a oração contemplativa, sendo que todas têm em comum o traço do recolhimento do coração. Lendo sobre a definição para cada modo, podemos entender que: a) a oração vocal é a que relaciona o corpo ao coração, elevando a voz para exprimir o que deseja. Por excelência, é a oração das multidões. Esse modo de orar foi primeiramente ensinado por Jesus aos discípulos através da oração do Pai-Nosso; b) a meditação é toda e qualquer reflexão sobre os textos bíblicos, o que reflete a inteligência, a imaginação, a emoção, o desejo, para aprofundar a fé; c) e a contemplativa é, por meio do silêncio, o encontro do orante com Deus na mais profunda amizade.

Dentre as orações da Igreja Católica destinadas a alimentar o ato contínuo de orar, temos: orações da manhã e da noite, para antes e depois das refeições; oração dominical; salmos; aos santos; e as duas orações teológicas por excelência: o Pai-Nosso e a Ave-Maria. São inúmeros textos direcionados a seres celestes apropriados pelos fiéis para estabelecerem um elo entre o céu e a terra.

Como não pretendemos nos delongar nesta seção, uma vez que ela aqui é inserida apenas para nos situarmos sobre o *corpus* deste estudo (as orações religiosas da Igreja Católica), notamos, pela breve exposição, que a oração é como o cartão de visita do cristão, que o coloca numa íntima relação com o que, em quem ele acredita, depositando a certeza de que será ouvido, independente do que expressa a oração.

### 3.2 COMO PODEMOS DELINEAR A ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA?

Como declara Benveniste (1976), é a linguagem que dá ao homem a condição de viver em comunidades, constituindo assim a sociedade. Entre as inúmeras comunidades humanas, encontramos a igreja, lugar onde as pessoas exercitam a linguagem principalmente pela oração. A oração cristã, como é abordada na seção anterior deste capítulo, reflete a relação pessoal e viva dos fiéis para com os seres celestes, manifestando por meio desse tipo de texto contemplação, agradecimentos, súplicas, e tudo mais que desejam expressar. Uma vez que o nosso olhar investigativo sobre esse objeto não é teológico, necessariamente, mas

principalmente linguístico, compreendemos que a enunciação desses textos, por algumas razões, não se inclui completamente nas definições apresentadas pelos teóricos em estudo.

Vamos dar início à resposta da pergunta que intitula esta seção, afastando desde já a possibilidade de considerarmos as orações religiosas como textos de comunhão fática, pois elas não se limitam ao preenchimento de uma função social, não servem apenas ao propósito de unir o ouvinte ao locutor. Elas partem de uma necessidade do locutor que, muito certo, espera uma resposta (mesmo que o locutor desse tipo de texto tenha ciência de que a resposta não vem pela reversibilidade, isto é, pela troca de papéis entre locutor e alocutário. Questão que discutiremos mais adiante.). As orações têm objeto, finalidade, mensagem, não são apenas uma forma convencional de enunciação que se satisfaz em sua realização. Diante dessa justificativa, cabe-nos então tentarmos definir, caracterizar essa abordagem de enunciação.

Ao recordarmos a definição de Benveniste para o fenômeno enunciação (o locutor se apropria da língua, coloca-a em uso a partir da sua relação consigo e realiza o ato de produzir um enunciado, ou seja, é o processo que permite a produção do enunciado, num aqui e agora, com marcas linguísticas do locutor, formando sempre um novo sentido), verificamos que a enunciação de orações religiosas poderia ser contemplada nessa ideia se aqui considerássemos apenas o locutor orante *primus* (cada locutor que elaborou e enunciou pela primeira vez os textos oracionais em estudo) que enunciou cada texto desse tipo, o qual podemos explicar como um locutor numa situação ordinária de enunciação. Mas, é de nosso conhecimento, senão até mesmo de nossa prática<sup>39</sup>, que esses textos são apropriados discursivamente por inúmeras pessoas, e enunciados por elas, como se fossem de construções próprias, quantas vezes desejem, necessitem e/ou tenham o hábito de usá-los, considerando que as orações estão prontas para uso. Ainda notamos que, devido a isso, o locutor orante (cada locutor que se apropria de textos oracionais canônicos e os enuncia, assumindo assim total responsabilidade por eles) isenta-se do processo de escolhas, agenciamento de palavras, organização sintática, aspectos tão defendidos por Benveniste, para transmitirem o que desejam.

Creemos que essa apropriação das orações pelo locutor orante não acontece de maneira inconsciente, sem atentar para a relação forma/sentido, pois não devemos esquecer que esse sujeito é falante de uma língua, e como tal tem noção da significação que constitui os signos dessa (semi)ótica e, conseqüentemente, ao colocar a língua em ação, compreende o sentido estabelecido pela rede de relações entre os signos que formam cada oração (semântica).

---

<sup>39</sup> Caso os leitores deste trabalho participem de comunidades eclesiais da Igreja Católica.

*Então, o que permanece do conceito de enunciação de Benveniste para a abordagem aqui proposta, ou seja, a enunciação de textos oracionais prontos e disponíveis para uso?* Talvez, o fato de que o sentido de cada oração é outro a cada enunciação, atualização linguística, confirmando assim a concepção de língua como semântica.

Revisitando agora as reflexões de Ducrot, em seus estudos (1984 e 1987), ele define a enunciação como o fato de algo ter sido realizado, isto é, a aparição do enunciado, um acontecimento singular que é responsável pela realização da língua. Até aqui, poderíamos dizer que a enunciação de textos prontos na língua é contemplada nessa conceituação, pois o locutor orante enuncia as orações em momentos singulares, únicos, irrepetíveis. No entanto, o autor amplia seu conceito e diz que para chegarmos à produção de enunciados que resultam num discurso, esses passam por elaborações abstratas (frase/texto) feitas pelo locutor. *Mas, como isso pode ser visualizado na enunciação dos textos em estudo, se esse processo mencionado por Ducrot não ocorre, uma vez que as orações já estão prontas?* Não temos a pretensão de anularmos a idéia de frase e/ou de texto, mas ressaltamos que nessa abordagem enunciativa, não estamos tratando da enunciação ordinária, mas sim de algo diferente, que nos é dado pronto na forma, disponível, sem necessidade de elaboração (ao menos no sentido de apropriação e mobilização da língua, como nos é apresentado), mas apenas de enunciação. Exceto, quando no corpo textual das orações, existe um espaço aberto para que o locutor, verdadeiramente, produza e enuncie um discurso próprio, a exemplo da oração<sup>40</sup> seguinte:

---

<sup>40</sup> Em anexo, trazemos outras orações canônicas da Igreja Católica que não são aqui analisadas por nós, mas que podem ser verificadas sob os mesmos aspectos discutidos neste capítulo.



### **Oração à Nossa Senhora dos Impossíveis**

Ó Santa Mãe de Deus e também nossa Mãe, nós vos veneramos com o sugestivo título de Nossa Senhora dos Impossíveis, porque sois Mãe de Deus – Virgem e Mãe – Imaculada Conceição; privilégios estes que não foram concedidos a nenhuma outra criatura mas somente a vós.

Ó Virgem Bendita e bondosa, Mãe de Deus e nossa Mãe, humildemente vos pedimos: socorrei os que passam fome e vivem na miséria, curai os doentes de corpo e de espírito, fortalecei os fracos, consolai os aflitos, pedi pelas vocações sacerdotais e religiosas e transformai as famílias em santuários vivos de fé e caridade, no seio da Igreja.

Pedi pelo Papa, pelos bispos e por todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, para que governem com justiça e amor.

E agora, ó Senhora dos Impossíveis, olhai para nós que fazemos esta novena e alcançai-nos de Jesus, vosso divino Filho, as graças que agora suplicamos (*pedido*).

Maria, Mãe de Deus, rogai por nós.

Maria, Virgem e Mãe, rogai por nós.

Maria, concebida sem pecado, rogai por nós.

Maria, Nossa Senhora dos Impossíveis, rogai por nós. (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

Na enunciação desse tipo de oração que abre espaço para que o locutor elabore um pedido, percebemos que há a possibilidade de ser aplicado tanto o conceito apresentado por Benveniste, quanto o apresentado por Ducrot no que diz respeito à concepção de enunciação.

Exceção à regra, juntando o que refletimos a partir dos conceitos de Benveniste e de Ducrot sobre enunciação, podemos elaborar a seguinte definição para essa outra abordagem do fenômeno em discussão: enunciação de textos oracionais religiosos é a apropriação, não da língua (pois, já é fato), mas sim de discursos previamente elaborados na língua por alguém, prontos na sua forma, disponíveis para uso, em momentos singulares, únicos, irrepetíveis, por parte de locutores orantes. Para compreendermos melhor essa construção, tomemos como observação o material linguístico que constitui a oração do Pai-Nosso:

Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o Vosso nome.

Venha a nós o Vosso Reino.

Seja feita a Vossa vontade, assim na Terra como no Céu.

O pão nosso de cada dia nos dai hoje.

Perdoai as nossas ofensas assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido.

E não nos deixei cair em tentação, mas livrai-nos do mal. (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

É sabido que a sequência de frases que forma o texto (entidades abstratas) da referida oração foi, é e sempre será utilizada por milhões de pessoas. No entanto, a transformação desse texto em discurso (entidade concreta), ou seja, sua realização linguística é sempre única, pois, como

diz Benveniste, o locutor, o tempo e o espaço que venham a realizar tal acontecimento serão sempre singulares. Além disso, esse autor destaca que, somente através de uma situação de enunciação é possível identificarmos a que ou a quem o locutor faz referência no seu enunciado. A exemplo dessa afirmação, vejamos a que se referem os termos destacados em alguns trechos da oração acima:

*O pão nosso de cada dia nos dai hoje.*  
Perdoai as *nossas ofensas* assim como nós perdoamos a *quem nos tem ofendido*.  
E não nos deixei cair em *tentação*, mas livrai-nos do *mal*

Certamente, o elemento a que se refere cada signo e/ou expressão em itálico não é o mesmo para os inúmeros locutores que enunciam a citada oração, uma vez que o *pão* que um necessita não deve ser o mesmo *pão* que o outro necessita; a *ofensa* realizada por um também não é a mesma *ofensa* do outro, e assim por diante. Na referência, sim, podemos dizer que notamos elaboração por parte do locutor orante, e ainda é possível pensarmos: *o que faz a enunciação de uma oração ser sentida sempre como atual, mesmo tendo sido produzida por seu sujeito empírico há tempo?* Além da atualização da referência a cada enunciação, isto é, referência a um “eu” específico e único, destacamos também para a resposta dessa questão a importância do tempo verbal, pois, neste caso, os tempos verbais que predominam nas orações (*presente do indicativo e imperativo afirmativo*) transmitem ao locutor uma certeza com relação ao que ele expressa (exaltação, súplica, agradecimento) na oração no momento em que a enuncia, ou seja, ratifica a relação “eu”/“tu”.

Ducrot (1984), ainda situando suas reflexões sobre enunciação, evidencia a organização dos enunciados de um discurso, considerando-a como relevante para estabelecimento do valor semântico do enunciado. Tal pensamento direciona o nosso olhar para a forma como as orações são organizadas, e na tentativa de traçarmos uma superestrutura<sup>41</sup> notamos que determinados elementos são constantes em todas elas, a saber:

a) exaltação ao ser celeste a quem se direciona, enumerando características de boas qualidades

---

<sup>41</sup> Esse termo é empregado de acordo com o modelo proposto por T. A. van Dijk (1980) em seu trabalho intitulado **Macrostructures. An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition**, no qual podemos compreender o que ele chama de macro, micro e superestrutura textuais: a primeira corresponde ao conteúdo global levado a cabo por uma sequência discursiva; a segunda refere-se a elementos que têm expressão direta nos enunciados constitutivos do texto. Essas determinam e são determinadas pelas macroestruturas; e a terceira expressão, em alguns momentos empregada neste estudo, diz respeito ao esquema convencionalizado que fornece a forma global do conteúdo do texto.

(todo poderoso, santificado, vida, esperança, entre outras) e/ou fazendo referência, por exemplo, a feitos milagrosos realizados pelo santo; b) descrição do locutor sempre como um servo cheio de falhas e, conseqüentemente, dívidas, mas fiel àquele que lhe é considerado superior. Às vezes, essas marcas estão implícitas no pedido, por exemplo, quando numa oração a súplica é de que o santo conceda ao locutor humildade, caridade, obediência, coração puro, entre outras coisas, ou seja, se ele faz esse pedido acreditamos que essas coisas lhe faltem; c) pedidos, agradecimentos ou louvores, a depender de como a oração se classifica quanto à forma; d) uma conclusão, na qual o locutor declara a sua vontade de ser atendido, e, às vezes, pronuncia promessas mediante a graça alcançada. Localizemos cada um desses elementos na oração seguinte:

**Oração à Nossa Senhora do Amparo**

**Ó Dulcíssima Soberana do Amparo**, bem sabemos que, miseráveis pecadores, não éramos dignos de vos possuir neste vale de lágrimas, mas sabemos também que a **vossa grandeza** não vos faz esquecer a nossa miséria e **no meio de tanta glória**, a **vossa compaixão**, longe de diminuir, aumenta cada vez mais para conosco.

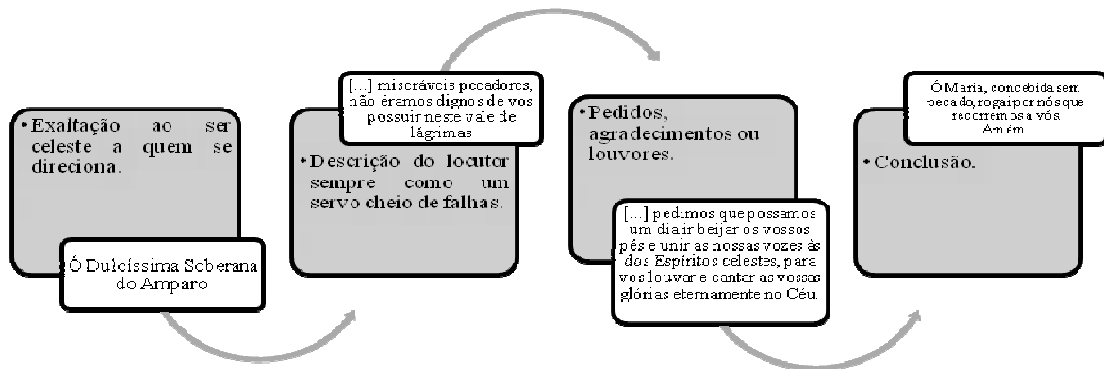
**Do alto do trono em que reinais sobre todos os Anjos e Santos**, volvei para nós os **vossos olhos misericordiosos!** Vede a quantas tempestades e mil perigos estaremos, sem cessar, expostos, até o fim da nossa vida. Pelos merecimentos da fé, da confiança e da santa perseverança na amizade de Deus, *pedimos que possamos um dia ir beijar os vossos pés e unir as nossas vozes às dos Espíritos celestes, para vos louvar e cantar as vossas glórias eternamente no Céu.*

Assim seja.

**Ó Maria, concebida sem pecado**, *rogai por nós que recorreremos a vós.*  
Amém. (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

Com destaques nossos variados, encontramos e: **negritamos** trechos da oração que podem ser vistos como exaltação à santa; com grifos, verificamos enunciados que descrevem o locutor e a sua situação de miséria; em *itálico*, chamamos atenção para a súplica do locutor orante; e ainda, nessa oração, localizamos trechos que evidenciam a vontade de ser atendido, não por méritos seus, mas sim pelos merecimentos da fé, o que ratifica, pela língua, a situação de servo na qual o locutor sempre se apresenta. A Figura 7 sintetiza esses elementos que compõem a organização dos enunciados da maioria das orações canônicas da Igreja Católica:

FIGURA 7 - Elementos que compõem a organização dos enunciados das orações canônicas da Igreja Católica.



Fonte: A autora da tese (2012)

Ressaltamos que na maioria das orações, esses elementos aparecem nessa ordem, o que entendemos como uma estratégia linguística que foi utilizada pelo locutor orante *primus* e concordada e assumida pelo locutor orante para influenciar (relembremos a ideia desse verbo: gerar, provocar outra enunciação) o comportamento do alocutário, como declara Benveniste (1976), quando faz referência ao aparelho de funções constituído por interrogações, intimações e/ou asserções. Ou ainda, seguindo as reflexões de Carel (2012b), são argumentos, transgressivos e/ou normativos, elaborados por entrelaçamento de palavras que se combinam e constituem sentido, apresentados pelo locutor ao seu alocutário. No entanto, em alguns casos, os três primeiros são mesclados no corpo das orações, como é possível conferirmos nas orações a seguir:

**Oração à Nossa Senhora do Carmo**

Ó bendita e imaculada Virgem Maria, honra e esplendor do Carmelo! Vós que olhais com especial bondade para quem traz o vosso bendito escapulário, *olhai para mim benignamente, iluminai as trevas do meu espírito com a vossa sabedoria, aumentai em mim a fé, a esperança e a caridade. Ornai minha alma com a graça e as virtudes que a tornem agradável ao vosso divino Filho. Assisti-me durante a vida, consolai-me na hora da morte com a vossa amável presença e apresentai-me à Santíssima Trindade como vosso filho e servo dedicado; e lá do céu, eu quero louvar-vos e bendizer-vos por toda a eternidade. Nossa Senhora do Carmo libertai as benditas almas do purgatório.*  
Amém.

**Oração a São Gabriel Arcanjo**

Vós, Anjo da encarnação, mensageiro fiel de Deus, *abri os nossos ouvidos para que possam captar até as mais suaves sugestões e apelos de graça emanados do coração amabilíssimo de Nosso Senhor. Nós vos pedimos que fiqueis sempre junto de nós para que, compreendendo bem a Palavra de Deus e Suas inspirações, saibamos obedecer-lhe, cumprindo docilmente aquilo que Deus quer de nós. Fazei que estejamos sempre disponíveis e vigilantes. Que o Senhor, quando vier, não nos encontre dormindo!*  
Amém!

Ao lermos as orações acima, facilmente percebemos que o pedido do locutor vem mesclado com a descrição do mesmo como servo cheio de fraquezas e necessidades, a exemplo: *iluminai* (as *trevas do meu espírito* - fraqueza) *com a vossa sabedoria* (pedido); *abri os nossos ouvidos* (fraqueza), *para que possam captar até as mais suaves sugestões e apelos de graça emanados do coração amabilíssimo de Nosso Senhor.*

Após conseguirmos elaborar um conceito para essa abordagem de enunciação aqui em estudo, como também perceber a sua composição, passamos a observar mais detalhadamente marcas do sujeito da enunciação, neste caso o sujeito da enunciação de orações religiosas. Os dois teóricos em estudo veem o sujeito da enunciação como um sujeito linguístico, (apesar de pontos de vista diferenciados: para Benveniste o sujeito não produz sentido, percepção muito oposta às reflexões de Ducrot), que eleva a língua à condição de uso, sempre direcionando o discurso a um alocutário, que deve retornar àquele com outra enunciação. Nesse momento, temos três elementos bastante reflexivos: locutor; alocutário; reversibilidade, que refletimos a seguir.

*Quem é essa figura do locutor? O que faz? Qual é o seu papel e relevância na enunciação?* Segundo Benveniste e Ducrot, o locutor é essencial na enunciação, apesar de não ser o objeto de estudo para nenhum dos dois. No entanto, nas nossas reflexões ele ganha relevância, pois nossa definição de enunciação o tem como ponto de partida, e é por isso que precisamos aprofundar um pouco mais as noções antes apresentadas sobre esse componente

da enunciação. Ducrot (1987) diz, entre outras coisas já mencionadas aqui, que o locutor é o responsável pelo enunciado. *A concepção de ser responsável por um discurso dentro de uma enunciação ordinária é a mesma que na enunciação de textos oracionais religiosos?*

Buscando a significação do termo *responsável*, encontramos como “aquele que responde pelos seus atos ou pelos de outrem; que tem condições morais ou materiais de assumir compromisso” (DICIONÁRIO ONLINE), no caso da enunciação é aquele que assume, o que responde por aquilo que enuncia, o ponto de origem da enunciação. *Diante dessa declaração, então quem é o locutor das orações? O que enuncia a oração pela primeira vez, sendo os demais meros repetidores, ou qualquer um que realize o mesmo ato, tendo ciência de que esse tipo de enunciação se difere de uma ordinária?*

Para encontrarmos uma resposta para a pergunta acima, tomemos como ponto de partida a oração oferecida à Nossa Senhora Aparecida:

#### **Oração à Nossa Senhora Aparecida**

Ó incomparável Senhora da Conceição Aparecida. Mãe de meu Deus, Rainha dos Anjos, Advogada dos pecadores, Refúgio e Consolação dos aflitos e atribulados, ó Virgem Santíssima; cheia de poder e bondade, lançaí sobre nós um olhar favorável, para que sejamos socorridos em todas as necessidades.

Lembraí-vos, clementíssima Mãe Aparecida, que não se consta que de todos os que têm a vós recorrido, invocado vosso santíssimo nome e implorado vossa singular proteção, fosse por vós algum abandonado.

Animado com esta confiança a vós recorro: tomo-vos de hoje para sempre por minha mãe, minha protetora, minha consolação e guia, minha esperança e minha luz na hora da morte.

Assim pois, Senhora, livrai-me de tudo o que possa ofender-vos e a vosso Filho meu Redentor e Senhor Jesus Cristo. Virgem bendita, preservai este vosso indigno servo, esta casa e seus habitantes, da peste, fome, guerra, raios, tempestades e outros perigos e males que nos possam flagelar.

Soberana Senhora, dignai-vos dirigir-nos em todos os negócios espirituais e temporais; livrai-nos da tentação do demônio, para que, trilhando o caminho da virtude, pelos merecimentos da vossa puríssima Virgindade e do preciosíssimo Sangue de vosso Filho, vos possamos ver, amar e gozar na eterna glória, por todos os séculos dos séculos. Amém. (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

Mediante reflexão e análise, podemos pensar que em algum momento de uso da língua, um determinado falante elaborou esse texto oracional e enunciou-o, muito provavelmente, numa forma de oração vocal, uma vez que outras pessoas tomaram conhecimento da produção. Independentemente, se esse locutor orante *primus* previu ou não o uso desse material linguístico por outras pessoas, o fato é que isso passou a ocorrer, surgindo, desse modo, inúmeros outros locutores para essa mesma composição textual. No entanto, quando paramos

para refletir sobre essa última questão em orações semi-abertas (orações que têm espaço reservado para o locutor fazer seu pedido), podemos dizer que sim, o uso foi previsto, marcado linguisticamente, uma vez que encontramos no corpo do texto expressões com verbos no imperativo, a exemplo: *faça seu pedido*. Mas, não podemos deixar de ressaltar que a problemática de quem enunciou primeiro cada oração e se o fez com a intenção de ser utilizada por outras pessoas não é tão relevante para as nossas discussões, pois defendemos a premissa de que cada enunciação de um texto oracional canônico, mesmo sendo a reutilização de um material linguístico, é de realização singular, atualizando assim sempre a língua, semanticamente. Então, podemos entender como locutor das orações qualquer um que concorde e assuma o discurso como seu e o dirija ao alocutário indicado no corpo da oração.

Ainda sobre o locutor, Benveniste (1976) e Ducrot (1984) dizem que ele se introduz em sua fala, marcando-se por elementos linguísticos, a exemplo dos índices de pessoa, ostensão, temporalidade (já explicados na fundamentação teórica deste trabalho), os quais só se completam na rede de relações que a enunciação cria. Considerando tal afirmação, podemos então compreender que são essas marcas que permitem ao locutor orante ter responsabilidade por cada oração de que ele se apropria e que enuncia, pois as orações, apesar de prontas, têm no seu interior elementos da língua que só são preenchidos e identificados semanticamente numa situação de uso. Teoricamente, podemos inserir essas observações no que Benveniste (2005) denomina de *signos vazios*. Esses são expressões que não se referem à realidade, mas sim à enunciação, sempre disponíveis e que são preenchidas sempre que um locutor as assume em cada instância do seu discurso.

Pensemos nessas reflexões, observando os trechos destacados na oração que segue, e então perceberemos que tanto os elementos em **negrito** (marcas de primeira pessoa), quanto os que estão em *itálico* (trechos que marcam temporalidade) e ainda os que estão grifados (índices de ostensão), semanticamente, só serão constituídos por meio da enunciação:

**Salve Rainha**

Salve Rainha, Mãe de Misericórdia  
 Vida, doçura e esperança **nossa**, Salve!  
 A Vós *bradamos*, os degredados filhos de Eva  
 A Vós *suspiramos*, *gemendo* e *chorando*  
neste Vale de Lágrimas.  
 Eia, pois, advogada **nossa**  
 Esses Vossos olhos misericordiosos  
 A **nós** *volvei*!  
 E depois desse desterro,  
*Mostrai-nos* Jesus, bendito fruto do Vosso Ventre  
 Ó Clemente,  
 Ó Piedosa,  
 Ó Doce Sempre Virgem Maria.  
*Rogai* por **nós** Santa Mãe de Deus,  
 Para que *sejamos* dignos das promessas de Cristo. Amém. (ORAÇÕES  
 CATÓLICAS, 2012)

De fato, percebemos que os termos **nós**, **nos**, **nossa** somente podem ser preenchidos e identificados no momento da enunciação, pois como definirmos antecipadamente esse locutor, senão numa real situação discursiva? O mesmo é perceptível com os índices de ostensão neste Vale de Lágrimas / desse desterro: o primeiro fazendo alusão, de acordo com registros em dicionários, ao mundo como um local de sofrimento; o segundo, um elemento linguístico que se refere a algum tipo de sofrimento pelo qual o locutor orante deve estar vivenciando. Mas, ambos, também só são definidos no instante em que a enunciação é realizada e que podem ser dessemelhantes de um locutor para outro. Enfim, esses vazios que encontramos nas orações em análise e que somente se tornam plenos pela enunciação nos levam a ratificar que verdadeiramente esses discursos foram elaborados para serem usados pelas pessoas. Nessa análise, ainda temos a categoria modo, marcada por verbos flexionados (*bradamos*, *suspiramos*, *gemendo*, *chorando*, *volvei*, *mostrai*, *rogai*, *sejamos*) que, pela enunciação, colocam o locutor no mundo vivendo o presente, ratificando a atualidade do ser.

Continuando a discorrer sobre o índice de pessoa, na oração anterior, marcado com os pronomes “nós” e “vós”, poderíamos pensar na pluralização do “eu” e do “tu”, respectivamente. No entanto, comungando com Benveniste, ressaltamos que em qualquer tipo de enunciação isso não é possível, uma vez que cada locutor e alocutário têm suas singularidades, o que impossibilita a multiplicação desses elementos: cada ser é único, não se repete, não há como ser pluralizado. É possível sim, refletirmos da seguinte maneira: no pronome “nós” é o pronome “eu” que prevalece, até mesmo porque sem esse aquele não existiria; é a junção de um “eu” a outros como “eu”, distintos como seres humanos, mas que



ocupam o mesmo lugar na alocução; e o “vós”, nas orações canônicas da Igreja Católica, é apresentado apenas como forma de polidez, cortesia, tratamento ao alocutário da oração.

Nessas últimas três laudas, discorreremos sobre o que chamamos de locutor *primus* e locutor orante, sendo o segundo nosso foco de observação e análise. Ainda sobre esse último, pensamos: *será que qualquer pessoa que se apropria de um texto oracional é um locutor orante, considerando as características aqui enumeradas para ele? Ou talvez, teríamos a necessidade de nomear e diferenciar dois tipos de locutores: um locutor orante e um locutor leitor? Caso estivéssemos trabalhando a partir de uma teoria que buscasse no extra-linguístico informações para delinear seu objeto de estudo, poderíamos classificar o locutor como sugerido no questionamento acima (locutor orante ou locutor leitor). Vejamos essa possibilidade, seguindo as reflexões abaixo.*

Brevemente, pensando em possíveis atitudes psicológicas do locutor (referência ao mundo), poderíamos declarar que um provável locutor leitor não toma o texto oracional como seu, ele simplesmente o lê sem nenhuma pretensão de estabelecer uma alocução, atitude que o diferenciaria do locutor orante, pois quando esse se apropria de qualquer oração pronta e posta para uso, ele estabelece uma relação com seu alocutário, e assim espera uma resposta, obviamente, não discursiva. Ainda sob esse ponto de vista psicológico, teríamos também a possibilidade de acrescentar a idéia de que essa passagem da função de locutor leitor para locutor orante também estaria atrelada ao fato de esse último pertencer a uma comunidade eclesial, ou ao menos, dar crédito a alguns de seus princípios, pois caso contrário, como ele desejaria estabelecer uma alocução com um ser materialmente ausente? O indivíduo aceita os princípios da igreja, assume e comunga, sem nenhuma contestação, com as ideias expressas nas frases que constituem o texto de cada oração, e desse modo, sempre que deseja, apropria-se do material linguístico e o enuncia como seu a um alocutário que não se materializa, nem se manifesta na alocução.

No entanto, se tomássemos essa abordagem como fio condutor para nossa análise, estaríamos perdendo de vista o que a Teoria da Argumentação Polifônica (TAP) estuda sobre o posicionamento do locutor na realização dos seus discursos. Recordemos, no mínimo, duas razões que nos impedem de fazermos uma análise psicológica do locutor: primeira, porque Carel (2012b) defende a idéia de que não existe discurso sem locutor, independente de o discurso ser apresentado num tom engajado (modo concebido), ou tom desengajado (modo recebido), ou tom factual (modo encontrado pronto). Desse modo, um simples leitor é também um locutor, que poderíamos chamar de locutor leitor (aquele que lia as orações sem nenhuma pretensão religiosa, mera curiosidade) na tentativa de diferenciá-lo do locutor orante

(aquele locutor que se apropriaria das orações e as enunciaria com objetivos religiosos), classificação que de nada adiantaria, pois não saberíamos distingui-los linguisticamente; segunda, porque quando discorre sobre as atitudes do locutor, Carel se refere à atitude desse, em relação ao conteúdo do discurso. Diante disso, ressaltamos, mais uma vez, que as atitudes do locutor neste trabalho somente são analisadas discursivamente.

Assim, após pontuarmos a possibilidade de outro viés de investigação, voltamos para o que, neste momento, realmente nos interessa: análise do posicionamento do locutor pelo discurso. Então, pelas nossas reflexões, temos um locutor orante *primus* que, como já expresso, não é nosso objeto de estudo, e um locutor orante (seja ele um mero leitor ou um fiel). No que diz respeito às atitudes desse em relação à enunciação de textos oracionais prontos e disponíveis para uso, atentando para os estudos de Carel e verificando linguisticamente como os textos das orações são construídos, podemos declarar que o locutor orante se investe em sua enunciação, apresenta o conteúdo da oração de modo concebido, demonstrando dessa maneira engajamento com as informações transmitidas.

Confirmamos tais declarações analiticamente:

**Credo**

Creio em Deus Pai, todo poderoso,  
Criador dos céus e da terra  
E em Jesus Cristo, seu único filho, Nosso Senhor.

Observemos que o uso da primeira pessoa no discurso (recurso linguístico empregado em todas as orações) expressa um tom engajado do locutor. Ao enunciar esse discurso estruturado dessa maneira, ele apresenta um engajamento com o conteúdo que está sendo enunciado, responsabilizando-se pelo mesmo. Além disso, é possível examinarmos que o locutor dá ao conteúdo apresentado *status*, vejamos: no instante em que ele enuncia os enunciados acima, implicitamente e de maneira acordada, nos diz que existe um ser poderoso e que esse tem um filho; e explicitamente nos revela que esse ser é criador dos céus e da terra.

Enfim, desengajar-se a favor de uma subjetividade que não é sua, nem do seu interlocutor, expondo o conteúdo de um discurso de modo recebido, uma vez que aquele teria como seu responsável a voz de um ausente; ou desengajar-se de toda e qualquer subjetividade, apresentando uma informação encontrada pronta, tendo como responsável a voz do mundo, não configura em nenhuma das orações prontas disponíveis para uso como atitude de um locutor orante.

Chegando a uma resposta sobre a atitude do locutor orante, passamos então a pensar um pouco na figura do alocutário e/ou alocutários desse tipo de texto. Não considerando o primeiro instante em que uma oração foi enunciada, verificamos que diferentemente do que os teóricos declaram, o alocutário nas orações religiosas está sempre definido, ou seja, enquanto o locutor orante desses textos é indefinido, podendo ser qualquer pessoa que deseje estabelecer esse tipo de alocação, o alocutário é claramente identificado no corpo das orações: um ser celeste ou um santo. Além disso, *linguisticamente falando*, contrariando mais uma vez o que ocorre dentro de uma situação ordinária de enunciação, esse ser não estabelece diálogo com o seu locutor, fato que, se acontecesse, promoveria a reversibilidade de papéis, ou seja, o locutor passaria a ser o alocutário e vice-versa. Nesse processo, surpreendentemente, o silêncio do alocutário não promove indisposição do locutor para com ele, ao contrário, é possível encontrarmos, nas orações, marcas linguísticas que asseguram a certeza que o locutor tem da alocação ali proposta por ele, como podemos conferir na oração a São José:

#### **Oração a São José**

Ó Glorioso São José, **a quem foi dado o poder de tornar possíveis as coisas humanamente impossíveis**, *vinde* em nosso auxílio nas dificuldades em que nos achamos. *Tomai* sob vossa proteção a causa importante que vos confiamos, para que tenha uma solução favorável.

Ó pai muito amado, em vós depositamos toda nossa confiança. Que ninguém possa jamais dizer que vos invocamos em vão. **Já que tudo podeis junto de Jesus e Maria** *mostrai*-nos que vossa bondade é igual ao vosso poder.

**São José, a quem Deus confiou o cuidado da mais Santa Família que jamais houve**, sede, nós vo-lo pedimos, ó Pai e protetor da nossa, e *impetrai*-nos a graça de vivermos e morrermos no amor de Jesus e Maria! São José, *rogai* por nós! (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

Constatemos que nessa oração, como em qualquer outra que aqui apresentássemos, não encontramos nenhum enunciado que demonstre troca de papéis entre o locutor orante e o alocutário. No entanto, expressões linguísticas revelam a esperança, quando não a certeza, de que o pedido do locutor orante será atendido. E para isso ele faz referência aos poderes atribuídos ao santo referido (**a quem foi dado o poder de tornar possíveis as coisas humanamente impossíveis/ Já que tudo podeis junto de Jesus e Maria/ São José, a quem Deus confiou o cuidado da mais Santa Família que jamais houve**), como também faz uso da intimação por meio de apelos expressos por verbos no imperativo (*vinde, mostrai, impetrai, rogai*), o que expressa um centro de referência interna e direta do locutor orante para com o alocutário.

Outro ponto relevante nessa abordagem de enunciação no que diz respeito ao alocutário é que não há como o confundirmos com um ouvinte, mesmo que esse ser da enunciação não apresente uma resposta ao locutor dentro dos padrões linguísticos, pois a marca da segunda pessoa gramatical a ele atribuída (no geral, o pronome Vós e seus correspondentes, expressando polidez) é ratificada por um nome que designa um ser específico, determinado, individualizando-o e, assim, diferenciando-o de qualquer outro. Para verificarmos essa percepção, basta-nos atentarmos para as chamadas que vêm no início das orações, todas indicando o nome do ser celeste a quem é direcionada: Deus Pai, São José, São Jorge, Santo Antonio, Santa Luzia, Miguel Arcanjo, Virgem Maria (para essa, são apresentados vários nomes), entre inúmeros outros.

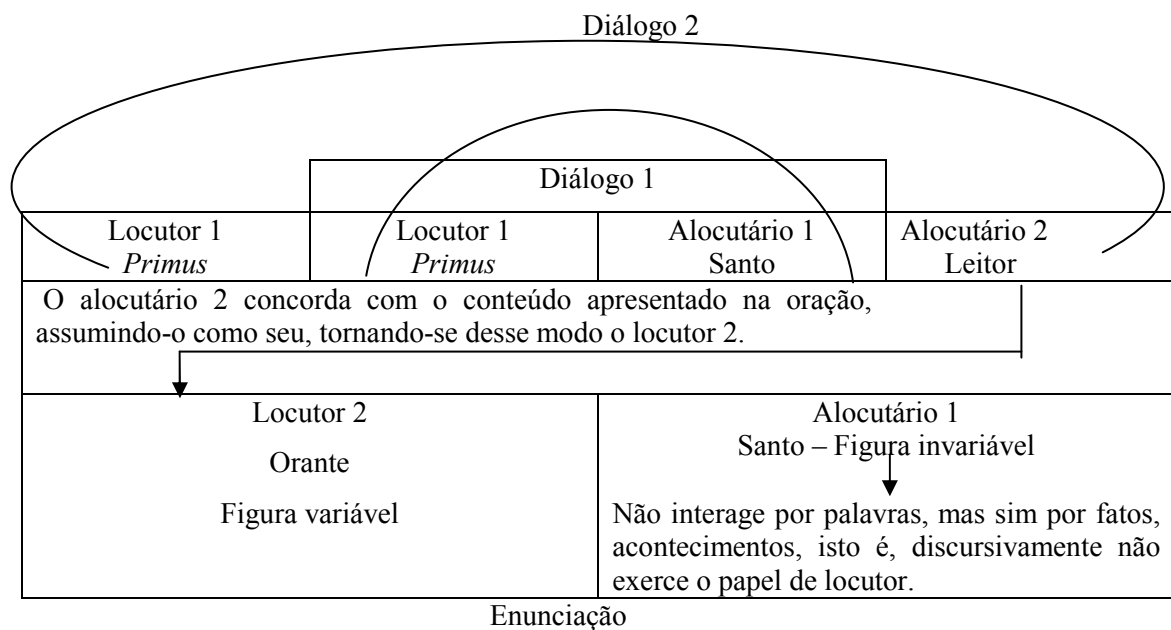
Ao definirmos e caracterizarmos o elemento alocutário dentro dessa abordagem de enunciação, ratificamos que o processo da reversibilidade, por meio do diálogo, entre locutor e alocutário de uma alocação apontado pelos teóricos aqui em estudo realmente não acontece. Buscando uma explicação na língua para essa impossibilidade de reversibilidade linguística, associamos tal situação à significação dicionarizada do termo *santo*: ser que, por seus méritos e virtudes, é, depois de morto, reconhecido pela Igreja como digno de um culto. Logo, uma vez morto, não pertencendo mais ao plano terrestre, apesar de venerado, não há como estabelecer um diálogo com nenhum locutor, embora seja invocado nas orações da Igreja Católica.

Mas, ainda provocando um pouco mais essa discussão sobre locutor e alocutário no processo de enunciação de orações religiosas, voltamos ao locutor orante *primus*, aprofundamos nossas reflexões e indagamos: *como podemos explicar o surgimento do locutor orante? Não haveria então, um segundo alocutário, ao menos no primeiro instante em que cada oração foi enunciada pelo locutor orante primus?* Mesmo não sendo de suma relevância aqui nos nossos estudos nem o sujeito empírico nem o momento em que cada oração surgiu, acreditamos ser no mínimo explicativo compreendermos a origem de inúmeros locutores orantes para esse tipo de discurso, apesar de termos consciência de que a explicação que apresentamos, a partir do próximo parágrafo, para tal questão, assim como a de locutor leitor, é também de cunho psicológico, já que não está no discurso. Aspecto esse, por nós, não considerado neste estudo.

Assim, convém esclarecermos que no instante mais remoto do processo acima mencionado o diálogo se manifesta duplamente. Vejamos: o locutor *primus*, ao enunciar a oração pela primeira vez, direciona-se a dois alocutários: o *primeiro* expresso no corpo da oração (o santo), que, como já discutimos, não interage na alocação, pelo menos não como

numa enunciação ordinária, mas sim pode manifestar sua resposta de maneira bem singular: realizando fatos, acontecimentos que atendam às súplicas do “eu”; o *segundo* (chamemos aqui de alocutário leitor) a quem o locutor *primus* faz questão de socializar o discurso da oração, para que, caso em alguma situação do seu cotidiano, esse tenha a necessidade de assumi-lo como seu e assim enunciá-lo. A depender da atitude do alocutário leitor mediante conteúdo do discurso apresentado pelo locutor orante *primus* em cada oração, pode surgir uma enunciação, pela qual o alocutário leitor passar a exercer a função de locutor orante, demonstrando que concorda com o conteúdo apresentado na oração e, ao enunciá-la, estabelece uma interlocução com o primeiro e invariável alocutário desse processo: o santo, a quem as súplicas, agradecimentos e reconhecimentos são dirigidos. Visualizemos essa explanação na Figura 8:

FIGURA 8 – Diálogos que acontecem no processo de enunciação de orações canônicas.



Fonte: A autora da tese (2014)

Diante do exposto, nesta seção, sobre a enunciação de textos oracionais religiosos católicos prontos e disponíveis para uso, resumimos essas reflexões no Quadro 2:

QUADRO 2 - Síntese da descrição de elementos do fenômeno enunciação de textos oracionais religiosos da Igreja Católica.

| Enunciação   | Locutor   | Alocutário  | Material linguístico  |
|--|---|---|---|
| * é a apropriação, não da língua (pois, já é fato), mas sim de textos previamente elaborados por alguém e postos na língua prontos na sua forma, disponíveis para uso, em momentos singulares, únicos, irrepetíveis de uma repetibilidade, por parte de locutores orantes. | * elemento de relevância para o estudo dessa abordagem sobre o fenômeno enunciação;<br>* qualquer locutor que se apropria do material linguístico de cada oração, enunciando-o como seu e, conseqüentemente, responsabilizando-se pelo conteúdo do discurso;<br>* isenta-se do processo de escolhas, agenciamento de palavras, organização sintática;<br>* tem noção da significação que constitui os signos das orações;<br>* marcado no texto por elementos linguísticos, mas que só são preenchidos semanticamente numa situação de uso da língua. | * elemento que está sempre definido; não estabelece diálogo como o seu locutor, linguisticamente falando, manifestando-se apenas pelo ato de atender ou não as súplicas dos locutores;<br>* tem a marca da segunda pessoa gramatical que é ratificada por um nome que designa um ser específico, determinado, individualizando-o e, assim, diferenciando-o de um simples ouvinte. | * é um dado pronto na forma, disponível, sem necessidade de elaboração, mas apenas de enunciação;<br>* textos são apropriados por inúmeros locutores orantes, e enunciados por eles;<br>* tem atualização linguística pela referência e tempo verbal;<br>* organização dos elementos que compõem esse material: exaltação ao ser celeste; descrição do locutor; pedidos, agradecimentos ou louvores; conclusão;<br>* textos prontos e semi-prontos. |

Fonte: A autora da tese (2012)

### 3.3 A ALTERIDADE NA ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA.

O ser humano, independente de raça, nacionalidade, religião, crença, é o que é porque sempre se põe em relação com o outro; o eu não é apenas reflexo de si mesmo, mas principalmente de um tu que é distinto, e que completa aquele a partir das diferenças. Isto é, cada eu é constituído por um conjunto de características que são oriundas dele próprio e, principalmente, de vários outros, o que permite a sua singularidade. Metaforicamente, podemos comparar esse processo ao desenvolvimento de irmãos, ou mais especificamente de irmãos gêmeos univitelinos. Por serem gêmeos formados de um mesmo espermatozóide,

terem dividido um mesmo útero, serem idênticos na aparência, entre outros pontos em comum, poderíamos dizer que os dois são iguais, sem nenhuma diferença. No entanto, não é o caso, temos aqui um exemplo científico de que cada ser é único, singular, pois nessa aparente semelhança nem suas impressões digitais são as mesmas, uma vez que, apesar de se desenvolverem num mesmo espaço, cada um tem contato com partes diferentes do útero. E quando nascem e passam a ter contatos com outros seres, as diferenças se alargam, impossibilitando-nos de declarar que um “eu” se pluraliza. Desse modo, é possível afirmarmos que precisamos de uma relação plural, para que o singular exista, inclusive na enunciação. A partir de diálogos com outros (leituras de textos religiosos, participação em eventos e tudo mais que envolve relação), o locutor modifica seu léxico, sua maneira de pensar, suas opiniões, seus discursos, até mesmo passa a se apropriar de discursos alheios tornando-os de sua responsabilidade. Dentro dos constituintes modificados, destacamos a linguagem, elemento, como já dito, que expressa o ponto de vista do locutor sobre a realidade.

Refletindo sobre isso, voltamos às reflexões do início da segunda parte deste trabalho e relembramos que a alteridade na linguagem fundamenta o sentido dessa; vendo a língua como lugar da intersubjetividade, em que os indivíduos se confrontam, onde encontram o outro, chegamos à relação entre o “eu” que produz o discurso com o outro diante de si. E, na tentativa de compreendermos como esse processo se manifesta na enunciação de textos oracionais canônicos, verificamos a sua ocorrência entre os seguintes elementos: no material linguístico das orações; no próprio “eu”; entre o “eu” e o “tu”; entre uma oração e outra.

Considerando que “[...] é pela escolha de diferentes formas de se enunciar, ao relacionar palavras e frases que o locutor constrói seus sentidos” (BARBISAN, 2012, p. 141), pensamos sobre o que leva as pessoas a atribuírem valor a esses textos já prontos, isentando-se da oportunidade de escolhas lexicais na língua, como também da organização sintática para expressarem o que desejam. Cremos que para obtermos uma resposta para tal pergunta, devemos lembrar dois pontos aqui já mencionados, neste trabalho: primeiro, a noção de que como os locutores orantes são falantes da mesma língua em que os textos são produzidos, eles têm consciência do que possibilita a construção do valor de um signo: a significação que já está posta no sistema, na língua. Assim, de conhecimento da significação de cada signo que compõe os textos prontos, não há por que reestruturá-los, uma vez que o que está posto contempla suas necessidades. Desse modo, concluímos que o locutor orante pode não escolher as palavras (ele não é o locutor *primus* da oração), mas escolhe e atribui sentidos a elas, atitude que o individualiza.

Uma segunda questão de relação na estrutura dos textos oracionais diz respeito aos elementos que os compõem: exaltação ao ser celeste; descrição do locutor; pedidos, agradecimentos ou louvores; conclusão. Trazemos o texto da “Oração de São Jorge” para verificarmos, linguisticamente, como o sentido vai sendo traçado na relação sintagmática, a partir de orientações que um signo vai dando ao outro, e assim elaborando os enunciados que compõem o todo, um todo aceito por inúmeros locutores orantes:

**Oração a São Jorge**

Ó São Jorge, meu Santo Guerreiro, invencível na fé em Deus, que trazeis em vosso rosto a esperança e confiança, abre meus caminhos. Eu andarei vestido e armado com vossas armas para que meus inimigos tendo pés não me alcancem, tendo mãos não peguem, tendo olhos não me enxerguem e nem pensamentos possam ter para me fazerem mal. Armas de fogo o meu corpo não alcançarão, facas e lanças se quebrarão sem ao meu corpo chegar, cordas e correntes se arrebentarão sem o meu corpo amarrar. Glorioso São Jorge, em nome de Deus, estendei vosso escudo e vossas poderosas armas, defendendo-me com vossa força e grandeza. Ajudai-me a superar todo desânimo e a alcançar a graça que vos peço (*pedido*).  
Dai-me coragem e esperança, fortalecei minha fé e auxiliai-me nesta necessidade. (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

Os signos escolhidos para descreverem o santo, assim como o poder que ele tem perante Deus (guerreiro, esperança, confiança, glorioso, força, grandeza) são marcados na língua como palavras e expressões positivas, que expressam exaltação e respeito a qualquer ser a que se referem. Além disso, é notável a organização das frases e como essas vão desenhando os elementos que compõem a superestrutura desse tipo de texto: o santo que é citado no texto é um guerreiro invencível (exaltação/poder), por isso o locutor orante se assegura de que, ao invocá-lo, nenhum mal alcançará o fiel servo (descrição do locutor) e, em consequência de tal confiança, apresenta o seu pedido colocando-se como alguém que tem necessidade de auxílio. Desse modo, podemos verificar que locutores orantes atribuem valor a esses textos já prontos, por causa da relação estabelecida entre os signos e toda a organização sintática apresentada em cada texto oracional. Ao fazermos essas considerações, relembramos um dos posicionamentos de Saussure (2005): ele declara que da noção de relação entre signos resulta a noção de valor semântico, o que ratifica que uma palavra só existe em relação a outras.

Outra ocorrência de alteridade nesse tipo específico de enunciação é a relação do locutor orante consigo mesmo, isto é, um “eu” que tem consciência de que sua atuação perante a situação linguística em que se encontra varia de acordo com o tipo de relação que venha a estabelecer. Não podemos esquecer que esse locutor, em situações outras de



alocução, realiza enunciação ordinária. Logo, a depender do tipo de enunciação que executa, ele se comporta de maneira diferente: numa, ele elabora, realiza e espera por uma resposta do seu alocutário através do processo de reversibilidade; na outra ele, simplesmente e com toda responsabilidade, apropria-se da oração, enuncia o que está pronto como seu e aguarda uma resposta através de feitos do seu interlocutor. Temos assim a verificação de que, a depender da situação discursiva, o “eu” de uma alocução pode se comportar de maneiras variadas, sem que uma maneira seja inferior ou superior a outra, mas que são definidas distintamente, é a singularidade que surge a partir das diferenças.

Como define Benveniste, o “eu” de uma enunciação somente produz discurso em relação a um “tu” que, ao dialogar na alocução, deixa de ser esse e passa a ser aquele. Estamos falando da noção de reversibilidade antes apresentada, ou seja, o locutor ao enunciar-se espera que o alocutário apreenda o sentido do discurso e responda. A partir dessa concepção, passamos a verificar como ocorre a relação entre o locutor e o alocutário dos textos oracionais.

Quando abordamos a figura do alocutário na seção anterior, percebemos que algo diferente do que declara Benveniste acontece na enunciação de textos oracionais religiosos: temos um “eu” (que só é preenchido no momento da enunciação) que se relaciona com o “tu” (definido e marcado na oração, logo não está disponível, ele sempre se repete independentemente do “eu” que fale), mas que esse nunca ocupa o papel daquele (ao menos dentro dos padrões de uma enunciação ordinária), impossibilitando desse modo a ocorrência do processo de reversibilidade, linguisticamente falando.

Retomando a Oração a São Jorge percebemos que o locutor (um humano) conhece muito bem o seu alocutário (um ser divino, celeste), uma vez que o invoca fazendo referência ao que esse é (*Santo Guerreiro*), às suas virtudes (*esperança, confiança, gloriosos, força, grandeza*) e aos seus poderes (*estendei vosso escudo e vossas poderosas armas, defendendo-me com vossa força e grandeza*), os quais aquele acredita serem verdadeiros. Só que, como o locutor tem ciência de que nesse tipo de enunciação ninguém obtém uma resposta tal como ocorre numa ordinária, declara a certeza de ser atendido intensificando, linguisticamente, seus apelos (*Ajudai-me a superar todo desânimo e a alcançar a graça que vos peço [pedido]. Dai-me coragem e esperança, fortalecei minha fé e auxilia-me nesta necessidade. Amém*), demonstrando assim uma relação direta com seu alocutário no tempo da enunciação.

Então, vejamos uma síntese do que temos sobre a figura do alocutário na enunciação de orações canônicas da Igreja Católica: independentemente do grau de presença do alocutário na alocução (e aqui já sabemos que, nesse tipo de discurso, o alocutário é muito

bem marcado no interior dos enunciados, confirmando a sua constância na enunciação, pois é a ele que o “eu” pede, ordena, pergunta), o locutor espera, ao menos, que seu discurso seja ouvido; o “tu” apresenta uma correlação de personalidade, como também a de subjetividade, pois ele é instaurado pelo “eu”/locutor. Desse modo, destacamos que o santo não atende, nessa relação intrínseca locutor/alocutário, ao processo de resposta ao discurso pelo discurso, deixando apenas para o “eu” o papel de locutor desse tipo de enunciação. Aqui, o alocutário nunca muda de posição com seu locutor.

Outra proposta de verificação de realização da alteridade nessa abordagem do fenômeno enunciação é a relação entre uma oração e outra. Como as orações dialogam? O que há numa que não há em outra, tornando-as singulares, diferentes entre si? (questões que nos levam à próxima seção deste capítulo). Enfim, até agora podemos dizer que, ao examinarmos como a alteridade se manifesta na abordagem de enunciação aqui discutida, constatamos que a figura do locutor orante e a forma como o texto oracional é construído são responsáveis plenos pela percepção de tal ocorrência. Sem rejeitarmos a asserção de que o alocutário é elemento também essencial da enunciação (declaramos que na abordagem do fenômeno enunciação, aqui defendida, esse fato não é diferente, pois um “eu” deve sempre se dirigir a um “tu”), ressaltamos que ele não assume a posição de “eu” na relação discursiva com o seu parceiro de alocução, uma vez que, por razões não linguísticas, lhe é impossibilitada tal realização.

#### 3.4 O QUE É REPETÍVEL E IRREPETÍVEL NA ENUNCIÇÃO DE ORAÇÕES CANÔNICAS DA IGREJA CATÓLICA.

Na seção intitulada “A enunciação em Ducrot: o surgimento do enunciado”, levantamos algumas questões referentes à possibilidade de irrepetibilidade ou repetibilidade na enunciação de textos oracionais religiosos. Entendemos que o autor, por definir a enunciação como um acontecimento singular, uma realização linguística que se manifesta num determinado lugar, tempo e espaço, considera tal fenômeno como único.

Refletindo sobre isso, enquanto falantes de uma língua, percebemos que, assim como nos certificamos da irrepetibilidade de alguns elementos da enunciação (aqui, comungamos com o autor), notamos também que algo no processo da enunciação se repete. É como se tivéssemos sempre de preencher os mesmos recipientes. Usamos o termo *recipiente* de

maneira metafórica, para explicarmos o que percebemos como repetível e irrepitível na enunciação. É como se tivéssemos vasilhames a serem preenchidos sempre com os mesmos tipos de produtos (o repetível), mas que a cada preenchimento, apesar de os produtos serem do mesmo tipo, nunca são os mesmos (o irrepitível). Assim, vemos os recipientes como a forma, o processo, os elementos que estruturam a enunciação; os produtos são por nós percebidos como os conteúdos que preenchem os elementos da estrutura da enunciação. Temos, então, a irrepitibilidade do repetível. Vamos compreender particularmente essas duas faces da mesma moeda a que nos referimos: enunciação.

Independentemente de nos enunciarmos com um material linguístico novo ou reproduzirmos um mesmo, várias vezes, a exemplo de alguma oração da Igreja Católica, temos consciência de que a enunciação será realizada por locutores em um determinado tempo e lugar, todos diferentes (parte irrepitível, particular, única da enunciação), isto é, a realização linguística não se repete. Porém, com um pouco mais de atenção, notamos que esses *produtos/conteúdos* preenchem os *recipientes/forma, processo* que compõem a superestrutura do fenômeno enunciação e que estão sempre disponíveis, esperando por essa ocorrência, ou seja, toda e qualquer enunciação precisa preencher esses elementos pré-estabelecidos na linguagem para que ela aconteça.

Para conferirmos essa questão, mais especificamente, na enunciação dos textos em estudo por nós, trazemos a “Oração a Nossa Senhora do Bom Parto”:

#### **Oração à Nossa Senhora do Bom Parto**

Ó Maria Santíssima, vós, por um privilégio especial de Deus, fostes isenta da mancha do pecado original, e devido a este privilégio não sofrestes os incômodos da maternidade, nem ao tempo da gravidez e nem no parto; mas compreendeis perfeitamente as angústias e aflições das pobres mães que esperam um filho, especialmente nas incertezas do sucesso ou insucesso do parto. Olhai por mim, vossa serva, que na aproximação do parto, sofro angústias e incertezas. Dai-me a graça de ter um parto feliz. Fazei que meu bebê nasça com saúde, forte e perfeito. Eu vos prometo orientar meu filho, sempre pelo caminho certo, o caminho que vosso Filho, Jesus, traçou para todos os homens, o caminho do bem. Virgem, Mãe do Menino Jesus, agora me sinto mais calma e mais tranqüila porque já sinto a vossa maternal proteção. Nossa Senhora do Bom Parto, rogai por mim! (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

Notamos que é um material linguístico (abstrato) usado frequentemente por membros da Igreja Católica. A cada realização (concreta) dessa oração são preenchidos os elementos: interlocutores (locutor/alocutário), tempo e lugar (o lado repetível da moeda), mas sabemos

que nunca serão os mesmos interlocutores, no mesmo tempo e no mesmo lugar, conseqüentemente, nem o mesmo sentido (lado irrepitível da moeda, exceto o elemento alocutário, pois esse recipiente é sempre preenchido pelo mesmo “tu”, a quem é direcionada a oração, nesse caso, Nossa Senhora do Bom Parto).

Quando procuramos conferir a repetibilidade e/ou irrepitibilidade, agora, entre as orações, chegamos àquela proposta de verificação de realização ou não da alteridade entre elas. Comparando alguns dos textos responsáveis por essa abordagem enunciativa aqui discutida, notamos que ao mesmo tempo que eles se aproximam, eles se distanciam, ratificando o entendimento platônico de que um ser é o que o outro não é. A exemplo, apresentamos mais duas orações religiosas, a fim de constatar o que é dito aqui neste momento:

#### **Oração a São Cosme e Damião**

São Cosme e Damião, que por amor a Deus e ao próximo vos dedicastes à cura do corpo e a da alma de vossos semelhantes, abençoai os médicos e farmacêuticos, medicei o meu corpo na doença e fortalecei a minha alma contra a superstição e todas as práticas do mal. Que vossa inocência e simplicidade acompanhem e protejam todas as nossas crianças. Que a alegria da consciência tranqüila, que sempre vos acompanhou, repouse também em meu coração. Que a vossa proteção, Cosme e Damião, conserve meu coração simples e sincero, para que sirvam também para mim as palavras de Jesus: “Deixai vir a mim os pequeninos, porque deles é o Reino do céu”. São Cosme e Damião, rogai por nós. (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

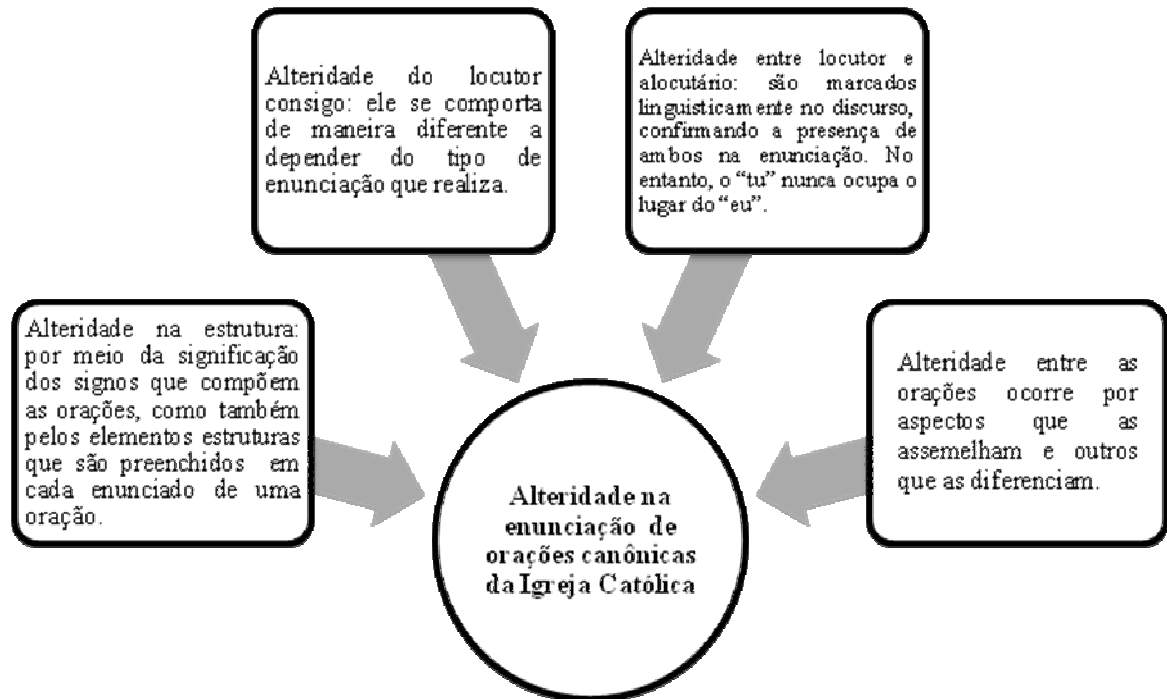
#### **Oração a Santo Expedito**

Meu Santo Expedito das Causas Justas e Urgentes, Socorrei-me nesta Hora de Aflição e Desespero, intercedei por mim junto ao Nosso Senhor JESUS CRISTO! Vós que sois um Santo Guerreiro. Vós que sois o Santo dos Aflitos. Vós que sois o Santo dos Desesperados, Vós que sois o Santo das Causas Urgentes, Protegei-me, Ajudai-me, Dai-me Força, Coragem e Serenidade. Atendei ao meu pedido (*pedido*). Ajudai-me a superar estas Horas Difíceis, protegei-me de todos que possam me prejudicar, Protegei a Minha Família, atendei ao meu pedido com urgência. Devolvei-me a Paz e a Tranqüilidade. Serei grato pelo resto de minha vida e levarei seu nome a todos que tem fé. Obrigado. (ORAÇÕES CATÓLICAS, 2012)

Essa relação de proximidade e distanciamento ocorre quando as duas orações são direcionadas a santos, mas a santos específicos; para serem realizadas precisam de um locutor, de um tempo e lugar, mas esses, por serem identificados apenas no instante da enunciação, são diferentes, singulares; têm na sua estrutura exaltação a um ser celeste, descrição do locutor, pedido, conclusão, elementos que são preenchidos a partir da história de vida de cada alocutário e, conseqüentemente, dos poderes que lhes foram atribuídos.

Visualizemos na Figura 9, uma sinopse do que propomos analisar na seção 3.3 (a verificação da alteridade na enunciação de orações canônicas da Igreja Católica), e que se estende a 3.4:

FIGURA 9 – Sinopse da expressão da alteridade na enunciação de orações canônicas da Igreja Católica.



Fonte: A autora da tese (2013)

A partir das orações analisadas nessas duas últimas seções, como pelas demais já expostas neste trabalho, verificamos que as orações canônicas da Igreja Católica, prontas e disponíveis para uso dialogam na composição dos recipientes a serem preenchidos (locutor, alocutário, tempo, lugar), como também trazem na organização textual os mesmos elementos. No entanto, diferem-se quando esses itens são ocupados numa situação de enunciação, pois os seres que, na sua particularidade, desempenham esses papéis são únicos, irrepetíveis.

### 3.5 EXTRAPOLANDO O *CORPUS* PREDEFINIDO

Mantendo referência aos vários aspectos que envolvem os estudos enunciativos e que procuramos verificar e analisar nas orações canônicas da Igreja Católica, ainda ficamos instigados a constatar se os resultados encontrados se repetem e/ou apresentam alguma diferença em outros textos religiosos, prontos para uso, a exemplo de ladainhas.

Ladainhas, definidas como cantos, preces, invocações direcionados aos santos. Aqui, selecionamos duas, são elas: a Ladainha de Todos os Santos e a Ladainha de Nossa Senhora. A primeira, também chamada de litania dos santos, originou-se da Oração dos fieis (séc. III), que consta de uma lista de nomes de Santos, cuja memória é invocada pelo celebrante durante a Missa. Nesse tipo de discurso, dizemos o nome do santo e em seguida pedimos que ele rogue por nós. A última consta de vários títulos que são ofertados à mãe de Deus, a quem também expressamos o *rogai por nós*. Essa prece é recitada nas festas da Virgem Maria. Ambas ladainhas começam com invocações dirigidas à Santíssima Trindade, como veremos a seguir, nos trechos que trazemos para análise e discussão.

Tomando como base nossas reflexões, podemos classificar as ladainhas como um tipo de oração dialogada, uma vez que elas são constituídas explicitamente por diálogos, o que nos permite identificá-las como uma alocação realizada por locutores orantes e vários alocutários. Observemos, a partir de trechos<sup>42</sup> das ladainhas que escolhemos para verificação, como esses elementos se apresentam no discurso:

#### **Ladainha de Nossa Senhora**

Senhor, tende piedade de nós. (Repete-se)  
 Jesus Cristo, tende piedade de nós. (Repete-se)  
 Senhor, tende piedade de nós. (Repete-se)  
 Jesus Cristo, ouvi-nos. (Repete-se)  
 Jesus Cristo, atendei-nos. (Repete-se)  
 Pai celeste que sois Deus, tende piedade de nós.  
 Filho, Redentor do mundo, que sois Deus, tende piedade de nós.  
 Espírito Santo, que sois Deus, tende piedade de nós.  
 Santíssima Trindade, que sois um só Deus, tende piedade de nós.

Santa Maria, rogai por nós.  
 Santa Mãe de Deus, rogai por nós.  
 Santa Virgem das Virgens, rogai por nós.

[...] (LADAINHA DE NOSSA SENHORA, 2013)

#### **Ladainha de Todos os Santos**

Senhor, tende piedade de nós.  
 Jesus Cristo, tende piedade de nós.  
**R/.** Senhor, tende piedade de nós.  
 Jesus Cristo, ouvi-nos.  
**R/.** Jesus Cristo, atendei-nos.  
 Deus, Pai dos Céus, tende piedade de nós.  
 Deus Filho, Redentor do mundo,  
 Deus Espírito Santo,  
 Santíssima Trindade, que sois um só Deus,

Santa Maria, rogai por nós.  
 Santa Mãe de Deus,  
 Santa Virgem das virgens,  
 São Miguel,  
 São Gabriel,  
 São Rafael,  
 [...] (LADAINHA DE TODOS OS SANTOS, 2013)

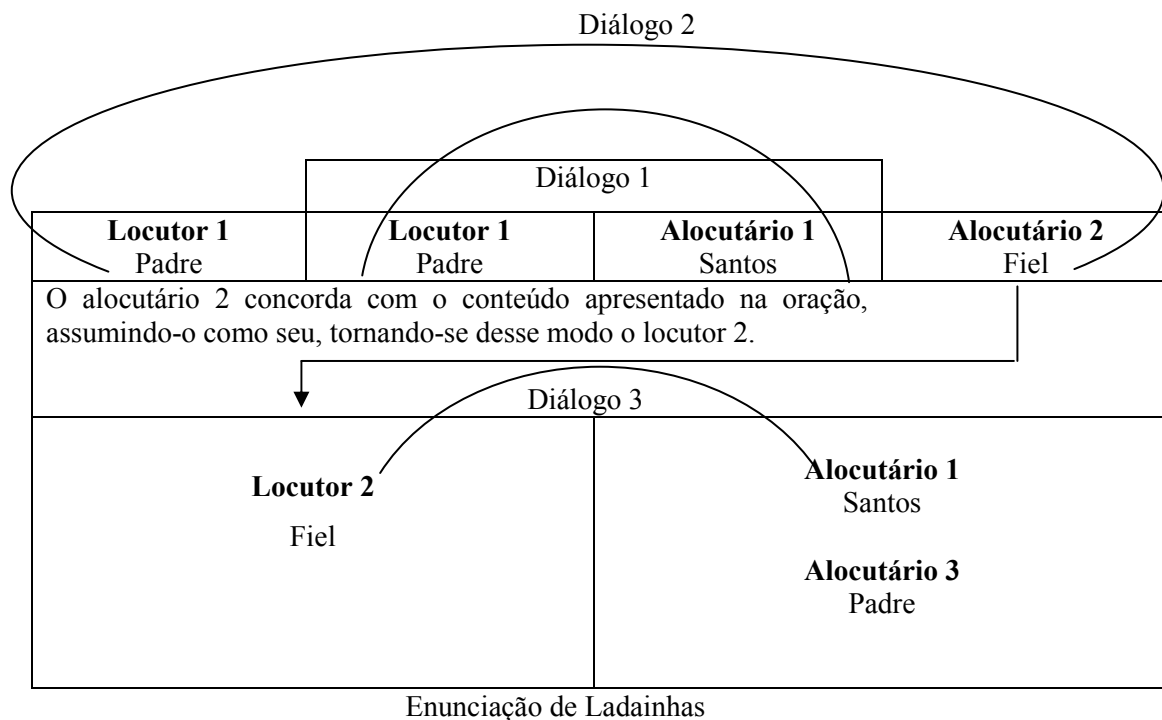
Como ressaltado acima, os discursos em análise apresentam inicialmente uma invocação ao que a Igreja Católica denomina de Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo. Dentro dos nossos estudos, três alocutários celestes.

<sup>42</sup> Textos completos em anexo.

Ao observarmos o que está posto nas ladainhas, discursivamente falando, podemos dizer que o locutor orante 1 (LO1) se dirige a dois tipos de alocutários: um primeiro (A1) a quem é direcionada a súplica contida na oração para que seja atendida (os seres celestes) e que, assim como nas orações canônicas, não sai da sua posição de alocutário para desempenhar o papel de locutor (destacamos que são vários os alocutários que se apresentam nesse grupo: Deus, Jesus, Espírito Santo, Maria e inúmeros santos); um segundo tipo de alocutário (A2) presente nas ladainhas são aqueles que fazem com que o diálogo explícito no discurso aconteça de fato (fiel), realizando desse modo o processo de reversibilidade de papéis entre os interlocutores da alocação: o A2 deixa de ser alocutário e passa a ser locutor orante 2 (LO2), deixando o LO1 no papel de alocutário (A3).

Ainda falando dos locutores dos discursos em análise nesta seção, observemos que o LO1(padre) parece ter maior acentuação na relação discursiva com os alocutários 1(A1 - seres celestes), invocando-os por meio de inúmeras qualificações; e LO2 (fiel), que apresenta, em relação ao anterior, uma menor acentuação discursiva com seus interlocutores, tem como função dar continuidade à invocação, mas sempre com expressões de súplicas. Percebemos a enunciação desse tipo de texto religioso como uma enunciação de responsabilidade compartilhada entre os locutores (LO1-padre & LO2-fiel). Vejamos como sintetizamos essa análise na Figura 10:

FIGURA 10 – Diálogos que acontecem no processo da enunciação de ladainhas.



Fonte: A autora da tese (2014)

É possível percebermos também que, apesar de um número maior de alocutários, os elementos que compõem o discurso das ladainhas quase não diferem das demais orações já analisadas, aqui. E assim averiguamos: a princípio, o registro, no discurso, dos alocutários 1 (A1-seres celestes) que são conclamados; segundo, destacamos a maneira como os pedidos são organizados: hierarquicamente, as súplicas são direcionadas aos seres que biblicamente têm mais poderes (Senhor, Jesus Cristo, Espírito Santo); e, em seguida, aos santos da devoção dos locutores, no caso em análise a Nossa Senhora e demais santos. É pertinente destacarmos que essa hierarquia está também registrada em verbos que expressam os pedidos, a exemplo: *tende piedade de nós; ouvi-nos; atendei-nos X rogai por nós*. Os verbos *ter, ouvir* e *atender*, semanticamente, representam ações que podem ser realizadas diretamente pelo alocutário a quem são direcionadas as súplicas; enquanto o verbo *rogar* traz a idéia de interseção, pedimos algo a alguém que pedirá a outrem.

Então, não muito diferente do que levantamos sobre a enunciação de orações canônicas, nas ladainhas verificamos: tipos de locutores e vários alocutários, sendo que nesses últimos existe um tipo que troca de papel com o locutor orante 1 (LO1); graus de acentuação discursiva variados entre os locutores e seus alocutários; uma organização textual composta



por pedidos, súplicas direcionados a seres celestes. Tais verificações nos levam a ratificar que a enunciação de textos prontos na língua disponíveis para uso, especificamente, textos oracionais religiosos da Igreja Católica, se analisada pela ANL, distingue-se do que conhecemos como enunciação ordinária, o que nos conduz a elaborarmos aqui outra abordagem do fenômeno enunciação.

Em suma, durante todo o nosso trabalho, a base das discussões aqui apresentadas diz respeito a relações, a alteridade. É pelo estabelecimento de relações que conseguimos pensar, questionar, elaborar outras reflexões sobre o fenômeno enunciação. E por esse caminho, chegamos ao próximo capítulo deste trabalho, no qual retomamos brevemente os resultados encontrados nessa caminhada investigativa, a fim de verificarmos onde chegamos e apresentarmos propostas para continuidade desses estudos.

#### 4 ONDE CHEGAMOS E O QUE PROPOMOS PARA OUTRAS POSSÍVEIS CAMINHADAS

Após preenchermos páginas que antes estavam em branco durante o percurso de nossos estudos feitos, é chegado o momento de revisitarmos nossa proposta de investigação, verificando: se trilhamos pelos caminhos traçados no nosso sumário; se respondemos às inquietações levantadas antes e durante nossa caminhada e, conseqüentemente, se alcançamos nossos objetivos. Para tanto, fazemos uma síntese reflexiva do que encontramos e apresentamos propostas outras para continuidade dos estudos sobre o fenômeno enunciação.

Nosso objetivo maior que nos guiou nesta investigação foi refletirmos sobre a enunciação de textos prontos e disponíveis para uso, detalhando mais o *corpus*, orações canônicas da Igreja Católica, a fim de verificarmos como os estudos da ANL e suas bases poderiam nos explicar essa abordagem específica do referido fenômeno.

Assim, planejamos nossa caminhada que teve início com uma exposição sobre alguns estudos de Saussure, Benveniste, Ducrot e Carel, os quais foram relevantes para nossas considerações obtidas. Durante nossas reflexões, levantamos questões que, acreditamos, aprofundaram mais ainda a problemática que norteou nossa pesquisa. Em seguida, procuramos ver as semelhanças e diferenças encontradas no diálogo dos teóricos, o que nos serviu de alicerce para começarmos a responder nossas inquietações. No terceiro momento, sem perdermos de vista nossos objetivos e indagações levantadas na fundamentação teórica, fixamos nosso olhar sobre o nosso objeto, começando assim o que aqui estamos considerando como *outra abordagem do fenômeno enunciação*.

Na primeira seção da terceira parte deste trabalho, situamos, a partir de um documento oficial da Igreja Católica, o nosso *corpus* escolhido para esta investigação, o que nos permitiu compreendermos e identificarmos os textos que propomos para estudo. Em seguida, iniciamos o delineamento dessa abordagem do fenômeno enunciação, apresentando como primeiros resultados elementos que a estruturam (locutor, alocutário, material linguístico) e suas definições. Nesse instante da análise, constatamos que os conceitos elaborados por nós diferem, em alguns aspectos, dos que nos foram apresentados por Benveniste e Ducrot, até mesmo porque não estamos tratando de uma enunciação ordinária. Retomando, brevemente, o resultado de nossos estudos, vimos que: a apropriação que ocorre nesse tipo de enunciação, não é da língua enquanto sistema, mas sim apropriação de textos já prontos e postos na língua para uso; o locutor é relevante para entendermos essa abordagem enunciativa, e toda e

qualquer atitude desse é por nós aqui analisada discursivamente; o alocutário, previamente definido nas orações, linguisticamente, nunca passa a ser locutor, fato que constatamos não causar constrangimento ao locutor orante; e o material linguístico que compõe cada oração já passou pelo processo de apropriação e mobilização da língua por um locutor *primus*. Sobre o material linguístico, ainda destacamos que ele apresenta, na maioria das orações, uma superestrutura definida: exaltação ao ser celeste; descrição do locutor orante; pedidos, agradecimentos e/ou louvores; conclusão. Essas verificações, conseqüentemente, levaram-nos a elaborar um conceito específico para essa abordagem do fenômeno enunciação: é a apropriação de textos previamente elaborados na língua por alguém, prontos na sua forma, disponíveis para uso, em momentos singulares, únicos, irrepitíveis, por parte de locutores orantes que buscam produzir sentidos.

Dando continuidade a essa síntese de dados encontrados durante nossa investigação, outros aspectos são também, por nós, considerados relevantes: a importância do tempo verbal para atualização da enunciação de uma oração religiosa; a marca linguística do locutor e do alocutário pelos índices de pessoa “eu/nós” e “vós”, respectivamente. Sobre essas últimas ressaltamos que apesar de, gramaticalmente, indicarem pluralização, aqui não têm tal concepção, uma vez que locutor e alocutário são seres que possuem singularidades, logo impossíveis de serem multiplicados.

Na seção onde analisamos como a alteridade se manifesta na enunciação de orações religiosas prontas, tivemos o cuidado de olhar tal questão em quatro ocorrências: no material linguístico, no próprio “eu”, entre o “eu” e o “tu”, entre uma oração e outra. Essa observação nos levou a perceber que a figura do locutor e a maneira como o texto da oração é construído são responsáveis diretos pelas relações que ocorrem nesse processo enunciativo.

No que diz respeito ao processo de repetibilidade e/ou irrepitibilidade, notamos que elementos da enunciação de orações prontas podem ser percebidos como repetíveis (quando pensamos na superestrutura) e irrepitíveis (quando pensamos numa situação real de enunciação). Nesses últimos, excetuamos a figura do alocutário, pois ele é marcado, definido no próprio material linguístico.

Como síntese, apresentamos um quadro comparativo, por meio do qual visualizamos com mais clareza o que aproxima e o que distancia uma enunciação ordinária de uma enunciação de orações canônicas da Igreja Católica. Para tanto, tomamos como ponto de partida o que aqui é considerado como características da enunciação ordinária. Vejamos:

QUADRO 3 – Enunciação ordinária e enunciação de orações canônicas da Igreja Católica: proximidade e distanciamento.

| Enunciação ordinária   | Enunciação de orações canônicas da Igreja Católica  |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• conceito – processo de apropriação da língua para produção de um enunciado (Benveniste); o surgimento do enunciado (Ducrot);</li> <li>• seres da alocação – locutor, alocutário</li> <li>• locutor – marcado pela primeira pessoa gramatical; definido no instante da enunciação; espera por uma resposta do alocutário;</li> <li>• atitude do locutor – apropria-se da língua e a coloca em uso, podendo apresentar o conteúdo da enunciação de modo concebido, recebido ou encontrado;</li> <li>• alocutário – marcado pela segunda pessoa gramatical; definido no instante da enunciação;</li> <li>• atitude do alocutário – ocupa o papel do locutor numa alocação;</li> <li>• material linguístico – é elaborado a partir das necessidades do locutor;</li> <li>• superestrutura – indefinida, varia de acordo com as necessidades do locutor;</li> <li>• repetível ou irrepetível – considerada como algo irrepetível.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• conceito – apropriação de textos prontos na sua forma, disponíveis para uso, em momentos singulares, únicos, irrepetíveis;</li> <li>• seres da alocação – locutor, alocutário</li> <li>• locutor – marcado pela primeira pessoa gramatical; definido no instante da enunciação; não espera por uma resposta do alocutário;</li> <li>• atitude do locutor – apropria-se e torna-se responsável por orações prontas e posta na língua para uso, apresentando o conteúdo da enunciação sempre de modo concebido;</li> <li>• alocutário – marcado pela segunda pessoa gramatical, porém já definido no texto da oração;</li> <li>• atitude do alocutário – nunca ocupa o papel do locutor numa alocação;</li> <li>• material linguístico – já elaborado antes por um locutor <i>primus</i>, é encontrado pronto por um locutor orante;</li> <li>• superestrutura – definida, na maioria dos textos oracionais;</li> <li>• repetível ou irrepetível – considerada como um fenômeno que apresenta elementos repetíveis que são preenchidos por outros irrepetíveis.</li> </ul> |

Fonte: Autora da tese (2013)

A partir de uma leitura das informações contidas no quadro, é possível percebermos que, nas semelhanças entre essas abordagens sobre enunciação, encontramos distanciamentos que as singularizam. Portanto, comparando o que aqui discorremos, nos capítulos iniciais deste trabalho, sobre o que denominamos de Enunciação Ordinária com o exposto como resultado da nossa investigação, constatamos que a enunciação de orações canônicas da Igreja Católica realmente se configura como outra abordagem desse fenômeno linguístico, isto é, podemos dizer que a enunciação de orações canônicas da Igreja Católica é o que não é uma enunciação ordinária, verificação que responde às nossas indagações, faz-nos confirmar que

alcançamos os nossos objetivos e ratifica a hipótese que norteou todo o processo de reflexão desenvolvido durante os nossos estudos.

E ainda, talvez como se quiséssemos uma prova dos nove para os resultados encontrados nessa investigação, abrimos, uma quinta seção no terceiro capítulo, a fim de verificarmos se o fenômeno descrito nas quatro seções anteriores ocorre semelhantemente, ou não, com outros discursos religiosos também encontrados prontos na língua para uso, a exemplo das ladainhas. Busca que somente revalidou o que concluímos: a enunciação de orações e/ou outro tipo de texto canônicos da Igreja Católica não se ajusta ao que os estudiosos definem como enunciação ordinária. Estamos, sim, referindo-nos a outra abordagem enunciativa.

Ressaltamos que essa abordagem enunciativa pode ser estudada a partir de outros textos prontos e postos na língua para uso (religiosos ou não), sob a perspectiva teórica aqui escolhida ou sob outra que se deseje, a exemplo: reflexões na linha de teoria e análise linguística, fazendo interfaces sintático-semântica e pragmática nos aspectos formais e comunicativos da linguagem; e ainda nos aspectos fonológicos e estudos comparativos; ou continuar na mesma linha de pesquisa desta tese (teorias e uso da linguagem), podendo ir pelo viés de estudos teóricos referentes à variação linguística, dentre outros.

Enfim, cremos que, uma vez publicados e divulgados os resultados dessa caminhada investigativa sobre a enunciação das orações canônicas da Igreja Católica, nossas verificações contribuirão diretamente para a ampliação do olhar dos estudos referentes ao fenômeno enunciação, possibilitando, por certo, outras discussões.

## REFERÊNCIAS

**A SAGRADA LITURGIA.** Disponível em: <<http://sagradaliturgia/oracao-eucaristica---2>>. Acesso em: setembro, 2013.

BARBISAN, Leci Borges. **Fundamentos da Teoria da Argumentação na Língua.** Porto Alegre: [mar/jul 2012]. Aulas ministradas no curso de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Prédio 08, sala 303.

\_\_\_\_\_. **Teorias do texto e do discurso.** Porto Alegre: [ago/dez 2012]. Aulas ministradas no curso de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Prédio 08, sala 303.

\_\_\_\_\_. O sentido no discurso: o olhar da Teoria da Argumentação na Língua. In: FANTI Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges (orgs). **Enunciação e discurso: tramas de sentidos.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 131-151.

BENVENISTE, Émile. Os níveis da análise linguística. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral.** Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Revisão: Isaac Nicolau Salum. 5 ed. Campinas, SP: Ed. Nacional da Universidade de São Paulo, 1976. p.127-140.

\_\_\_\_\_. A forma e o sentido na linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral.** Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Revisão: Isaac Nicolau Salum. 5 ed. Campinas, SP: Ed. Nacional da Universidade de São Paulo, 1976. p. 220-242.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II.** Tradução de Eduardo Guimarães (et al.). Revisão: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Ed. Pontes, 1989. p.81-90.

\_\_\_\_\_. Saussure após meio século. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I.** Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Revisão: Isaac Nicolau Salum. 5 ed. Campinas, SP: Ed. Nacional da Universidade de São Paulo, 2005. p.34-49.

\_\_\_\_\_. A natureza dos pronomes. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I.** Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Revisão: Isaac Nicolau Salum. 5 ed. Campinas, SP: Ed. Nacional da Universidade de São Paulo, 2005. p.277-283.

\_\_\_\_\_. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Revisão: Isaac Nicolau Salum. 5 ed. Campinas, SP: Ed. Nacional da Universidade de São Paulo, 2005. p.247-259.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica Argumentativa**. Una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CAREL, Marion. **Descrição argumentativa e descrição polifônica**: o caso da negação. *Letras de Hoje*. Porto alegre, v.43, n.1, mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Atribuição do ponto de vista e apagamento da narrativa. Tradução de Leci Borges Barbisan, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. Revisão de Telisa Furlanetto Graeff – Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo – RS **Desenredo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo/RS, v. 8, n. 2, p. 26-39, jul/dez. 2012a.

\_\_\_\_\_. Narrativa e persuasão em *Claude Gueux* de Victor Hugo. Tradução de Telisa Furlanetto Graeff – Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo – RS. Revisão de Leci Borges Barbisan, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. **Desenredo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 8 - n. 2 - p. 11-25 - jul./dez. 2012b.

CEGALLA, Domingos P. **Dicionário escolar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. .

**CÓDIGO DO PROCESSO CIVIL**. Disponível em: <<http://www.soleis.com.br>>. Acesso em: junho, 2013.

CORDERO, Nestor L. Introdução de sua tradução de “O Sofista”. 1993, p. 47-54 apud BARBISAN, Leci Borges. O sentido no discurso: o olhar da Teoria da Argumentação na Língua. In: FANTI Maria da Glória di; BARBISAN, Leci Borges (orgs). **Enunciação e discurso**: tramas de sentidos. São Paulo: Contexto, 2012. p. 131-151.

CULLER, Jonathan. **As idéias de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 1979.

CUNHA, Antônio G. da. [1982] **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

**DICIONÁRIO ONLINE.** Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: setembro, 2012.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: \_\_\_\_\_. **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1984. p. 368-392.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: \_\_\_\_\_. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução por Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes. 1987. p. 161-218.

\_\_\_\_\_. **Polifonia y Argumentación**. Conferencias del Seminario Teoria de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. 2 ed. ver. São Paulo: Ateliê Editorial/Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 9-19.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. A linguística comporta a enunciação: Émile Benveniste. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005. p.29-44.

\_\_\_\_\_, Valdir do Nascimento (et al.). A perspectiva enunciativa de estudo da linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008. p.13-45.

\_\_\_\_\_, Valdir do Nascimento. Saussure e Benveniste: da teoria do valor à teoria do Homem na língua. In: **Colóquios Linguísticos Literários**: enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos. LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira; FILHO, Francisco Alves Filho; COSTA, Catarina de Sena Sirqueira Mendes da. (org). Teresina: EDUFPI, 2011. p. 13-29.

FREITAS, Ernani Cesar de. **A Teoria da Argumentação na Língua**: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras: PUCRS, 2006.

**LADAINHA DE NOSSA SENHORA.** Disponível em: < [www.acnsf.org.br](http://www.acnsf.org.br)>. Acesso em: setembro, 2013.

**LADAINHA DE TODOS OS SANTOS.** Disponível em: < [www.acnsf.org.br](http://www.acnsf.org.br)>. Acesso em: setembro, 2013.



NORMAND, Claudine. Saussure–Benveniste. **Letras**, Santa Maria/RS, v. 1, n. 33, p. 13-21, jul/dez. 2006.

**ORAÇÕES CATÓLICAS**. Disponível em: <<http://todasoracoescatolicas.blogspot.com.br>>. Acesso em: abril, 2012.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é benção?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

RATZINGER, Joseph (et al.). **Compêndio do Catecismo da Igreja Católica**. 2005. Disponível em: <<http://www.pastoralis.com.br>>. Acesso em: setembro, 2012.

SALUM, Isaac Nicolau. Prefácio à edição brasileira. In: SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Organização/edição de Charles Bally; Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini e José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 27 ed. SP: Cultrix, 2006. p. XIII-XXIII.

SAUSSURE, Ferdinand de. Sobre a essência dupla da linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de linguística geral**. Organização/edição de Simon Bouquet; Rudolf Engler. Colaboração de Antoinette Weil. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. 12 ed. SP: Cultrix, 2004. p.19-80.

\_\_\_\_\_. Nota sobre o discurso. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de linguística geral**. Organização/edição de Simon Bouquet; Rudolf Engler. Colaboração de Antoinette Weil. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum; Ana Lucia Franco. 12 ed. SP: Cultrix, 2004. p. 235.

\_\_\_\_\_. Objeto da linguística. In: \_\_\_\_\_. **Curso de linguística geral**. Organização/edição de Charles Bally; Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini e José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 27 ed. SP: Cultrix, 2006. p.15-25.

\_\_\_\_\_. Linguística da língua e linguística da fala. In: \_\_\_\_\_. **Curso de linguística geral**. Organização/edição de Charles Bally; Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini e José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 27 ed. SP: Cultrix, 2006. p. 26-41.

\_\_\_\_\_. O valor linguístico. In: \_\_\_\_\_. **Curso de linguística geral**. Organização/edição de Charles Bally; Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini e José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 27 ed. SP: Cultrix, 2006. p.130-141.

\_\_\_\_\_. Relações sintagmáticas e relações associativas. In: \_\_\_\_\_. **Curso de linguística geral**. Organização/edição de Charles Bally; Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini e José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 27 ed. SP: Cultrix, 2006. p.142-147.

## ANEXO A - Outras orações canônicas da Igreja Católica

### AVE MARIA

Ave-Maria, cheia de graça!  
 O Senhor é convosco  
 Bendita sois vós entre as mulheres  
 E Bendito é o Fruto do vosso ventre, Jesus  
 Santa Maria Mãe de Deus,  
 Rogai por nós os pecadores  
 Agora e na hora de nossa morte. Amém

### ATO DE CONTRIÇÃO

Senhor, eu me arrependo sinceramente de todo mal que pratiquei e do bem que deixei de fazer. Pecando, eu vos ofendi, meu Deus e sumo bem, digno de ser amado sobre todas as coisas. Prometo firmemente, ajudado com a vossa graça, fazer penitência e fugir às ocasiões de pecar. Senhor, tende piedade de mim, pelos méritos da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo, nosso Salvador.

### ORAÇÃO AO ANJO DA GUARDA

Santo Anjo do Senhor;  
 meu zeloso guardador,  
 já que a ti me confiou  
 a piedade divina,  
 sempre me rege,  
 guarda, governa e ilumina.  
 Amém

### CONVERSA COM O SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Meu Jesus, em vós depositei toda minha confiança. Vós sabeis de tudo. Pai é o senhor do universo, sois o Rei dos Reis. Vós que fizeste o paralisado andar, um morto voltar a viver, o leproso sarar. Vós que vedes as minhas lágrimas, bem sabes, divino amigo, como preciso alcançar de vós esta grande graça (Pede-se a graça com fé). A minha conversa convosco, mestre, me dá ânimo e alegria para viver. Só de vós espero com fé e confiança (Pede-se a graça com fé). Fazei Divino Jesus, que antes de terminar esta conversa que terei convosco, durante 9 dias eu alcance esta graça que peço com fé. Com gratidão publicarei esta oração para que outras que precisam de vós aprendam a ter fé e confiança na vossa misericórdia. Ilumine meus passos, assim como o sol ilumina todos os dias ao amanhecer, e testemunha a nossa conversa. Jesus eu tenho confiança em vós, cada vez aumentando mais a minha fé

## IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA

Ó Santíssimo Coração Imaculado de Maria, cheio de misericórdia e ternura; vós que sois mãe de Cristo Nosso Senhor, concedei a mim e a todos que honram este coração virginal, a graça de conservar até a morte, o perfeito equilíbrio de sentimentos, devoção e amor para convosco Nossa Mãe e Senhora.

Misericordioso Coração de Maria, atendei nossas preces.

Misericordioso Coração de Maria, rogai por nós.

Amém.

## ADORAÇÃO AO SANTÍSSIMO SACRAMENTO

Jesus Ressuscitado, eu creio que você está vivo diante de meus olhos na Hóstia consagrada. Creio também, Jesus no Seu poder contra toda espécie de mal, porque você venceu, pela Sua Morte e Ressurreição, o pecado e a morte.

Seu Preciosíssimo Sangue derramado na cruz está presente na Hóstia Santa.

Eu creio Jesus, e clamo que este Sangue seja agora derramado sobre mim e sobre todos os meus familiares.

Eu peço, Senhor Jesus, que, pelo poder libertador e salvífico deste Sangue, possamos nos livrar de toda opressão diabólica que possa estar prejudicando nossa família. Peço também que atenda em especial que faço na Sua presença: (apresente aqui o seu pedido...)

Eu, desde já, agradeço, confiante que você me atenderá.

Eu louvo o Pai por ter nos dado você, Jesus, como presente de Páscoa.

Eu agradeço de coração ao Espírito Santo que ilumina e me conduz nos momentos de sofrimento e de escuridão.

Muito obrigado, Jesus, meu Salvador e libertador.

## ORAÇÃO À NOSSA SENHORA ASSUNÇÃO

Ó dulcíssima soberana, Rainha dos Anjos, bem sabemos que, miseráveis pecadores, não éramos dignos de vos possuir neste vale de lágrimas, mas sabemos também que a vossa grandeza não vos faz esquecer a nossa miséria e, no meio de tanta glória, a vossa compaixão, longe de diminuir, aumenta cada vez mais para conosco. Do alto desse trono em que reinas sobre todos os anjos e santos, volvei para nós os vossos olhos misericordiosos; vede a quantas tempestades e mil perigos estaremos, sem cessar, expostos até o fim de nossa vida! Pelos merecimentos de vossa bendita morte obtende-nos o aumento da fé, da confiança e da santa perseverança na amizade de Deus, para que possamos, um dia, ir beijar os vossos pés e unir as nossas vozes às dos espíritos celestes, para louvar e cantar as vossas glórias eternamente no céu. Assim seja.

## ORAÇÃO À NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Santíssima Virgem, eu creio e confesso vossa santa e imaculada Conceição pura e sem mancha.

Ó puríssima Virgem Maria, por vossa Conceição imaculada e gloriosa prerrogativa de Mãe de Deus alcançai-me de vosso amado filho e humildade, a caridade, a obediência, a castidade, a santa pureza do coração, de corpo e alma, a perseverança na prática do bem, uma santa vida e uma boa morte, Amém.

### ORAÇÃO À NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Santíssima Virgem, que nos montes de Fátima vos dignastes revelar aos três pastorinhos os tesouros de graças que podemos alcançar, rezando o santo rosário, ajudai-nos a apreciar sempre mais esta santa oração, a fim de que, meditando os mistérios da nossa redenção, alcancemos as graças que insistentemente vos pedimos (pedido).

Ó meu bom Jesus, perdoai-nos, livrai-nos do fogo do inferno, levai as almas todas para o céu e socorrei principalmente as que mais precisarem.

Nossa Senhora do Rosário de Fátima, rogai por nós.

### ORAÇÃO A SANTO ANTÔNIO

Meu glorioso Santo Antônio, que abrandastes as feras bravias dos campos, os ventos furiosos e os mares tempestuosos, apresentai, ao meu bom Jesus, este pedido meu.

Meu glorioso Santo Antônio, pelos 13 dias que andastes em busca do vosso Santo Breviário, pela agonia que tivestes quando o perdestes, pela alegria que sentistes quando o achastes, intercedei pelo pedido meu.

Meu glorioso Santo Antônio, pelo anúncio que o anjo vos deu na hora da morte do vosso Pai, pela alegria que tivestes quando o livrastes, intercedei pelo pedido meu.

### ORAÇÃO A SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Ó Senhor! Fazei de mim um instrumento da tua paz;

Onde há ódio, fazei que eu leve o amor;

Onde há ofensa, que eu leve o perdão;

Onde há discórdia, que eu leve a união;

Onde há dúvidas, que eu leve a fé;

Onde há erros, que eu leve a verdade;

Onde há desespero, que eu leve a esperança;

Onde há tristeza, que eu leve a alegria;

Onde há trevas, que eu leve a luz!

Ó Mestre! Fazei que eu procure menos ser consolado, do que consolar;

Ser compreendido, do que compreender;

Ser amado, do que amar...

Porquanto:

É dando, que se recebe;

É perdendo, que se é perdoado;

É morrendo, que se vive para a vida eterna.

## ANEXO B - Ladainha de Nossa Senhora

Senhor, tende piedade de nós. (Repete-se)  
 Jesus Cristo, tende piedade de nós. (Repete-se)  
 Senhor, tende piedade de nós. (Repete-se)

Jesus Cristo, ouvi-nos. (Repete-se)  
 Jesus Cristo, atendei-nos. (Repete-se)

Pai celeste que sois Deus, tende piedade de nós.  
 Filho, Redentor do mundo, que sois Deus, tende piedade de nós.  
 Espírito Santo, que sois Deus, tende piedade de nós.  
 Santíssima Trindade, que sois um só Deus, tende piedade de nós.

Santa Maria, rogai por nós.  
 Santa Mãe de Deus,  
 Santa Virgem das virgens,  
 Mãe de Jesus Cristo,  
 Mãe da divina graça,  
 Mãe puríssima,  
 Mãe castíssima,  
 Mãe intacta,  
 Mãe intemerata,  
 Mãe amável,  
 Mãe admirável,  
 Mãe do bom conselho,  
 Mãe do Criador,  
 Mãe do Salvador,  
 Virgem prudentíssima,  
 Virgem venerável,  
 Virgem louvável,  
 Virgem poderosa,  
 Virgem benigna,  
 Virgem fiel,  
 Espelho de justiça,  
 Sede da sabedoria,  
 Causa de nossa alegria,  
 Vaso espiritual,  
 Vaso honorífico,  
 Vaso insigne de devoção,  
 Rosa mística,  
 Torre de David,  
 Torre de marfim,  
 Casa de ouro,  
 Arca da aliança,  
 Porta do Céu,  
 Estrela da manhã,  
 Saúde dos enfermos,

Refúgio dos pecadores,  
Consoladora dos aflitos,  
Auxílio dos cristãos,  
Rainha dos Anjos,  
Rainha dos Patriarcas,  
Rainha dos Profetas,  
Rainha dos Apóstolos,  
Rainha dos Mártires,  
Rainha dos Confessores,  
Rainha das Virgens,  
Rainha de todos os Santos,  
Rainha concebida sem pecado original,  
Rainha assunta ao Céu,  
Rainha do santo Rosário,  
Rainha da família,  
Rainha da paz,

Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo,  
**R/.** perdoai-nos, Senhor.

Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo,  
**R/.** atendei-nos, Senhor.

Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo,  
**R/.** tende piedade de nós.

**V/.** Rogai por nós, santa Mãe de Deus.

**R/.** Para que sejamos dignos das promessas de Cristo.

**Oremos.** Senhor Deus, nós Vos suplicamos que concedais a vossos servos lograr perpétua saúde de alma e corpo; e que, pela gloriosa intercessão da bem-aventurada sempre Virgem Maria, sejamos livres da presente tristeza e gozemos da eterna alegria. Por Cristo Nosso Senhor. **Amém.**

## ANEXO C - Ladainha de Todos os Santos

Senhor, tende piedade de nós.

Jesus Cristo, tende piedade de nós.

**R/.** Senhor, tende piedade de nós.

Jesus Cristo, ouvi-nos.

**R/.** Jesus Cristo, atendei-nos.

Deus, Pai dos Céus, tende piedade de nós.

Deus Filho, Redentor do mundo,

Deus Espírito Santo,

Santíssima Trindade, que sois um só Deus,

Santa Maria, rogai por nós.

Santa Mãe de Deus,

Santa Virgem das virgens,

São Miguel,

São Gabriel,

São Rafael,

Todos os santos Anjos e Arcanjos,

Todas as santas ordens dos Espíritos bem-aventurados,

São João Batista,

São José,

Todos os Santos Patriarcas e Profetas,

São Pedro,

São Paulo,

Santo André,

São Tiago,

São João,

São Tomé,

São Tiago,

São Filipe,

São Bartolomeu,

São Mateus,

São Simão,

São Tadeu,

São Matias,

São Barnabé,

São Lucas,

São Marcos,

Todos os Santos Apóstolos e Evangelistas,

Todos os Santos Discípulos do Senhor,

Todos os Santos Inocentes,

Santo Estevão,

São Lourenço,

São Vicente,



São Fabiano e São Sebastião,  
 São João e São Paulo,  
 São Cosme e São Damião,  
 São Gervásio e São Protásio,  
 Todos os Santos Mártires,  
 São Silvestre,  
 São Gregório,  
 Santo Ambrósio,  
 Santo Agostinho,  
 São Jerônimo,  
 São Martinho,  
 São Nicolau,  
 Todos os Santos Pontífices e Confessores,  
 Todos os Santos Doutores,  
 Santo Antão,  
 São Bento,  
 São Bernardo,  
 São Domingos,  
 São Francisco,  
 Todos os Santos Sacerdotes e Levitas,  
 Todos os Santos Monges e Eremitas,  
 Santa Maria Madalena,  
 Santa Ágata,  
 Santa Luzia,  
 Santa Inês,  
 Santa Cecília,  
 Santa Catarina,  
 Santa Anastásia,  
 Todas as Santas Virgens e Viúvas,  
 Todos os Santos e Santas de Deus, intercedei por nós.

Sede-nos propício,  
**R/.** perdoai-nos, Senhor.

Sede-nos propício,  
**R/.** ouvi-nos, Senhor.

De todo o mal, livrai-nos, Senhor.  
 De todo pecado,  
 Da vossa ira,  
 Da morte repentina e imprevista,  
 Das ciladas do demônio,  
 Da ira, do ódio e de toda má vontade,  
 Do espírito de impureza,  
 Do raio e da tempestade,  
 Do flagelo do terremoto,  
 Da peste, da fome e da guerra,

(Do perigo iminente,  
 Da morte eterna,  
 Pelo mistério da vossa Encarnação,  
 Pelo vosso Advento,  
 Pela vossa Natividade,  
 Pelo vosso Batismo e santo jejum,  
 Pela vossa Cruz e Paixão,  
 Pela vossa morte e sepultura,  
 Pela vossa santa Ressurreição,  
 Pela vossa admirável Ascensão,  
 Pela vinda do Espírito Santo Consolador,  
 No dia do Juízo,  
 Pecadores que somos, nós Vos rogamos, ouvi-nos.  
 Para que nos perdoeis,  
 Para que nos favoreçais,  
 Para que Vos digneis conduzir-nos a uma verdadeira penitência,  
 Para que Vos digneis governar e conservar a vossa Santa Igreja,  
 Para que Vos digneis conservar na Santa religião o Sumo Pontífice e todas as ordens da hierarquia eclesiástica,  
 Para que Vos digneis humilhar os inimigos da Santa Igreja,  
 Para que Vos digneis conceder aos reis e príncipes cristãos a paz e verdadeira concórdia,  
 Para que Vos digneis conceder a paz e união a todo o povo cristão,  
 Para que Vos digneis atrair à unidade da fé todos os que estão no erro, e conduzir todos os infieis à luz do Evangelho,  
 Para que Vos digneis confortar-nos e conservar-nos no vosso santo serviço,  
 Para que Vos digneis elevar as nossas almas a desejar as coisas do Céu,  
 Para que Vos digneis retribuir a todos os nossos benfeitores, dando-lhes a eterna felicidade,  
 Para que livreis da condenação eterna as nossas almas, as dos nossos irmãos, parentes e benfeitores,  
 Para que Vos digneis dar e conservar os frutos da Terra,  
 Para que Vos digneis dar a todos os fiéis defuntos o descanso eterno,  
 Para que Vos digneis atender-nos,  
 Filho de Deus,

**V/.** Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo,  
**R/.** perdoai-nos, Senhor.

**V/.** Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo,  
**R/.** atendei-nos, Senhor.

**V/.** Cordeiro de Deus, que tirais os pecados do mundo,  
**R/.** tende piedade de nós.

**V/.** Jesus Cristo, ouvi-nos.  
**R/.** Jesus Cristo, atendei-nos.

**V/.** Senhor, tende piedade de nós.  
 Jesus Cristo, tende piedade de nós.  
**R/.** Senhor, tende piedade de nós.

**V/.** Pai-Nosso (em voz baixa).  
**V/.** E não nos deixeis cair em tentação.  
**R/.** Mas livrai-nos do mal